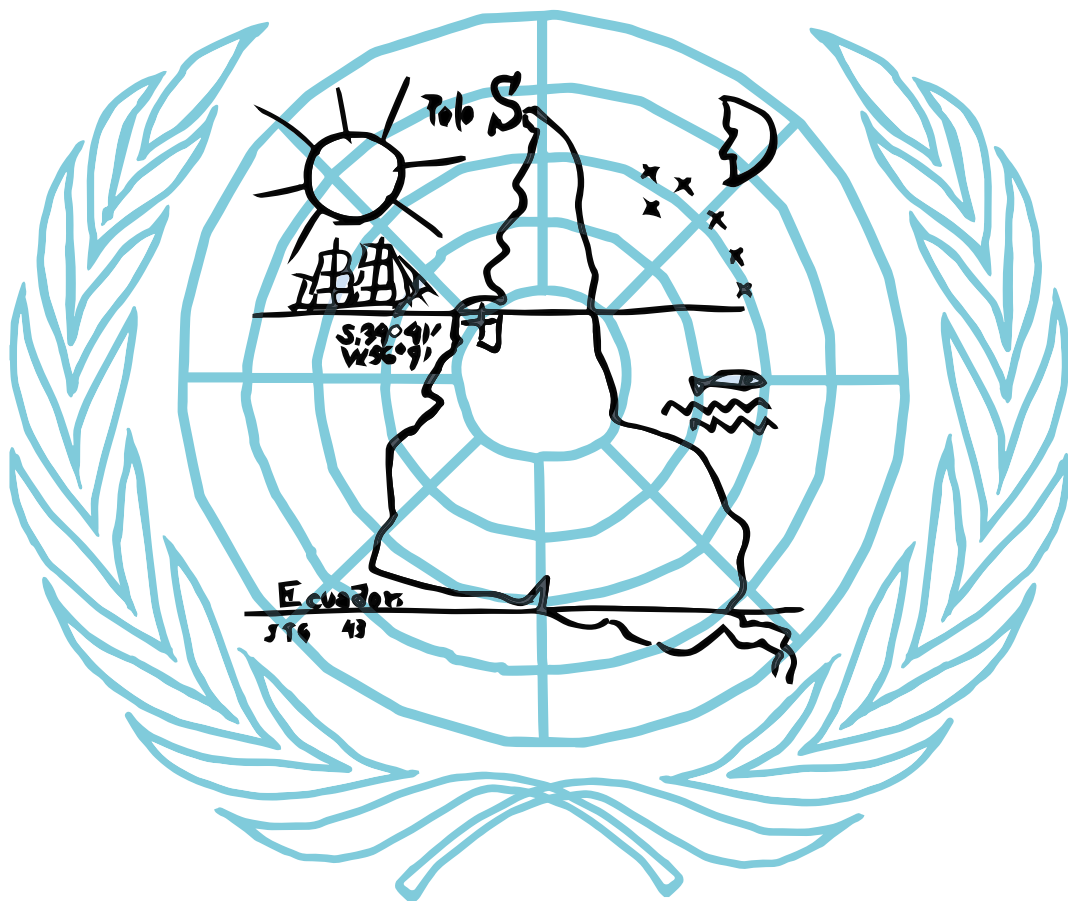


# GUIA PARA INCIDÊNCIA INTERNACIONAL | PBPD

## GUÍA DE INCIDENCIA INTERNACIONAL DE LA PBPD



REALIZAÇÃO



PLATAFORMA BRASILEIRA  
DE POLÍTICA DE DROGAS

APOIO



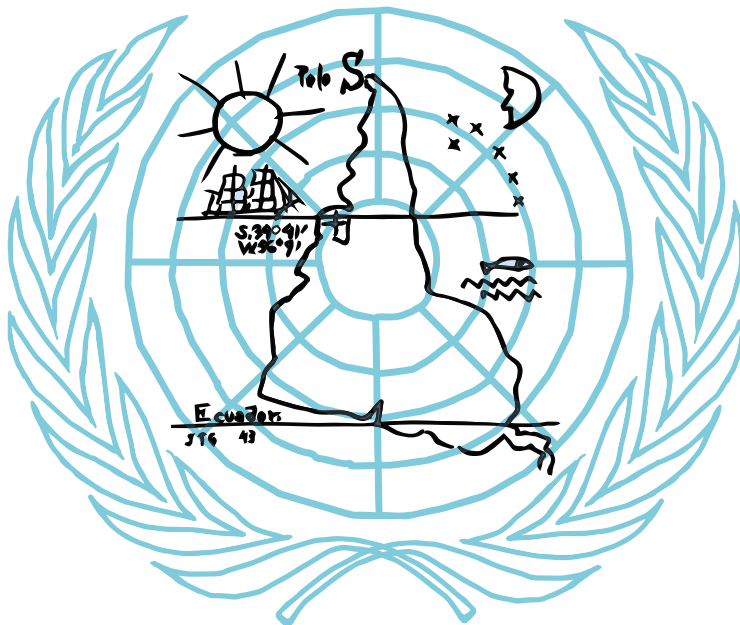
JUSTA

Clique aqui para ler em

**português**

Clic aquí para leer en

**español**



# GUIA PARA INCIDÊNCIA INTERNACIONAL | PBPD

REALIZAÇÃO



**PLATAFORMA BRASILEIRA  
DE POLÍTICA DE DROGAS**

APOIO



JUSTA

# GUIA PARA INCIDÊNCIA INTERNACIONAL | PBPD

## COORDENAÇÃO DE PROJETO

Cristiano Maronna e Luciana Zaffalon

## AUTORES (PESQUISA E REDAÇÃO)

Paulo José dos Reis Pereira e Priscila Villela

## ASSISTENTE DE PESQUISA E REDAÇÃO

Flávia D'Angelo

## COLABORAÇÃO

Agnes Felipe, Amanda Cavalcante, Daniel Barreto, Danielle Vallim, Dayana Rosa, Dudu Ribeiro, Ernesto Cortés, Eroy Aparecida da Silva, Francisco Netto, Gabriel dos Santos Elias, Helena Fonseca Rodrigues, Heloísa Broggiato, Henrique Apolinario, Larissa Neves, Luana Malheiro, Marcio Roberto, Nathália Oliveira, Maria Angélica Comis, Rafael West, Raul Thame, Renato Filev, Tatiana Diniz e Vera da Ros

## PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE

Carol Goldefroid @pirodeimagem

## TRADUÇÃO PARA ESPANHOL

Luiza Mançano e Aline Murillo

## REALIZAÇÃO

Plataforma Brasileira de Política de Drogas

## APOIO

Plataforma JUSTA

ISBN No 978-65-992798-2-9

**TÍTULO:** Guia para incidência internacional I PBPD

**AUTOR:** Paulo José dos Reis Pereira, Priscila Villela e  
Plataforma Brasileira De Política de Drogas

**EDITORA:** Disparo Comunicação e Educação

São Paulo, 2021



# ÍNDICE

<b>1. Apresentação</b>	<b>8</b>
<b>2. Desde quando existe o controle internacional das drogas?</b>	<b>10</b>
<b>3. Como funciona atualmente esse controle?</b>	<b>15</b>
<b>3.1. Convenções internacionais da ONU e suas interpretações</b>	<b>16</b>
<b>3.2. Listas de classificação e restrição das drogas</b>	<b>20</b>
<b>3.3. Principais órgãos e suas funções</b>	<b>24</b>
<b>3.4. Outros órgãos</b>	<b>27</b>
<b>4. Por que a sociedade civil deve incidir nesse controle?</b>	<b>30</b>
<b>5. Quais os canais para a sociedade civil incidir nesse controle?</b>	<b>34</b>
<b>5.1. ECOSOC</b>	<b>34</b>
<b>5.2. CND e UNODC</b>	<b>36</b>
• Para comparecer às sessões da CND	36
• Como apresentar declarações por escrito à CND?	37
• Como solicitar permissão para pronunciamento durante as sessões da CND?	37
<b>5.2.1. UNODC Civil Society Team</b>	<b>37</b>
• Vienna NGO Committee on Narcotic Drugs (VNGOC)	38
<b>5.3. UNGASS</b>	<b>39</b>
• Processo preparatório	39
• The New York NGO Committee on Drugs (NYNGOC)	41
<b>5.4. INCB</b>	<b>41</b>
• Outras formas de participação	42
<b>5.5. OMS</b>	<b>43</b>
• Atores não-estatais em relações oficiais com a OMS	43

• Engajamento de atores não-estatais: FENSA	44
• Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas (ECDD)	46
<b>5.6. Outros órgãos da ONU</b>	<b>46</b>
<b>5.6.1. UNAIDS</b>	<b>46</b>
<b>5.6.2. OHCHR</b>	<b>48</b>
<b>5.7. IDPC</b>	<b>50</b>
• Critérios de participação	51
• Como se inscrever para participar?	51
<b>6. Quais os desafios e potencialidades da participação da sociedade civil no controle internacional de drogas?</b>	<b>52</b>
<b>6.1. Desafios</b>	<b>54</b>
<b>6.2. Potencialidade</b>	<b>57</b>
<b>7. Por onde começar?</b>	<b>62</b>

## LISTA DE BOXES

- BOX 1:** O que são convenções?
- BOX 2:** “Guerra às Drogas” e Racismo
- BOX 3:** Políticas de Redução de Danos no Brasil e sua dimensão internacional
- BOX 4:** Reclassificação da *cannabis* e participação das ONGs
- BOX 5:** É de Lei entre o local e o internacional
- BOX 6:** Iniciativa Negra para uma Nova Política de Drogas
- BOX 7:** Sociedade civil organizada e regulação da *cannabis* no Uruguai
- BOX 8:** Civil Society Task Force
- BOX 9:** NGO Marketplace
- BOX 10:** Código de Conduta em atividades da ONU
- BOX 11:** Resultados limitados da UNGASS de 2016
- BOX 12:** PBPD, UNGASS de 2016 e o contexto político brasileiro
- BOX 13:** Representante da PBPD sofre intimidação na 62ª CND
- BOX 14:** Ponte Jornalismo e sua articulação latino-americana
- BOX 15:** A atuação internacional da REDUC
- BOX 16:** A participação da PBPD na 41ª Sessão Aberta do ECDD
- BOX 17:** Redes internacionais de pessoas que usam drogas
- BOX 18:** Articulações latino-americanas em torno do tema das drogas

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1:** Linha do tempo sobre o controle internacional das drogas
- Imagem 2:** Escalas e tabelas das convenções internacionais de drogas
- Imagem 3:** Organograma dos órgãos de controle de drogas da ONU
- Imagem 4:** Side event: *Drug control policies and the militarisation of security: Reflections on the experience in the Americas*
- Imagem 5:** Side Event: *The Role of the Judicial System on the War on Drugs in Latin America*

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANVISA** Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- ARQ** Annual Report Questionnaire (Questionário de Relatório Anual)
- CESeC** Observatório de Intervenção do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
- CND** Commission on Narcotic Drugs (Comissão sobre Drogas Narcóticas)
- CSTF** Civil Society Task Force (Força-Tarefa da Sociedade Civil)
- ECDD** Expert Committee on Drug Dependence (Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas)
- ECOSOC** United Nations Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas)
- FENSA** Framework of Engagement with Non-State Actors (Estrutura de Engajamento com Atores Não-Estatais)

<b>HRI</b>	Harm Reduction International (Redução de Danos Internacional)
<b>IDPC</b>	International Drug Policy Consortium (Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas)
<b>INCB</b>	International Narcotics Control Board (Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes)
<b>INNP</b>	Iniciativa Negra para uma Nova Política de Drogas
<b>INPUD</b>	International Network of People Who Use Drugs (Rede Internacional de Pessoas que Usam Drogas)
<b>LANPUD</b>	Latin-American Network of People Who Use Drugs (Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas)
<b>LSD</b>	Dietilamida de ácido lisérgico
<b>MDMA</b>	Metileno-dioximetanfetamina
<b>NPS</b>	New Psychoactive Substances (Novas substâncias psicoativas)
<b>NYNGOC</b>	The New York NGO Committee on Drugs (Comitê de Nova York para ONGs sobre drogas)
<b>OHCHR</b>	Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos)
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPAS</b>	Organização Panamericana de Saúde
<b>PBPD</b>	Plataforma Brasileira de Política de Drogas
<b>PCB</b>	Programme Coordinating Board (Junta de Coordenação do Programa da UNAIDS)
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>REDUC</b>	Rede Brasileira pela Redução de Danos
<b>UNAIDS</b>	The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS)
<b>UNDCP</b>	United Nations International Drug Control Programme (Programa Internacional de Controle de Drogas das Nações Unidas)
<b>UNGASS</b>	United Nations General Assembly Special Session (Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas)
<b>UNODC</b>	United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)
<b>VNGOC</b>	The Vienna NGO Committee on Drugs (Comitê de Viena para ONGs sobre drogas)

# 1 APRESENTAÇÃO

## O Guia para Incidência Internacional da PBPD

é resultado de um interesse coletivo das entidades-membro da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) em ampliar seu conhecimento e incidência sobre

os mecanismos de controle internacional das drogas da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu ponto de partida é a constatação de que as políticas de drogas locais, nacionais e regionais são impactadas por debates e decisões tomadas em âmbito internacional. Por isso, existe a necessidade da sociedade civil se articular, especialmente a que compartilha problemas similares e experiências comuns no Sul Global,<sup>1</sup> e ocupar o debate dos fóruns internacionais sobre o controle das drogas, disputando narrativas, propondo caminhos inovadores e somando esforços com parceiros estrangeiros. Os Estados, usualmente os mais poderosos atores nesse palco, não devem ser os únicos a terem voz. Garantir que grupos da sociedade civil sejam ouvidos significa exercer na prática uma cidadania global. A heterogeneidade desses grupos, reflexo das diferenças históricas e contextuais dos países, é seu maior trunfo para respeitar a diversidade e, ao mesmo tempo, garantir um controle de drogas baseado no conhecimento científico e nos Direitos Humanos.

Assim, o guia tem o objetivo de facilitar o envolvimento da sociedade civil organizada, particularmente organizações não governamentais (ONGs) brasileiras e latino-americanas, nos principais órgãos e dinâmicas do controle internacional de drogas da ONU, bem como nos consórcios de organizações não go-

vernamentais que atuam internacionalmente, como o Consórcio Internacional de Política de Drogas (IDPC) e a Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD). Para isso:

- ◆ Descrevemos o funcionamento do controle internacional de drogas da ONU, destacando seus principais mecanismos, como listas de classificação, convenções e órgãos.
- ◆ Refletimos sobre a importância da sociedade civil participar de maneira ativa nos fóruns internacionais sobre controle de drogas.
- ◆ Mapeamos os principais canais, mecanismos e órgãos que possibilitam às ONGs incidirem sobre as decisões relacionadas ao controle internacional das drogas da ONU.
- ◆ Mapeamos os principais consórcios de organizações não governamentais que têm atuação internacional relacionada às políticas de drogas.
- ◆ Elaboramos orientações passo a passo para a atuação das ONGs no sistema internacional de controle de drogas da ONU, inclusive por

---

<sup>1</sup> Termo utilizado para agrupar ex-colônias, países em desenvolvimento e países pobres da periferia do sistema internacional, em contraposição aos países do norte, majoritariamente desenvolvidos.



meio dos consórcios internacionais de organizações da sociedade civil.

◆ Ilustramos a atuação de ONGs no controle internacional de drogas com casos e exemplos brasileiros, destacando potencialidades e limitações destas ações.

Esse guia é um produto que segue a trilha iniciada com a [Cartilha: entendendo a política de drogas no cenário internacional](#), elaborada pela PBPD para orientar a discussão pública sobre a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Drogas (UNGASS) em 2016. Ele é também a sistematização de conhecimentos e experiências adquiridas ao longo dos últimos anos com o ativismo internacional da plataforma e de suas entidades-membro no acompanhamento, reflexão e ação sobre o sistema internacional de controle de drogas. Em suma, ele é a síntese de um ciclo deste trabalho coletivo que aponta possibilidades para o futuro.

Algumas informações gerais auxiliam a leitura deste guia.

◆ As fontes prioritárias da pesquisa foram os trabalhos acadêmicos e documentos institucionais, websites dos órgãos da ONU dedicados ao controle internacional das drogas, além de relatórios produzidos pelas próprias ONGs e pelos consórcios de organizações.

◆ As entrevistas com representantes ou ex-representantes de ONGs que atuaram internacionalmente no controle de drogas auxiliaram em diferentes partes do guia, com destaque para os boxes com casos ilustrativos.

◆ Na maioria das vezes, traduzimos para o português os nomes dos órgãos envolvidos com o controle internacional de drogas, mas mantivemos suas siglas em inglês, uma vez que isso

facilitará às ONGs os identificarem em documentos, websites etc.

◆ Inserimos diversos hiperlinks ao longo do texto que acessam documentos e instruções normativas e burocráticas que podem enriquecer o conhecimento dos interessados na incidência internacional no controle de drogas.

O guia se estrutura em quatro capítulos iniciais de contextualização do controle internacional das drogas, um grande capítulo com informações e procedimentos para as ONGs incidirem sobre esse controle, um capítulo indicando potencialidades e desafios para essa incidência, seguido de um último capítulo de fechamento, que indica os primeiros passos para aquelas ONGs que desejam embarcar nesse empreendimento. Com o objetivo de garantir um texto acessível, tentamos encontrar um equilíbrio entre o complexo passo a passo burocrático para a participação das ONGs nos diversos órgãos da ONU e a fluidez do texto. Com isso, ainda que tenhamos reduzido a quantidade de informações, acreditamos que o texto ganhou em clareza e objetividade. Esperamos que esse guia auxilie e incentive a ação da sociedade civil por um controle internacional das drogas que seja mais justo, coerente e humano.

Um conjunto de pessoas e entidades-membro da PBPD contribuíram diretamente para a elaboração deste guia ao participarem das reuniões de trabalho organizadas ao longo do primeiro semestre de 2021 e compartilharem em entrevistas as suas experiências de incidência internacional no controle internacional de drogas, enriquecendo o texto com histórias, realizações e desafios por elas enfrentados. O guia contou também com o apoio da Plataforma [JUSTA](#) para sua publicação.

## 2 DESDE QUANDO EXISTE O CONTROLE INTERNACIONAL DAS DROGAS?

**O controle internacional das drogas**, no formato multilateral que conhecemos atualmente, coordenado pela ONU e envolvendo muitos países, começou a se desenvolver no início do século XX.

Ele foi inaugurado mais precisamente em 1909, ano da realização da Conferência de Xangai. Convocada pelos Estados Unidos, esta foi a primeira reunião envolvendo diferentes Estados para tratar do tema das drogas. A droga em destaque naquele momento era o ópio e seus derivados, morfina e heroína, cujo consumo e comércio haviam ganhado dimensões globais. O interesse estadunidense era controlar a entrada dessas substâncias no país, bem como se aproximar do mercado consumidor chinês, rivalizando com os europeus, particularmente com os ingleses.<sup>2</sup>

Ao longo do século XIX, a Inglaterra, a potência internacional da época, havia se tornado o maior operador deste mercado, comercializando o ópio produzido na Índia, sua colônia, para a China, com o sentido de equilibrar sua balança de pagamentos com esse país, do qual consumia muitos produtos manufaturados. A tentativa do imperador chinês de impor restrições ao consumo de ópio no país gerou, inclusive, guerras.

Diferentemente do que ocorre hoje em dia, as chamadas “Guerras do Ópio” que ocorreram ao longo do século XIX foram travadas pela Inglaterra para garantir a manutenção do comércio do ópio com a China e não para erradicá-lo. Foram “guerras pelas drogas” e não “guerras contra as drogas”. De fato, como já é amplamente conhecido, até o início do século XX muitas das drogas que hoje são consideradas ilícitas, como o ópio, a cocaína e a *cannabis*, tinham uma circulação bem flexível, comercializadas sem maiores restrições em diversas cidades de todo o mundo.<sup>3</sup> Mas essa situação mudou radicalmente nas décadas seguintes.

A evolução da regulação das drogas adquiriu contornos de controle social de grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade, especialmente da população negra, articulando-se ao racismo contemporâneo.<sup>4</sup> Isso mostra como tal controle responde aos contextos históricos, sociais, econômicos e não é estático. Muda com o passar do tempo e a

---

<sup>2</sup> Transnational Institute. The UN Drug Control Conventions. A primer. Outubro, 2015.

<sup>3</sup> Escotado, A. História Elementar das Drogas. Lisboa: Antígona, 2004.

<sup>4</sup> Provine, D. M. Race and inequality in the war on drugs. *Annual Review of Law and Social Science* 7, 2011, pp.41– 60.

transformação das ideias e dos interesses em relação às drogas e aos grupos sociais a elas conectados. Por isso, ganha ainda mais importância a pressão política de diferentes atores, inclusive da sociedade civil, com o sentido de garantir que suas opiniões sejam levadas em conta no momento em que decisões internacionais são tomadas. Os Estados, que são os decisores dos fóruns internacionais, atuam em função de seus próprios interesses políticos, mas também em resposta às demandas de atores privados, particularmente capitalistas, e à pressão de grupos da sociedade civil organizada.

Após a Conferência de Xangai, os Estados Unidos decidiram convocar a Primeira Conferência Internacional do Ópio, que ocorreu em Haia em 1912. Como resultado, foi elaborado o primeiro tratado internacional para o controle de drogas, que demandava maior gerenciamento sobre a produção e circulação da morfina, cocaína e seus derivados. Assinado à época por somente onze países, este tratado tornou-se uma norma internacional ao ser incorporado ao Tratado de Versalhes de 1919, que criou a Liga das Nações, a organização que viria a ser substituída pela ONU após a Segunda Guerra Mundial.

Em 1925, a revisão deste primeiro tratado, realizada em Genebra, criou um sistema de controle estatístico para a circulação internacional de drogas e definiu procedimentos para determinar aquelas que deveriam ser colocadas sob controle mais estrito. Esta também foi a primeira convenção a inserir a *cannabis*, designada à época como *indian hemp*, entre as drogas que deveriam ser controladas internacionalmente. Vale notar que os Estados Unidos se retiraram das negociações porque entenderam que as medidas propostas não eram restritivas o suficiente e não abarcavam o álcool, cuja produção era proibida no país pela Lei Seca (1920-1933). As potências coloniais europeias buscavam, por seu lado, somente organizar o livre mercado das drogas farmacêuticas que produziam para um crescente mercado consumidor global. Aumentar restrições de circulação desses produtos não era, assim, do seu interesse, o que demonstra que a escolha de quais drogas devem ser mais ou menos controladas depende também dos ganhos políticos e econômicos que podem ser obtidos pelos atores mais poderosos no jogo internacional.

Assim, até o final da Segunda Guerra Mundial foram elaboradas mais duas convenções – Convenção para Limitar a Fabricação e Regular a Distribuição de Drogas Narcóticas de 1931, a Convenção para a Supressão do Tráfico Ilícito de Drogas Perigosas de 1936. Elas tinham o objetivo de detalhar, padronizar e adensar os controles internacionais sobre as drogas, tendo como orientação principal a restrição da sua utilização para fins médicos e científicos. Seu principal foco era garantir a expansão mundial organizada do mercado legal de drogas, operado pelas emergentes corporações farmacêuticas.

Com o fim da guerra, os Estados Unidos assumiram um papel decisivo na construção desses instrumentos de controle, dada a sua predominância política e a emergência das suas corporações farmacêuticas no cenário internacional que, com a destruição da indústria europeia e japonesa durante o conflito, não encontravam concorrência. O protocolo do Lago Success de 1946 foi o primeiro de uma série que teve o sentido de conferir uma orientação estadunidense para o controle de drogas. Ele fez diversas emendas em todos os acordos precedentes.

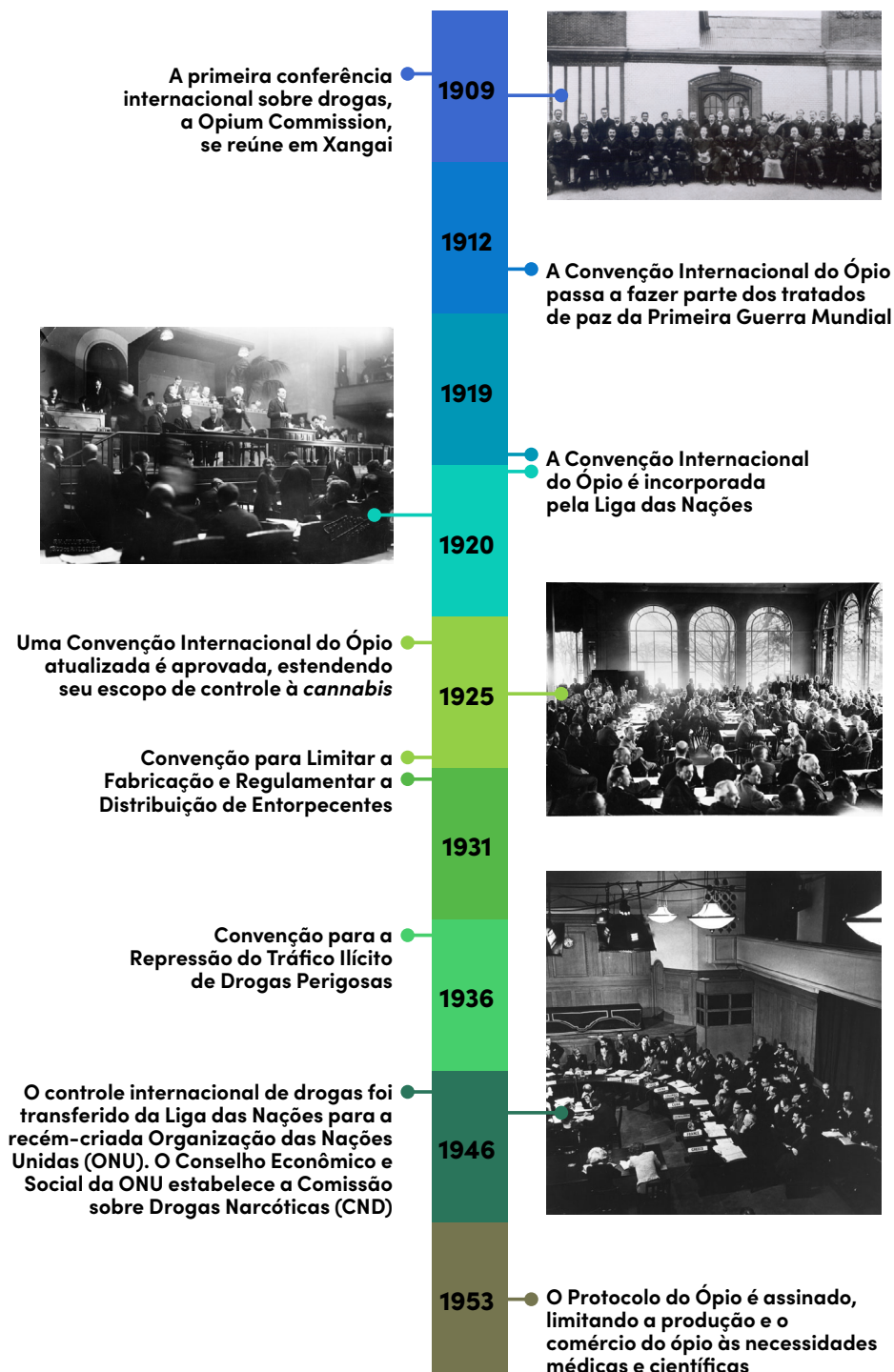
Já os dois últimos dessa série, o Protocolo de Paris de 1948 e o Protocolo de Nova York de 1953, ampliaram, respectivamente, o número de drogas sob o controle internacional, bem como as restrições à sua circulação, especialmente do ópio.<sup>5</sup>

Assim, por volta de 1960, havia uma série de tratados e protocolos internacionais elaborados ao longo de 50 anos que formavam um emaranhado de orientações e obrigações, por vezes contraditórias, cheia de brechas e limitações. Com a contínua expansão do mercado de drogas, inclusive ilícito, a diversificação de substâncias e a multiplicação de atores envolvidos nessa economia psicoativa, a ONU decidiu unificar e padronizar esse sistema de controle de drogas sob uma só convenção. É daí que surge em 1961 a Convenção Única sobre Drogas Narcóticas, inaugurando os mecanismos ainda vigentes do controle de drogas. A imagem 1 traz uma linha do tempo do controle internacional de drogas que confere uma visão panorâmica de seus eventos decisivos.

---

5 Pereira, P. J. R. Drug control, violence and capitalism in an international perspective: an analytical framework. *Critical Military Studies*, 2021.

## LINHA DO TEMPO DO CONTROLE INTERNACIONAL DAS DROGAS [IMAGEM 1]





1961

Convenção Única sobre Drogas Narcóticas

Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas

1971



A Convenção Única sobre Drogas Narcóticas é emendada por um Protocolo

1972

1988

Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas

1990

UNGASS de 1990 Sobre o Abuso de Drogas



1991

O Programa Internacional de Controle de Drogas das Nações Unidas (UNDCP) é estabelecido em Viena (atual UNODC)

1998

UNGASS de 1998 Sobre o Problema Mundial das Drogas



2002

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) adota seu nome atual substituindo o UNDCP

2016

UNGASS de 2016 Sobre o Problema Mundial das Drogas

Fonte: A century of international drug control | ONU

Para conhecer a variedade histórica das formas e abrangências territoriais do controle das drogas, leia o livro do Henrique Carneiro Drogas: a história do proibicionismo lançado pela editora Autonomia Literária em 2018. E para o

detalhamento da história diplomática dessas convenções internacionais, veja o livro *Drug Diplomacy in the Twentieth Century: An international history* do William B. McAllister publicado em 2000 pela editora Routledge.

# 3 COMO FUNCIONA ATUALMENTE ESSE CONTROLE?

**O atual controle internacional de drogas é exercido via ONU, utilizando como parâmetro três convenções internacionais elaboradas entre as décadas de 1960 e 1980.**

As duas primeiras convenções (1961 e 1971) têm o objetivo de homogeneizar globalmente medidas de controle sobre um conjunto de drogas, restringindo-as ao uso médico e científico. Tais substâncias são escalonadas em quatro listas que preveem mais ou menos restrições, de acordo com a avaliação sobre seus riscos de abuso e malefícios à saúde vis-à-vis seus possíveis efeitos terapêuticos (explicação no tópico 3.2). A terceira convenção, de 1988, está centrada em normas para combater o tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e aumentar o controle sobre precursores químicos, reagentes e solventes que podem servir para a produção ilícita de drogas. Cada uma das convenções foi criada em resposta a certos dilemas impostos pelos contextos históricos, como veremos nos próximos tópicos.

Contrariamente ao que se supõe, nenhuma droga é considerada ilegal pelas convenções, já que se limitam a demandar

dos Estados-parte o seu controle mais ou menos rigoroso, a partir de um conjunto de orientações. O resultado desta demanda, no entanto, foi a criação ou reforço de leis nacionais na maioria dos países do mundo que criminalizam um enorme espectro de práticas relacionadas a essas drogas.

Os órgãos responsáveis por supervisionar a implementação e funcionamento das normas estabelecidas pelas convenções internacionais da ONU são, principalmente, a Comissão sobre Drogas Narcóticas (CND), a Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (INCB ou JIFE, em português), o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Outros órgãos da ONU podem assumir relevância nos debates sobre o controle de drogas, como o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR).

## 3.1 CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DA ONU E SUAS INTERPRETAÇÕES

As três convenções da ONU que normatizam o controle internacional de drogas são a Convenção Única sobre Drogas Narcóticas de 1961, emendada pelo protocolo de 1972, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas de 1988.

### BOX 1

#### O que são convenções?

Convenções da ONU, por vezes chamadas de tratados, são instrumentos legais adotados pela sua Assembleia Geral, vinculando os Estados-parte (os signatários) a normas e parâmetros internacionais sobre determinado tema. Esses Estados precisam ratificar tal convenção domesticamente, normalmente por meio das suas casas legislativas, para que ela possa entrar em vigor. Por vezes, para fazer valer o que foi acordado em uma convenção os Estados criam ou atualizam leis nacionais específicas, como no caso da lei de drogas. A ONU não tem jurisdição para impor sanções de qualquer tipo a um Estado que violou tais normas, mesmo sendo signatário, restringindo o seu papel ao chamado “name and shame” (nomear e constrear tais condutas publicamente).

A convenção de 1961 teve o objetivo de sistematizar em um único documento os vários parâmetros internacionais de controle de drogas que haviam sido criados desde o início destas iniciativas em 1912, razão

pela qual se chama convenção “única”. Seu principal foco de controle foram três plantas das quais é possível extrair substâncias psicoativas: *cannabis*, coca e papoula. Com isso, foi imposto um grande ônus sobre os produtores tradicionais dessas culturas centrados na periferia do sistema internacional, em países da Ásia, América Latina e África. Além disso, ela reforçou a exclusividade do uso médico e científico das diferentes drogas derivadas dessas plantas, listadas em diferentes escalas de restrição (uma das suas principais novidades), excluindo outros usos, como os usos tradicionais, religiosos e o uso adulto ou recreativo.

A convenção previu a criação de um órgão de monitoramento do equilíbrio entre demanda e produção dessas drogas, o INCB, bem como reafirmou a necessidade de estabelecer procedimentos para o licenciamento de fabricantes, comerciantes e distribuidores dessas drogas. Essa convenção entrou em vigor em 1964. Atualmente, é uma das convenções da ONU com maior apoio internacional, contando com 186 ratificações (a ONU tem atualmente 193 países membros). Em 1972, um protocolo alterou partes desta convenção, destacando a importância do tratamento, educação e reabilitação para “viciados em drogas” como alternativa ao encarceramento, ampliou o número de países membros da INCB, bem como sua autoridade em relação a países produtores de ópio. Tal protocolo entrou em vigor em 1975.

A Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, criada em 1971, teve por objetivo estabelecer controles sobre as diversas substâncias



semisintéticas e sintéticas que haviam sido criadas pelos laboratórios e corporações farmacêuticas nos anos precedentes, tais como anfetaminas, barbitúricos, benzodiazepínicos e drogas psicodélicas, que haviam se disseminado de maneira veloz nos quatro continentes. Os Estados Unidos foram o principal motor desses desenvolvimentos farmacológicos, estimulando um mercado bilionário de medicamentos baseados em substâncias psicoativas derivadas de produtos naturais ou produzidas totalmente em laboratórios.

A ideia de criar um novo tratado foi justificada com base nas características deste novo conjunto de drogas, designadas psicotrópicas, que seriam diferentes das narcóticas presentes na convenção anterior. Essa distinção, no entanto, é cientificamente questionável e parece ter cumprido um papel estratégico de produzir uma convenção com menos restrições para as drogas lucrativas das corporações farmacêuticas. Da mesma forma que a convenção de 1961, foram criadas quatro escalas de controle para essas drogas, sendo que a única com restrições significativas foi a primeira, na qual foram alocadas drogas consideradas socialmente perigosas e sem uso médico relevante, com destaque para a dietilamina de ácido lisérgico (LSD) e o metilenodioximetanfetamina (MDMA), conhecido como Ecstasy. Não por acaso eram as drogas símbolo da contracultura e dos movimentos antiguerra, considerados subversivos, evidenciando o uso político do controle internacional das drogas. Essa convenção entrou em vigor em 1976. Atualmente, conta com 184 ratificações.

Já a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas surgiu em 1988 como resposta ao crescimento do tráfico internacional de drogas, ao fortalecimento dos

cartéis de drogas colombianos e à cruzada da “guerra às drogas”. Declarada inicialmente pelo presidente estadunidense Richard Nixon em 1971, tal guerra foi reafirmada por Ronald Reagan em 1986 com sua Lei Anti Abuso de Drogas no contexto da expansão do consumo do crack entre a população negra e pobre do país, afetando violentamente tais comunidades (BOX 2). Seu principal pressuposto era a divisão artificial e enganosa entre países produtores e países consumidores de drogas, bem com a necessidade de atacar a fonte dessa produção, centrada nos países periféricos, especialmente da América Latina.<sup>6</sup>

A convenção de 1988 propunha aos Estados-parte a criminalização de todos os aspectos relacionados ao mercado ilícito de drogas, da produção ao consumo. Além disso, propunha mecanismos repressivos pautados na cooperação internacional de órgãos policiais e militares, procedimentos para o combate à lavagem de dinheiro, facilitação do processo de extradição, regulamentação da “entrega vigiada” e confisco de bens obtidos via comércio ilícito de drogas.<sup>7</sup> Uma das novidades desta convenção foi a criação de listas de restrições para precursores químicos, reagentes e solventes que podem ser utilizados para a produção ilícita de drogas. Essa convenção entrou em vigor em 1990. Atualmente, conta com 191 ratificações, a maior dentre as convenções sobre drogas.

As convenções de controle das drogas têm, no geral, uma orientação repressiva e direcionada à proibição, ainda que diferentes drogas tenham tratamentos distintos. No entanto, elas precisaram ter disposições genéricas o suficiente para garantir uma ampla aceitação internacional. Assim, ainda que as normas estabelecidas por essas convenções devam ser seguidas pelos Estados-parte, ou seja, os que as assinaram e ratificaram, elas são passíveis de

<sup>6</sup> Labate, Cavnar and Rodrigues, eds. *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas*. Berlin: Springer, 2016.

<sup>7</sup> Ibid.

## “Guerra às Drogas”, racismo e ativismo

Ao longo de toda sua história, o proibicionismo tem servido como um instrumento de controle social, sobretudo sobre grupos marginalizados e racializados. Em países que passaram pela escravidão, como Brasil e Estados Unidos, o controle criminal e repressivo das drogas tem relação direta com esse fato. No Brasil, o fumo da *cannabis* pelos negros no século XIX definiu os rumos para sua **criminalização**. Nos Estados Unidos, a **desproporcionalidade** das penas atribuídas, por lei, a usuários de cocaína e de crack também tiveram relação com a associação que foi feita entre esta última e as comunidades negras, sujeitas a punições mais duras. Até hoje, a chamada “guerra às drogas” tem impactado de maneira desproporcional comunidades que concentram população negra nos centros urbanos, que são sujeitas com mais frequência a ações repressivas do Estado. É um fato cada vez mais patente que a justiça condena proporcionalmente mais negros do que brancos por crimes relacionado a drogas, os negros são processados por tráfico portando menores quantidades de drogas do que brancos e, ainda, são submetidos a penas mais duras que os brancos. O ativismo de organizações da sociedade civil nacionais e internacionais tem sido fundamental para trazer à tona tais informações e denunciar o racismo da “guerra às drogas”, como é feito, por exemplo, pela **Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas**, pela **Drug Policy Alliance**, pela

**Prison Policy Initiative**, pela **Ponte Jornalismo**, pela **Agência Pública**, pelo **Instituto Sou da Paz**, pela **Plataforma JUSTA** e tantas outras. Recentemente, a **Revista Platô (v.4 n.4)**, periódico da PBPD, lançou um número especial dedicado às intersecções entre política de drogas e desigualdades raciais, no qual é discutido, entre outros temas, as políticas de reparação para populações vulneráveis atingidas pela “guerra às drogas”. Ainda que de maneira restrita, novas medidas de combate ao racismo têm surgido no contexto das propostas de regulação da *cannabis*, relacionadas, por exemplo, à anistia de penas para condenados por crimes relacionados a esta droga ou ações afirmativas que garantam uma entrada qualificada de empresários negros neste mercado legal emergente. Além disso, políticas de reparação dos danos ocasionados pela escravidão e pelo racismo da “guerra às drogas” têm sido debatidas em diferentes localidades. **Evanston**, em Illinois nos Estados Unidos, é a cidade que mais avançou nesta temática e aprovou, em decisão inédita e histórica, a criação de um fundo com recursos dos impostos da venda de *cannabis* que tem o objetivo de subsidiar moradia (auxílio para a compra ou reforma de imóveis) para a comunidade negra em situação de vulnerabilidade social e econômica. Essa experiência motivou o início de um debate federal sobre a temática pautado em reparações financeiras que deve ter desdobramentos nos próximos anos.

interpretação e, por isso, foco de debates e disputas internacionais e dentro dos próprios países. Isso faz com que, a despeito da homogeneidade de normas repressivas em todo o mundo, já existam políticas progressistas de drogas em vários Estados-parte das convenções.<sup>8</sup>

Isso fica evidente em práticas disseminadas de redução de danos (BOX 3), regulação da *cannabis*, descriminalização da posse de

drogas para uso pessoal, entre outras. Nenhuma delas está necessariamente em desacordo com as regras das convenções, que permitem o uso terapêutico e a pesquisa médica (sem uma definição específica) de qualquer droga, bem como a prevalência das normas constitucionais dos países em relação às convenções. Ou seja, a norma internacional não se sobrepõe à norma doméstica dos Estados.

### BOX 3

## Redução de danos e a sociedade civil organizada em perspectiva internacional

Redução de danos (RD) é uma Política Pública da Saúde com princípios e práticas que tem o objetivo de diminuir prejuízos de natureza biológica, social, psíquica e econômica relacionados ao uso de drogas. É construída com o usuário tendo como base o respeito às suas possibilidades. A política de RD afirma a autonomia, a ética, o diálogo e a garantia de direitos humanos dos usuários. Desde os anos 1980, governos e organizações da sociedade civil ampliaram políticas dessa natureza como resposta à epidemia de HIV/AIDS associada ao consumo de drogas injetáveis. Apesar da disseminação de práticas nesse sentido pelo mundo, o tema ainda é foco de **controvérsias** nos fóruns internacionais, ainda que o UNODC já tenha promovido **eventos** sobre o assunto. A **UNAIDS**, o **Alto Comissariado de Direitos Humanos** e a **OMS**, por sua vez, já declararam apoio a tais políticas. No Brasil, tal abordagem ganhou expressão com experiências pioneiras em Santos (1989) e Salvador (1995). Em 2003, a redução de danos se formalizou como

uma estratégia orientadora da Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e da Política de Saúde Mental.

O atual governo federal, no entanto, retirou a redução de danos da orientação da política nacional, mas diversas iniciativas no nível local mantêm tal abordagem. Globalmente, a Redução de Danos tem sido promovida e defendida pelas mais importantes organizações da sociedade civil internacionais e locais. Esse esforço resultou na criação de um consórcio próprio em torno dessa agenda, o **Harm Reduction Consortium**. Dentre outras organizações alinhadas à proposta, destacamos o **IDPC**, a **Drug Policy Alliance**, a **Harm Reduction International (HRI)**, a **Comissão Global sobre Drogas** e a **PBPD**. Já dentre as brasileiras, a Rede Brasileira pela Redução de Danos (**REDUC**), que atua nacionalmente, e o Centro de Convivência **É de Lei**, que atua prioritariamente na cidade de São Paulo, são expressivas organizações com diferentes características, mas com incidência internacional no tema.

<sup>8</sup> Bewley-Taylor, D. Challenging the UN drug control conventions: problems and possibilities, *International Journal of Drug Policy*, (14/2), 2003.

Por fim, as convenções de drogas devem ser lidas à luz de outras convenções da ONU, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Declaração de Durban contra o Racismo de 2001 e diversas outras que também são garantidoras de direitos. Assim, é possível debater interpretações sobre as convenções levando em conta todos esses parâmetros, o que abre oportunidades de inovação em termos de políticas de drogas, ainda que dentro de um escopo delimitado. Tais aspectos são particularmente importantes para a sociedade civil organizada que, por um lado, pode agir no sistema internacional de drogas para minar as interpretações mais repressivas, propondo outras mais progressistas, com o sentido de criar novas narrativas internacionais sobre o tema. Da mesma forma, pode atuar domesticamente no sentido de explicitar contradições das convenções com regras constitucionais dos seus países, evidenciando a necessidade de reorientação política.<sup>9</sup> As experiências internacionais de outros países são importantes instrumentos para identificação desses caminhos de pressão política e possibilidades de atuação.

Para quem tem interesse em se aprofundar nesse tema, vale a pena ler o texto John Walsh e Martin Jelsma chamado *Regulating Drugs: Resolving Conflicts with the UN Drug Control Treaty System*, publicado em 2019 na revista *Journal of Illicit Economies and Development* (vol. 1, nº3).

## 3.2 LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO E RESTRIÇÃO DAS DROGAS

Tanto a convenção de 1961 quanto a convenção de 1971 classificam as drogas em quatro listas ou escalas (Schedules), de acordo com a percepção dos Estados e órgãos da ONU sobre o seu potencial de benefícios médicos e seu risco de abuso e de efeitos nocivos. Cada uma dessas listas prevê um conjunto de restrições e controles que devem ser aplicados pelos Estados e supervisionados pela ONU com o objetivo de evitar o seu uso não autorizado (ex. recreação, prazer) e garantir a sua disponibilidade para uso médico e científico.

A convenção de 1988 tem duas tabelas de produtos que devem ser controlados pelos Estados de forma a evitar o seu descaminho, utilizando as medidas que considerarem necessárias. A primeira tabela agrupa precursores químicos (ex. ácido lisérgico, efedrina) utilizados na produção ilegal de drogas psicotrópicas, como definidas pela convenção de 1971, e a segunda agrupa diferentes tipos de reagentes e solventes (ex. acetona, éter) utilizados na produção ilegal de drogas narcóticas e psicotrópicas, como definidas pela convenção de 1961 e 1971, respectivamente. Essa diferença ocorre porque a convenção de 1961 inclui nas suas Escalas de controle os precursores utilizados para a produção ilegal das drogas que designa como narcóticas. No caso da convenção de 1988, o órgão responsável por fazer recomendações à CND para inserir ou retirar substâncias das tabelas é o INCB.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Bewley-Taylor, D. Emerging policy contradictions between the United Nations drug control system and the core values of the United Nations, *International Journal of Drug Policy*, (16/6), 2005.

<sup>10</sup> Hallam, Bewley-Taylor, Jelsma. Scheduling in the international drug control system. *Transnational Institute. Series on Legislative Reform of Drug Policies No. 25 June 2014.*

## ESCALAS E TABELAS DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS DE DROGAS [IMAGEM 2]

### Convenção Única sobre Drogas Narcóticas (1961)

ESCALA I	ESCALA II	ESCALA III
Substâncias altamente viciantes e suscetíveis ao abuso. Conversíveis em drogas que causam dependência (ex.: ópio, metadona, cocaína, folha de coca, <i>cannabis</i> , oxicodona)	Substâncias menos viciantes e suscetíveis ao abuso do que aquelas listadas na escala I (ex.: codeína, dextropropoxifeno)	Preparações que contêm baixas quantidades de substâncias narcóticas e que não são fortemente suscetíveis ao abuso. Essas preparações estão isentas da maioria das medidas de controle impostas às drogas que contêm as substâncias originais (ex.: <2.5% codeína, <0,1% cocaína)
ESCALA IV		
Algumas drogas também listadas na escala I com propriedades particularmente perigosas e pouco ou nenhum valor terapêutico (ex.: heroína)		

Fonte: Transnational Institute, 2015

### Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (1971)

ESCALA I	ESCALA II	ESCALA III
Drogas que apresentam alto risco de abuso, representam grave ameaça para a saúde pública e têm pouco ou nenhum valor terapêutico (ex.: LSD, MDMA, catinona)	Drogas que apresentam risco de abuso, representam ameaça à saúde pública e têm valor terapêutico baixo ou moderado (ex.: dronabinol, anfetaminas)	Drogas que apresentam risco de abuso, representam ameaça à saúde pública e têm valor terapêutico moderado ou alto (ex.: buprenorfina, barbitúricos)
ESCALA IV		
Drogas que apresentam risco de abuso, representam menor ameaça à saúde pública e têm alto valor terapêutico (ex. tranquilizantes, incluindo Diazepam)		

Fonte: Transnational Institute, 2015

## Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (1988)

**TABELA I**

Precusores de substâncias psicotrópicas, tais como efedrina, piperonal, ácido fenilacético, ácido lisérgico; e alguns reagentes importantes, como anidrido acético usado na conversão de morfina em heroína e permanganato de potássio usado na extração de cocaína

**TABELA II**

Reagentes e solventes que podem ser usados na produção ilícita de substâncias psicotrópicas, mas também têm usos industriais lícitos generalizados, incluindo acetona, éter etílico, tolueno e ácido sulfúrico

Fonte: Transnational Institute, 2015

No caso das escalas da convenção de 1961, a mais restritiva é a Escala IV, seguida pela Escala I, Escala II e Escala III. Esta última é a menos restritiva de todas. No caso da convenção de 1971, a sequência é diferente. A mais restritiva é a Escala I, seguida pela II, III e IV, que é a menos restritiva.

No caso da convenção de 1961, os controles da Escala I, que são os mais restritivos, demandam que a participação de qualquer agente em uma das fases do mercado das drogas lá listadas (ex. cocaína, ópio, folha de coca, metadona, oxicodona) deva ser autorizada pelo governo. Uma autorização especial é requerida para importação e exportação dessas substâncias. Esses agentes são obrigados a manter registros detalhados e rastreáveis das suas transações e o governo é obrigado a ter um sistema de limitação de produção dessas drogas correspondente às demandas médicas e científicas. Por fim, o acesso dos indivíduos a essas drogas só pode ser feito com prescrição médica.

Algumas das drogas desta Escala I podem ser incluídas também na Escala IV, o

que significa que elas não teriam ganhos terapêuticos significativos, dado o seu risco de abuso e, por isso, podem ser alvo de outras medidas especiais de controle avaliadas pelos Estados como necessárias para a contenção do seu uso. As drogas da Escalas II (ex. codeína) e III (ex. preparações com menos de 2.5% de codeína ou com menos de 0,1% de cocaína) têm parte dos controles da Escala I, mas atenuados.

No caso da convenção de 1971, a Escala I é a única considerada similar às Escalas da Convenção de 1961, contendo restrições muito parecidas à da sua Escala IV. É nela que se encontram as drogas psicodélicas, como o LSD e as mescalinas, bem como o MDMA (ecstasy). A convenção atesta, assim, que essas drogas tendem a gerar consumo abusivo, representam grandes riscos à saúde pública e seus ganhos terapêuticos não são atualmente significativos.

As outras três Escalas da convenção têm controles menos estritos, se comparados com os da convenção de 1961, o que reafirma a ideia de que a convenção de 1971

foi mais leniente com as drogas produzidas pelos laboratórios e corporações farmacêuticas, refletindo a pressão internacional dos países desenvolvidos para garantir um comércio mais livre para as suas empresas e privilegiando as drogas produzidas sinteticamente em oposição àquelas advindas diretamente de matéria bruta vegetal, ou seja, de plantas.

A Escala II agrupa drogas que trazem risco, mas têm uso terapêutico, incluindo a versão sintética do delta-9-THC, o dronabinol, e as anfetaminas mais fortes. Na Escala III figuram os barbitúricos e os benzodiazepínicos mais fortes, além de certos analgésicos. Por fim, na Escala IV estão os hipnóticos, ansiolíticos e estimulantes mais fracos.

Tanto a convenção de 1961 quanto de 1971 têm dispositivos que possibilitam inserir, retirar ou mover drogas de uma Escala para outra sem que as convenções em si precisem ser alteradas. As conven-

ções de 1961 e 1971 têm atualmente mais de cem substâncias sob controle, um número que cresce anualmente, dada a contínua criação de novas substâncias psicoativas (NPS, em inglês).

Como explicaremos no próximo tópico, a OMS é o órgão responsável por realizar tais revisões, chamada de “revisão crítica”, por meio do seu Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas (ECDD). A demanda por revisões críticas pode ser feita pela própria OMS, pela CND ou por um Estado-membro das convenções. A revisão crítica de qualquer substância, feita pela ECDD com base em critérios científicos e evidências disponíveis, orienta a recomendação feita pela Direção Geral da OMS à CND, que deve, em sua reunião anual, aceitar ou recusar tais recomendações.<sup>11</sup> Em 2020, a *cannabis* foi reescalada na convenção de 1961 a partir de uma demanda feita pela ECDD (ver BOX 4).

#### BOX 4

### Reclassificação da *Cannabis* e participação das ONGs

Até dezembro de 2020, a *cannabis* e as resinas de *cannabis* estavam listadas na Escala I e IV da convenção de 1961, da mesma forma que a heroína. A ECDD, pautada no avanço do conhecimento sobre os efeitos medicinais da *cannabis*, recomendou em janeiro de 2019 à CND a retirada da *cannabis* da Escala IV, entre outras propostas de reclassificação da planta. E, após diversas reuniões e um processo que demorou quase dois anos, o órgão acatou a proposta por uma pequena margem a favor (27 votos a favor versus 25 votos contrários e uma abstenção). Com isso,

a *cannabis* e as resinas de *cannabis* passaram a figurar somente na lista I da convenção, juntamente com drogas como o ópio e a cocaína. Avalia-se que essa reclassificação possibilitará um adensamento das pesquisas com a planta e o avanço do seu uso medicinal internacionalmente nos próximos anos. A decisão final da CND foi tomada em um contexto no qual mais de 50 países do mundo já haviam adotado medidas de regulamentação da *cannabis* medicinal, enquanto alguns outros, como Canadá, Uruguai, México e 15 estados norte-americanos, já haviam

11 Ibid.

regulado inclusive o seu uso adulto. As declarações das delegações estatais podem ser acessadas por [esse site](#). Ao longo de 2020 a CND organizou reuniões informais virtuais sobre as recomendações da OMS, mas o acesso das ONGs a esse debate foi restrito. Por isso, foram realizadas “reuniões entre sessões” em que a presença das organizações da sociedade civil foi expressiva. Nessas ocasiões, algumas delas, tanto com perfis progressistas quanto com perfis conversadores, tiveram a oportunidade

de compartilhar suas visões a respeito do tema, como: a Society for the Advancement of Global Understanding, a Community Alliances for Drug Free Youth, a Society of Cannabis Clinicians, a Familias y Retos Extraordinarios AC, Everest Green Crescent Nepal, Centre for Corrections and Human Development. Seus pronunciamentos podem ser acessados no [site](#) do evento. A decisão tomada pode funcionar como instrumento para que as ONGs pressionem seus governos pela reforma de suas legislações concernentes à *cannabis*.

Um curso online gratuito criado pela CND sobre o processo de escalonamento de drogas nas convenções internacionais pode ser acessado [neste link](#). Além disso, o texto do IDPC elaborado pelo Hallam, Bewley-Taylor e Jelsma em 2014, Escalonamento no Sistema internacional de controle de drogas ([texto em inglês](#)), traz uma análise rica sobre diferentes contradições do processo de escalonamento de drogas pela Comissão sobre Drogas Narcóticas.

### 3.3 PRINCIPAIS ORGÃOS E SUAS FUNÇÕES

Os órgãos da ONU responsáveis pelo controle internacional das drogas evoluíram desde o início do século XX, junto com as diversas convenções a respeito do tema. Eles foram sendo criados, transformados,

fundidos ou extintos na medida em que as normas mudaram e se adensaram, até chegar no seu formato contemporâneo.<sup>12</sup>

Atualmente, três órgãos são diretamente responsáveis por operacionalizar as normas internacionais de controle das drogas. São eles: a CND, o INCB e o UNODC. Além disso, cumpre um papel fundamental de apoio a esses órgãos a OMS, por meio do seu Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas (ECDD).

A CND foi estabelecida em 1946 como uma comissão técnica do ECOSOC e é o principal órgão de formulação da política internacional de drogas. Ele é formado por 53 Estados eleitos entre os membros da ECOSOC – levando-se em conta equilíbrio de representação geográfica – que são responsáveis por discutir e decidir por votação todas as questões relevantes relacionadas ao controle de drogas que estão previstas nas convenções de 1961, 1971 e 1988.

<sup>12</sup> Pereira, P. J. R. A ONU e o Sistema Internacional de Proibição das Drogas. Figueiredo; Feffermann; Adorno (orgs.). Drogas & Sociedade Contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017, pp. 85-105.



Essa plenária da CND ocorre anualmente em Viena por uma semana no mês de março e por alguns dias em dezembro. Outras reuniões são eventualmente organizadas para tratar de temas relevantes.

Uma das principais atividades da CND é decidir sobre recomendações da OMS e do INCB para inserir, alterar ou retirar substâncias do controle internacional. A CND também é responsável por aprovar o orçamento do UNODC, órgão com o qual conta para dar apoio à operacionalização das suas decisões junto aos Estados-membros das convenções.

O UNODC foi criado em 1997 pela fusão do Programa Internacional de Controle de Drogas das Nações Unidas (UNDCP) e da Divisão de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal do Escritório das Nações Unidas em Viena. Intitulada inicialmente de Escritório de Controle de Drogas e Prevenção do Crime, o órgão adquiriu seu nome atual em 2002. Sua atuação é prioritariamente junto aos Estados, ajudando na ratificação e implementação das convenções internacionais sobre drogas. Além disso, desenvolve projetos de cooperação técnica e produz pesquisas e análises, dentre as quais a mais conhecida é o anuário [Relatório Mundial das Drogas](#), que fornece um panorama mundial sobre a situação das principais drogas consideradas ilícitas. Os dados para a estruturação do relatório são fornecidos pelos próprios Estados, utilizando o Questionário de Relatório Anual (ARQ), pautado em métricas tradicionais repressivas para indicar êxito das ações, tais como número de pessoas presas e processadas por crimes relacionados a drogas, quantidade de drogas apreendidas, prevalência de uso de drogas, áreas de erradicação de cultivos ilícitos, entre outras.

A constituição histórica deste órgão expressa um viés de associação entre drogas e crime, fazendo com que a abordagem sobre as políticas de drogas tenha, no mais das vezes, uma ênfase repressiva em detrimento de outras, como a da redução de danos. O investimento no combate ao terrorismo, que ganhou expressão nas últimas décadas, reforçou essa orientação, atribuindo ao mercado ilícito de drogas a responsabilidade pelo suporte financeiro para ações violentas desta natureza. Vale notar, no entanto, que os escritórios locais do UNODC em alguns países podem assumir uma perspectiva mais progressista, dependendo das dinâmicas políticas locais, grupos de pressão e interesses.

Atualmente, o UNODC está presente em 73 países por meio de 17 escritórios, sendo um deles o [Escritório de Ligação de Parceria no Brasil](#), em Brasília. O orçamento anual do UNODC provém quase que totalmente de contribuições voluntárias dos Estados, organizações multilaterais e setor privado. Dessas contribuições, mais de 95% têm usos pré-determinados pelos doadores. Ou seja, respondem aos próprios interesses de quem aportou o recurso e não confere autonomia ao debate sobre prioridades ou inovação política, o que tem gerado críticas por parte de diversos atores da sociedade civil.

O terceiro principal órgão do sistema internacional do controle de drogas é o INCB, criado em 1968, por determinação da convenção de 1961, mesclando o Conselho Central Permanente de Narcóticos de 1925 e o Órgão Superior de Drogas de 1931.

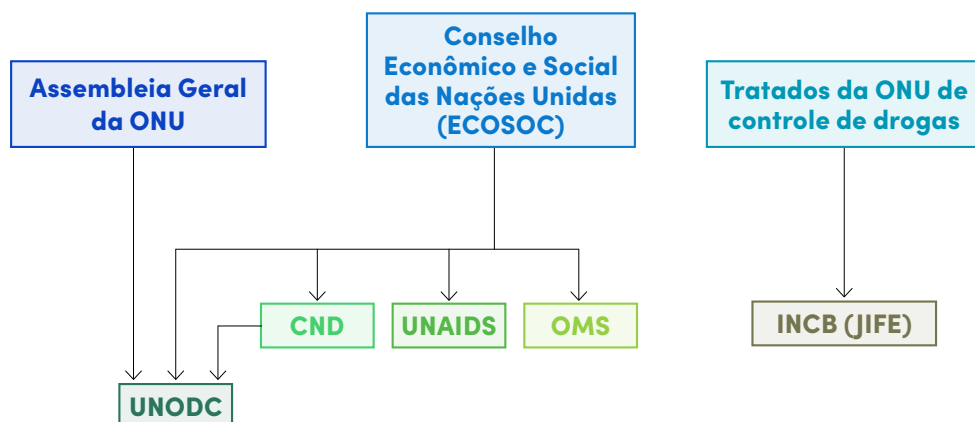
Sua principal função é a de garantir a disponibilidade de drogas em quantidade necessária para propósitos médicos e científicos em todos os países, evitando o des-caminho para o mercado ilícito. Para tanto, o órgão define quotas de produção, importação e exportação de droga para cada país para atingir essas necessidades, mesmo para aqueles que não são parte das convenções de drogas ou membros da ONU. Além disso, o órgão também é responsável por propor à CND a inserção, retirada ou realocação de substâncias precursores químicos ou reagentes e solventes das listas da convenção de 1988. Anualmente, o INCB elabora um [relatório](#) das suas atividades e avaliações sobre o funcionamento do sistema internacional de controle de drogas, apontando falhas e recomendações de correção aos governos.

O INCB se autodenomina um órgão independente e quase judicial de especialistas composto por 13 indivíduos eleitos pelo ECOSOC entre duas listas, uma com indicações governamentais e outra de indicações da OMS, que devem ser especialistas competentes na área médica, farmacológica e farmacêutica. O número de eleitos de cada dessas listas é, respectivamente, dez e três. A expectativa é que esse grupo de pessoas atue de maneira imparcial e com independência em relação aos governos.

Por fim, de acordo com a convenção de 1961 e 1971, a OMS, por meio do seu Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas (ECDD), é o órgão responsável por elaborar avaliações técnicas, médicas e científicas sobre o nível de controle internacional deman-

dado para uma determinada substância psicoativa. O ECDD, composto por um grupo de especialistas independentes da área de investigação sobre drogas e medicina, faz essa avaliação a partir do conhecimento científico atual a respeito de determinada droga, levando em conta seu impacto na saúde pública, as evidências sobre a dependência que pode gerar e seus usos terapêuticos. A partir disso, faz recomendações para a CND inserir substâncias nas listas de controle das convenções, retirá-las ou mudá-las de lista. As mais recentes diretrizes para a revisão da OMS de substâncias psicoativas para controle internacional são de 2010 e podem ser consultadas [aqui](#). Com periodicidade anual, o comitê elabora relatórios técnicos que resumem as principais conclusões da reunião do ECDD, bem como informações relevantes sobre outros organismos internacionais envolvidos no controle de drogas. O último deles, resultado do encontro de 2020, pode ser acessado [aqui](#). A imagem 3 traz um organograma de todos esses órgãos destinados a colocar em funcionamento o controle internacional das drogas da ONU, identificando suas vinculações e hierarquias.

### ORGANOGRAMA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE DE DROGAS DA ONU [IMAGEM 3]



Fonte: UN System Chart.

## 3.4 OUTROS ORGÃOS

Além dos órgãos diretamente ligados à temática das drogas, outras agências e programas da ONU abordam assuntos que lhe são transversais e estão com ela conectados. Esse é o caso do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS).

O OHCHR, estabelecido em 1993, é um órgão da ONU que se dedica à promoção e proteção dos Direitos Humanos, formalizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Como parte de uma agenda bastante abrangente, o órgão dá atenção ao controle internacional das drogas na medida em que ele impacta a proteção dos Direitos Humanos. A atuação do OHCHR nesse aspecto se centra nas necessidades das

pessoas em situação de vulnerabilidade, que enfrentam grandes desafios diante das políticas de drogas adotadas globalmente.

Em 2018, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU **demandou** ao Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos a elaboração de um relatório que analisasse o “problema mundial das drogas” sob a ótica do respeito aos Direitos Humanos. Isso foi feito a partir de consultas aos Estados, demais agências da ONU e representações da sociedade civil. Uma **longalista** de ONGs do mundo todo submeteram suas contribuições, destacando desafios e apontando recomendações. Um dos temas mais enfatizados foi a relevância das políticas de redução de danos, uma abordagem que progressivamente vem sendo **apoiada** pelo OHCHR. Vale destacar que ONGs brasileiras têm tido destaque nos debates internacionais sobre o assunto (BOX 5).

## É de Lei entre o local e o internacional

O **Centro de Convivência É de Lei** foi fundado em 1998 e desde então realiza ações voltadas à redução de danos na cidade de São Paulo, tornando-se um dos primeiros espaços de convivência do Brasil para pessoas que fazem uso de drogas.

No início das suas atividades, o centro investiu na articulação com uma das principais organizações internacionais de redução de danos, a Harm Reduction International. Nos últimos anos, ampliou essa atuação, obtendo financiamentos internacionais, participando da constituição da Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD), envolvendo-se nas atividades do IDPC e atuando em cooperação internacional com ONGs de diferentes países pela **Elton John AIDS Foundation**.

A participação em todos esses espaços fortaleceu a relação com a sociedade civil organizada dedicada ao tema da redução de danos em muitos lugares, com destaque para a América Latina.

A grande contribuição do É de Lei, nacional e internacionalmente, é, de acordo com Maria Angélica Comis,

sua atuação diretamente no campo com a população mais vulnerável que usa drogas. O trabalho desenvolvido em um contexto de extrema desigualdade e falta de acesso a itens básicos, como água, obrigou a organização a inovar constantemente em estratégias de cuidado e tecnologias de abordagem e comunicação. Isso só foi possível com o envolvimento das próprias pessoas assistidas, sendo que algumas inclusive são incorporadas na equipe da organização.

É essa atuação direta e constante no campo e com os próprios assistidos que construiu um diferencial para ser compartilhado internacionalmente e servir como referência de atuação na área de redução de danos, como no caso da participação na elaboração do **guia técnico** “Prevenção, tratamento, apoio e cuidados com o HIV para pessoas que usam drogas” da OMS, UNAIDS e UNODC ou no **destaque recebido** pelas ações realizadas no âmbito da campanha global “Support. Don’t Punish” do IDPC.

O PNUD também se [posicionou](#) sobre o tema, destacando as conquistas alcançadas na UNGASS de 2016. Ao retomar os termos do documento final, enfatizou a importância de se promover “políticas de drogas voltadas para o desenvolvimento, que respeitem, protejam e promovam os Direitos Humanos, liberdades fundamentais e dignidade humana, em linha com a visão da Agenda 2030 para a Sustentabilidade Desenvolvimento e o compromisso de não deixar ninguém para trás”. Com base nesses princípios orientadores, a organização valorizou as propostas de “[desenvolvimento alternativo](#)”, como forma de endereçar os problemas de desenvolvimento nos contextos rurais e urbanos. Além disso, também recomendou que os Estados levassem em consideração a pobreza, a marginalização social e econômica e a infraestrutura deficiente como forças subjacentes ao crescimento das economias ilícitas relacionadas às drogas. Nesse mesmo sentido, portanto, é fundamental a participação ativa e o empoderamento das comunidades locais nesses esforços, levando em conta suas especificidades e necessidades locais.

Além do OHCHR e do PNUD, a UNAIDS também se posiciona como uma agência da ONU intensamente ativa no sistema internacional de controle de drogas. A promoção à redução de danos tem sido o mais importante elo dessa conexão. As políticas voltadas ao fornecimento e troca de

seringas a usuários de drogas injetáveis têm sido fundamentais para o controle de doenças transmissíveis, como o HIV/AIDS. A UNAIDS encampa o problema das drogas preocupada, sobretudo, com as condições oferecidas aos usuários de drogas. Isso porque, segundo [relatório](#) publicado pela organização, “a criminalização do uso e porte de drogas para uso pessoal e o estigma, discriminação e violência generalizados enfrentados pelas pessoas que usam drogas dificultam o acesso aos serviços de saúde e redução de danos”, essenciais para o controle da HIV/AIDS.

Esse amplo espectro de órgãos da ONU envolvidos com o tema das drogas sugere a importância de uma abordagem multidisciplinar, pautada na garantia ao desenvolvimento e aos Direitos Humanos, que extrapola o vínculo com as agências oficialmente voltadas para o controle internacional das drogas. Esta perspectiva mais ampla sugere uma multiplicidade de caminhos que podem ser explorados pela sociedade civil organizada.

Para saber mais sobre a crescente participação de outros órgãos da ONU no controle internacional de drogas, conheça o relatório produzido por [Martin Jelsma](#) intitulado *UN Common Position on drug policy - Consolidating system-wide coherence*, publicado pelo IDCP e pelo Transnational Institute em 2019.

# 4 POR QUE A SOCIEDADE CIVIL DEVE INCIDIR NESSE CONTROLE?

**As políticas de drogas adotadas em âmbito local, nacional e regional refletem**, em grande medida, diretrizes que foram formuladas internacionalmente, sobretudo nos espaços decisórios da ONU.

As decisões políticas tomadas na instituição são feitas pelos Estados-membro, que são os únicos participantes com poder de voto. Isso significa que decisões que impactam diretamente comunidades locais ocorrem em espaços de poder pouco acessíveis e distanciados dos grupos sociais mais afetados por elas.

Um conjunto cada vez mais amplo de organizações da sociedade civil está atento à necessidade de incidir sobre esse sistema de controle internacional de drogas. Por isso, tem buscado canais institucionais que possam incorporar suas agendas, nem sempre compartilhadas pelo alto escalão do poder estatal, e romper barreiras burocráticas para a sua atuação nos órgãos da ONU em que as políticas de drogas são decididas. O engajamento de ONGs progressistas nesses canais institucionais é fundamental. Nas últimas décadas, alguns caminhos para essa participação mais ampla e efetiva já foram abertos, possibilitando algum nível de incidência. O maior envolvimento da sociedade civil nesses espaços pode gerar impacto nas decisões políticas tomadas pela ONU, bem como possibilitar a abertura de novas trilhas que

garantam a representatividade dos temas relevantes para a sociedade civil.

A participação de organizações do Sul Global é particularmente relevante, sobretudo dos países latino-americanos que sentem os efeitos nefastos da “guerra às drogas” de maneira mais dramática. A América Latina concentra a produção de importantes drogas consideradas ilegais (particularmente cocaína) e, como consequência, também concentra as ações repressivas que foram pensadas e decididas no âmbito internacional. Como resultado, a maioria dos países vivencia altos índices de homicídio, **violência policial** e **encarceramento em massa** derivados de crimes relacionados às drogas, violência estas que vitimizam sobretudo a população negra e marginalizada. Organizações do Movimento Negro dedicadas ao tema das drogas têm levado esse tema para a arena internacional (BOX 6). A isso se soma à desigualdade de **acesso** a medicamentos, tratamento e limitação de políticas centradas na redução de danos, expressando políticas de drogas preconceituosas, violentas e distantes de avaliações baseadas em evidências.

## A atuação internacional da Iniciativa Negra para uma Nova Política de Drogas

Desde sua criação, em 2015, a [Iniciativa Negra](#), primeira ONG negra do país com sede em Salvador e São Paulo, trabalha por uma política de drogas que priorize a justiça racial e econômica, uma vez que a “guerra às drogas” é um instrumento de opressão da população negra em diferentes lugares do mundo. Sua atuação rapidamente ganhou contornos internacionais ao ser financiada pela Open Society Foundations para [participar](#) na UNGASS 2016, onde promoveram diversas articulações políticas para a apresentação da Carta das Organizações Negras Brasileiras, assinada por 46 entidades do Movimento Negro de todo o país. Depois disso, várias outras ações internacionais foram conduzidas na Europa, nos Estados Unidos e

na América Latina em conjunto com diferentes grupos, via consórcios internacionais, como o IDPC, em fóruns dentro e fora da ONU e organizando eventos internacionais no Brasil. Na avaliação de Dudu Ribeiro, co-fundador e coordenador executivo da Iniciativa Negra, o tema da reparação para populações afetadas diretamente pela proibição das drogas é central no debate das novas propostas políticas sobre o tema e demanda um olhar direcionado aos indivíduos e à coletividade, seja sob a forma de comissões da verdade da “guerra às drogas”, compensação pecuniária, entre outras. Para conhecer mais sobre o tema e sobre as ações promovidas pela organização, [acesse as pesquisas produzidas e publicadas no site.](#)

Os efeitos negativos desse modelo têm gerado reações de governos e grupos da sociedade civil preocupados em encontrar alternativas. Nas últimas décadas, é possível identificar exemplos dessa postura ativa na região latino-americana com o envolvimento decisivo de organizações da sociedade civil, como é o caso da regulação

do mercado integral da *cannabis* no Uruguai (BOX 7). Essa inovação política tem inspirado debates e decisões correlatas em outros países das Américas, incentivando o avanço da regulação da *cannabis* para seu uso medicinal, industrial e adulto, como no caso de estados estadunidenses, Canadá e México.

## Sociedade civil organizada e regulação da *cannabis* no Uruguai

O Uruguai foi o primeiro país do mundo a **regulamentar** integralmente o mercado de *cannabis*. A histórica lei, aprovada em 2013, impactou o debate sobre a regulação da *cannabis* globalmente, sobretudo por meio da articulação transnacional das organizações da sociedade civil que foram fundamentais nesse processo. Movimentos sociais que atuavam há décadas no país tiveram papel determinante na aprovação desta Lei. É o caso das organizações dedicadas a garantir o direito de uso e a reivindicar políticas de redução de danos, o movimento de mães de filhos enfermos que demandava acesso à *cannabis* para fins medicinais, além das organizações de usuários que promoveram réplicas das Marchas Mundiais da *Cannabis*, questionando preconceitos e estereótipos, além de pautar regularmente o tema na agenda pública. Outras organizações nacionais e internacionais produziram campanhas pela regulamentação da *cannabis*. Algumas das mais importantes foram a Monitor Cannabis Uruguay (instituto de pesquisa acadêmica vinculado à Universidad de la Republica), a Advocacy for Human Rights in the Americas, a Comissão Global sobre Políticas de Drogas e a Washington Office on Latin America (WOLA), bem como as fundações Open Society e Friedrich-Ebert-Stiftung. Uma das mais relevantes campanhas lançadas pela sociedade civil foi a “Regulación Responsable”, formulada

por uma coalizão de acadêmicos, profissionais da saúde, figuras públicas e ONGs uruguaias. Nos anos seguintes, na fase de implementação, as organizações da sociedade civil continuam tendo atuação relevante, cobrando melhorias na política que enfrenta diferentes tipos de problemas, tais como exigência de registro dos usuários, a dificuldade de acesso à própria *cannabis*, a falta de uma normatização mais estruturada de acesso à *cannabis* medicinal, entre outros. Os êxitos e os problemas da experiência uruguia possibilitaram às organizações da sociedade civil de outras partes do mundo aprenderem com o processo para atuar nas suas próprias localidades. Esse foi o caso da Drug Policy Alliance, que enviou seus representantes ao Uruguai durante o trâmite da lei. Posteriormente, a organização viria a assumir um papel fundamental na regulação da *cannabis* em estados estadunidenses. A campanha “Regulación Responsable” também tem sido replicada por grupos da sociedade civil da Espanha. À época, o IDPC lançou uma carta com o apoio de mais de 100 ONGs do mundo todo à decisão do Uruguai. Para conhecer mais sobre a regulação uruguia, acesse o **relatório** publicado pela WOLA, o **artigo** produzido por Marcos Baudean pelo Monitor Cannabis Uruguay e o **artigo** publicado por Maurício Fiore e Paulo Pereira na revista Novos Estudos do Cebrap.



O controle internacional de drogas está em constante transformação. Os rumos de tais mudanças dependem de uma série de fatores, dentre os quais está a capacidade da sociedade civil de se organizar internacionalmente com o objetivo de fazer valer sua agenda. As ONGs são fundamentais nessa função, ao propor um debate qualificado, apresentar inovações baseadas em evidências científicas e disseminar novas experiências exitosas adotadas por governos locais e nacionais. Elas também cumprem função decisiva na proteção aos Direitos Humanos, à saúde pública e ao desenvolvimento social, assumidos como princípios básicos de qualquer política de drogas.

Acontecimentos marcantes, como a criação da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia em 2009, os posicionamentos políticos na Cúpula das Américas de 2012, os debates na UNGASS de 2016, a regulação da *cannabis* para fins medicinais e adultos em muitos países do mundo e o reescalonamento da *cannabis* pela CND em 2020 são alguns exemplos de como o histórico consenso repressivo que marcou as décadas passadas está em xeque. Está em processo de construção uma proposta alternativa que ainda demandará inúmeras ações e envolverá muitos conflitos de valores e interesses.

Nesse contexto, as ONGs podem assumir papéis decisivos, seja na tradicional esfera doméstica, dentro dos Estados, seja

na esfera internacional, ainda pouco explorada e cheia de oportunidades e desafios. Nesse sentido, a sociedade civil pode atuar em várias etapas do processo de formulação e implementação da política de drogas. No nível da formulação, as ONGs exercem um papel fundamental de *advocacy*, pressionando por políticas de drogas pautadas em direitos e, ao mesmo tempo, fornecendo dados cientificamente embasados às instâncias governamentais nos espaços de negociação nacionais e globais, inclusive compondo as delegações governamentais nos eventos internacionais.

No nível da implementação, as ONGs monitoram como as transformações do controle internacional das drogas são traduzidas pelos governos, além de se engajar na própria implementação de tais políticas, oferecendo conhecimentos e prestando serviços. As ONGs também estabelecem contato com diferentes instâncias do governo, incluindo partidos políticos que podem dar suporte às pautas da sua agenda, pressionando instâncias executivas e apresentando propostas legislativas.

As trilhas disponíveis para o engajamento efetivo das ONGs são, assim, inúmeras e fundamentais para a elaboração de políticas de drogas mais justas. Exploramos algumas dessas possibilidades a seguir, fornecendo informações que podem facilitar essa atuação no âmbito internacional.

# 5 QUAIS OS CANAIS PARA A SOCIEDADE CIVIL INCIDIR NESSE CONTROLE?

**Nos próximos tópicos, há um “passo a passo”** de como participar dos diversos fóruns nos quais o controle internacional de drogas é definido. Os canais de participação das ONGs são múltiplos e as possibilidades de incidência em cada um deles é distinta.

Compreendê-las, portanto, é fundamental para que diferentes atores da sociedade civil identifiquem quais esforços respondem melhor às suas demandas e propostas.

Na ONU, uma rede de agências gerencia o controle internacional das drogas, assumindo diferentes funções e oferecendo distintos graus de abertura à atuação da sociedade civil. Compõem essa rede a CND, o UNODC, o INCB, a OMS e outros órgãos.

Cabe destacar, também, a importância dos consórcios internacionais de ONGs no debate sobre o controle internacional das drogas, como o Vienna NGO Committee on Narcotic Drugs (VNGOC), o New York NGO Committee on Drugs (NYNGOC) e o Consórcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC). Essas redes de organizações promovem a articulação global de atores da sociedade civil e alguns deles possibilitam uma atuação direta no Sistema ONU.

Os tópicos a seguir sistematizam as informações necessárias para que as ONGs possam compreender quais são os principais canais para se incidir no controle internacional de drogas da ONU e como acessá-los.

## 5.1 CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS (ECOSOC)

Para participar da maioria das reuniões, sessões e outros eventos oficiais promovidos pelos órgãos e agências da ONU, as organizações da sociedade civil devem estar credenciadas perante o **ECOSOC**. Isso significa que as ONGs devem adquirir o chamado “status consultivo” para fazer parte dos fóruns internacionais promovidos pela ONU, inclusive naqueles em que os principais aspectos do controle das drogas são decididos.

Há uma série de documentos produzidos pelo próprio ECOSOC com informações sobre tal credenciamento. Sistematizamos a seguir o passo a passo do [Guia para ONGs: como obter o status consultivo](#) de modo a facilitar a compreensão do processo. Este Guia para ONGs contém prints das páginas de cada etapa do processo de credenciamento online que podem ser consultadas para facilitar a identificação visual do passo a passo. Assim, aqui indicaremos a página

do documento em que constam os prints de tela mais relevantes sobre as etapas.

**PASSO 1:** criação de perfil. Todas as organizações da sociedade civil interessadas em receber o status consultivo devem criar um perfil no sistema de registro do ECOSOC (clique [aqui](#) para acessar o site). Nessa página, há uma série de opções no menu do lado esquerdo da tela, no qual consta o botão “Apply for consultative status” (aplicar para status consultivo). Depois de selecionar essa opção, é preciso seguir as próximas etapas que aparecem no próprio site. Na página 27 do [Guia](#) do ECOSOC, estão os prints da tela e todos os detalhes sobre a criação do perfil.

**PASSO 2:** apresentação da solicitação (via internet). Depois de criar o perfil, as ONGs devem apresentar a solicitação do credenciamento no próprio sistema digital do ECOSOC. É necessário anexar cópias dos seguintes documentos: estatuto da organização, certidão de registro, extrato financeiro e relatório anual mais recentes, além de um formulário do ECOSOC preenchido online. Todos os documentos anexados devem ser traduzidos para a língua inglesa ou francesa.

Para submeter esses materiais, a ONG deverá fazer login no sistema. Uma vez logada, é preciso clicar nos botões “Consultative status” (status consultivo) e, em seguida, “Submit application” (submeter solicitação). Depois de clicar nesse segundo botão e inserir os documentos solicitados, a ONG terá acesso ao formulário a ser preenchido. Mais detalhes sobre essa etapa podem ser encontrados na página 29 do Guia do ECOSOC.

**PASSO 3:** verificação da solicitação (Seção de ONGs e Comitê de ONGs). Após a apresentação da solicitação de credenciamento, a Seção de ONGs do ECOSOC, responsável pela tria-

gem dos requerimentos, analisará a solicitação da ONG. Se a Seção considerar que a solicitação está completa, a ONG receberá uma carta informando a decisão e a data marcada para que o Comitê de ONGs, órgão subsidiário do ECOSOC, também analise o requerimento.

Esta data refere-se a uma sessão, que ocorre duas vezes por ano (em janeiro e em maio), em que o Comitê de ONGs analisa todas as solicitações de status consultivo daquele período. Nesta sessão, é possível que até dois representantes da organização social estejam presentes para tirar quaisquer dúvidas do Comitê sobre a ONG (informações sobre como participar desta sessão são disponibilizadas na carta encaminhada pela Seção de ONGs). No entanto, a presença não é obrigatória e não afeta a análise do requerimento.

Uma vez analisada a solicitação, o Comitê envia uma notificação oficial à ONG sobre sua decisão, que ainda deve ser acatada pelo ECOSOC. Para mais detalhes, ver as páginas 32 e 33 do Guia.

**PASSO 4:** decisão final do ECOSOC. Após analisar os documentos das ONGs, o Comitê envia suas recomendações ao ECOSOC para que a decisão final seja tomada. O órgão revisa essas recomendações na sessão seguinte – que geralmente acontece em julho do mesmo ano –, levando em conta os relatórios produzidos pelo Comitê de ONGs nas sessões anteriores.

Se o ECOSOC aprovar a solicitação, a ONG recebe uma carta de notificação oficial e o processo se encerra. A partir desse momento, a ONG poderá participar dos diversos canais oferecidos pelas agências da ONU (ver página 37 do Guia para mais informações). Se a solicitação for negada, é possível entrar com um novo pedido de credenciamento seguindo os mesmos passos, mas é preciso levar em consideração a justificativa do ECOSOC para a reprovação e fazer determinados

ajustes no próximo requerimento.

**PRE-REQUISITOS** Para que as ONGs solicitem o status consultivo, é necessário que cumpram alguns requisitos básicos: a organização deve ter estatutos e processos decisórios democráticos, sede própria, diretor-executivo e estrutura representativa. Ademais, a ONG deve existir há, no mínimo, dois anos e apresentar ao Comitê os relatórios de sua situação financeira. Por fim, é necessário que o trabalho da organização esteja alinhado com a atuação do ECOSOC e de seus órgãos subsidiários. Mais detalhes sobre os requisitos podem ser encontrados na página 26 do Guia.

Uma ONG credenciada na ECOSOC tem acesso mais amplo aos canais institucionais da ONU, inclusive aqueles que lidam com o controle internacional das drogas. Há, no entanto, algumas outras formas para que ONGs sem status consultivo na ECOSOC façam incidência nos debates internacionais sobre o tema – especialmente por meio dos consórcios internacionais de ONGs, que serão sistematizados ao longo deste capítulo.

## 5.2 COMISSÃO SOBRE DROGAS NARCÓTICAS (CND) E ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC)

ONGs com status consultivo na ECOSOC podem participar como observadoras das sessões anuais da CND. No UNODC, ONGs têm a possibilidade de atuar por meio do UNODC Civil Society Team, como será explicado ainda neste tópico.

Enquanto observadoras, as organizações da sociedade civil podem presenciar todas as sessões da Comissão (exceto as reuniões informais restritas aos Estados Mem-

bros), participar dos eventos especiais que ocorrem ao longo do ano, fazer intervenções orais durante algumas das sessões e apresentar declarações por escrito à Comissão. O Guia Prático para a Participação de ONGs do UNODC oferece instruções para cada uma dessas possibilidades de participação. Destacamos as principais delas a seguir.

### PARA COMPARECER ÀS SESSÕES DA CND

As sessões anuais da CND ocorrem na sede da ONU em Viena, Áustria (para mais informações sobre a sede, clique [aqui](#)). Para poder participar das sessões, todas as ONGs devem estar credenciadas. É necessário enviar uma carta solicitando o credenciamento para o Secretariado do UNODC ([Secretariat to the Governing Bodies](#)) até uma semana antes da sessão, que deve identificar o título e a data da sessão na qual a ONG deseja participar, bem como o contato dos representantes da organização.

Além da solicitação do credenciamento, também é necessário o preenchimento do formulário de registro, que pode ser encontrado neste [link](#). Para acessar o formulário, é preciso criar uma conta no Indico, sistema de registro para eventos e conferências da ONU, que disponibiliza um [passo a passo](#) para a criação da conta e acesso aos formulários de credenciamento.

A carta de solicitação e o formulário de registro preenchido devem ser enviados para o endereço [unodc-sgb@un.org](mailto:unodc-sgb@un.org). Em seguida, os representantes das ONGs serão contatados via e-mail e deverão fazer upload de uma foto de perfil, seguindo as instruções conferidas no próprio e-mail recebido. O sistema coletará esses dados para gerar um crachá de identificação, a ser retirado presencialmente no dia da sessão, mediante apresentação de documento de identidade e cópia impressa da carta de solicitação.

Durante as sessões, não é permitido fazer gravação de áudio ou transmissão ao vivo da reunião.

### COMO APRESENTAR DECLARAÇÕES POR ESCRITO À CND?

Todas as ONGs com status consultivo junto ao ECOSOC podem apresentar declarações escritas à CND. A declaração deve ser emitida em inglês, francês ou espanhol e enviada por e-mail para [unodc-sgb@un.org](mailto:unodc-sgb@un.org) até duas semanas antes da sessão. As solicitações devem conter as seguintes informações:

1. Dados de contato do representante responsável pela declaração;
2. Nome da ONG conforme registrado no ECOSOC;
3. Lista de outras ONGs que não tenham status consultivo do ECOSOC, mas que apoiem a declaração emitida;
4. Número do item da agenda da sessão ao qual a declaração se refere;

Este é um recurso utilizado pelas organizações que não conseguem estar presentes durante as sessões, mas que desejam registrar sua posição sobre o assunto. As ONGs são responsáveis pelo conteúdo de suas declarações, que devem respeitar integralmente os princípios gerais da ONU e evitar qualquer tipo de linguagem abusiva ou ofensiva.

### COMO SOLICITAR PERMISSÃO PARA PRONUNCIAMENTO DURANTE AS SESSÕES DA CND?

Os membros credenciados das ONGs que estarão presentes na sessão podem se inscrever previamente para fazer um pro-

nunciamento sobre qualquer um dos itens da agenda do evento. É uma declaração de, no máximo, cinco minutos. A ONG deve se inscrever na lista de palestrantes do evento por meio de um e-mail encaminhado para [unodc-sgb@un.org](mailto:unodc-sgb@un.org), informando o nome do membro que fará a fala e o item da agenda da sessão sobre o qual deseja se pronunciar.

Durante a reunião, os membros escolhidos para o pronunciamento devem, ainda, registrar-se na lista de oradores na mesa oficial de conferência. A ordem de fala é pré-estabelecida, de modo que as ONGs tomam a palavra depois dos Estados-Membros, das agências e órgãos da ONU e de outras organizações intergovernamentais. Solicita-se que uma cópia impressa do pronunciamento seja fornecida aos Oficiais da Conferência no plenário, de modo a facilitar o trabalho dos intérpretes.

Para mais informações e detalhes sobre a participação da sociedade civil em sessões e eventos da CND, acesse o [Guia Prático para a Participação de ONGs](#).

## 5.2.1 THE UNODC CIVIL SOCIETY TEAM: O QUE É E COMO PARTICIPAR?

As ONGs também podem participar dos debates e decisões sobre o controle de drogas pelo UNODC Civil Society Team. Essa instância interage com diversas organizações da sociedade civil por meio das chamadas organizações “guarda-chuva” e propõe eventos específicos para ONGs inseridas no debate sobre as políticas de drogas.

O [UNODC Civil Society Team](#) trabalha com três organizações “guarda-chuva”: The Alliance of NGOs on Crime Prevention and Criminal Justice, The UNCAC Coalition e The Vienna NGO Committee on Drugs

(VNGOC). Dessas três organizações, o VNGOC é a mais relevante para o tema da participação da sociedade civil no controle internacional de drogas, pois agrupa representantes de um grande conjunto de ONGs e possibilita o seu envolvimento em atividades da ONU relacionadas à formulação das políticas internacionais de drogas. Este é, portanto, um canal alternativo para a participação de ONGs sem status consultivo na ECOSOC em eventos da CND e do UNODC. Para mais informações, acesse o [site](#) do VNGOC.

Os principais objetivos das organizações “guarda-chuva” ou consórcios são apoiar o trabalho do UNODC, comunicar informações locais e regionais que possam ser relevantes para o debate do controle internacional de drogas, representar interesses de seus membros em sessões e conferências do UNODC e facilitar o diálogo entre as ONGs e os órgãos da ONU especializados no assunto. Essas organizações são reconhecidas pelo UNODC, que as consulta para aconselhamentos relacionados a assistência técnica e estratégias, por exemplo.

Para atuar junto ao UNODC Civil Society Team, é necessário tornar-se membro de uma das organizações “guarda-chuva” supracitadas. Para ONGs que trabalham diretamente com questões relacionadas às drogas, o VNGOC é um caminho para estar continuamente em contato com o UNODC e a CND. A seguir, explicaremos o que as ONGs devem fazer para participar do Comitê de Viena.

### **VIENNA NGO COMMITTEE ON NARCOTIC DRUGS (VNGOC)**

O VNGOC é o mais importante consórcio internacional de ONGs especializadas no tema das drogas que atua junto ao Sistema ONU. Este Comitê agrupa representantes de diversas ONGs ao redor do mundo e funciona como um intermediário entre essas organizações e o UNODC e CND. Sendo assim, é um

canal de suma importância para a participação da sociedade civil no debate sobre o controle internacional das drogas.

Além da facilidade de acesso aos eventos e sessões das agências da ONU, há outros benefícios para as ONGs membros do VNGOC. Por meio do Comitê, as ONGs podem exercer um papel de maior pressão sobre os Estados-Membros da ONU em nome da agenda da sociedade civil. Também podem compartilhar boas práticas com ONGs de outros países, buscar novas abordagens para problemas relacionados às drogas, participar de projetos conjuntos do UNODC, entre outros [benefícios de atuação](#).

Para que uma ONG faça parte do VNGOC, é necessário submeter o formulário de aplicação preenchido, que está disponível neste [link](#). Além do formulário, as ONGs interessadas devem pagar uma taxa anual de filiação e manutenção do título de membro do Comitê. Mais informações sobre a taxa podem ser encontradas [aqui](#). O VNGOC encoraja a inscrição de ONGs que se enquadrem em pelo menos um dos seguintes aspectos:

- 1. ONGs com status consultivo junto ao ECOSOC;**
- 2. ONGs nomeadas e reconhecidas pelo Secretário-Geral da ONU;**
- 3. ONGs com status consultivo junto a outros órgãos da ONU;**
- 4. ONGs que não tenham status consultivo do ECOSOC, mas que operem a nível internacional, nacional ou subnacional com conhecimento especializado e experiência na área de políticas de drogas. Ainda assim, é necessário que a ONG tenha um perfil registrado no sistema do ECOSOC, seguindo as instruções já apresentadas no passo 1 do tópico 5.1 deste Guia.**

Outras informações sobre a participação de ONGs no VNGOC podem ser encontradas no [site](#) do Comitê e dúvidas podem ser esclarecidas via e-mail: [info@vngoc.org](mailto:info@vngoc.org).

## 5.3 SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLEIA DAS NAÇÕES UNIDAS (UNGASS)

A UNGASS é um dos mais importantes encontros realizados pelos órgãos da ONU sobre diferentes temas sociais. Sobre o tema das drogas, já ocorreram três UNGASS organizadas pela CND: em 1990, 1998 e 2016. A [UNGASS de 2016](#) foi um momento de grande mobilização da sociedade civil.

Em dezembro de 2014, foi lançada a Civil Society Task Force (CSTF), uma colaboração entre o VNGOC e o New York NGO Committee on Drugs (NYNGOC), com o objetivo de garantir maior participação da sociedade civil nos debates da UNGASS. As informações sobre como fazer parte do NYNGOC estão sistematizadas mais a frente neste tópico.

A CSTF funcionou como intermediário entre a ONU e a sociedade civil no processo preparatório da Sessão, bem como durante a própria UNGASS de 2016. O NYNGOC e o VNGOC ficaram responsáveis por convocar ONGs para fazer parte desta equipe, garantindo o equilíbrio geográfico e a representação de grupos afetados pelas políticas de drogas (jovens, famílias, cultivadores, usuários de drogas, entre outros). Para mais informações sobre a estruturação da CSTF, veja o BOX 8.

Na própria UNGASS, os representantes pré-selecionados para a CSTF das organizações da sociedade civil puderam participar nos debates das cinco mesas redondas disponíveis e receberam autorização para fazer intervenções orais dos seus lugares na

plateia. Informações mais detalhadas sobre a participação da sociedade civil nas sessões da UNGASS de 2016 podem ser consultadas no [relatório elaborado pelo IDPC](#).

### UNGASS: PROCESSO PREPARATÓRIO

A sociedade civil também teve voz durante a preparação para a Sessão Especial. Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas definiu que a UNGASS de 2016 deveria ter um processo preparatório que incluísse a participação de órgãos da ONU, de organizações internacionais e regionais e organizações da sociedade civil. Assim, foi feito um procedimento denominado [Consulta Informal Interativa de Stakeholders para a UNGASS](#), em 10 de fevereiro de 2016, na Sede da ONU em Nova York.

O termo stakeholders se refere, aqui, às próprias organizações da sociedade civil. Assim, esta foi uma oportunidade para que as ONGs ampliassem a sua contribuição para o processo preparatório da UNGASS, compartilhando conhecimentos e experiências práticas em relação ao tema das drogas para serem levados em conta pelos Estados-Membros durante a Sessão Especial.

As inscrições para a Consulta Informal ocorreram entre dezembro de 2015 a janeiro de 2016 e visavam ONGs que trabalhassem ativamente na área das drogas e tivessem equilíbrio de gênero entre seus colaboradores. Organizações do Sul Global foram priorizadas para garantir equilíbrio geográfico e o status consultivo do ECOSOC não foi um pré-requisito para a participação.

Mais detalhes sobre esta Consulta podem ser encontrados [aqui](#). E outras informações sobre o processo preparatório da UNGASS, sobre a CSTF e sobre outros canais de atuação da sociedade civil em Sessões Especiais da ONU relacionadas ao tema de drogas podem ser solicitadas pelo e-mail [cs-tfondrugs@gmail.com](mailto:cs-tfondrugs@gmail.com).

## Civil Society Task Force

As Civil Society Task Force (CSTF) são forças tarefas que organizam a representação da sociedade civil de diferentes países na discussão e decisão da ONU sobre variados temas.

Em 2008, foi criada a CSTF “[Beyond 2008](#)”, com o objetivo de unificar a voz da sociedade civil na 52ª CND. A experiência foi bem avaliada pela ONU e inspirou um esforço correlato anos depois, no processo preparatório e na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) de 2016. Uma CSTF foi criada à época, a partir da iniciativa dos Comitês de ONGs de Viena e Nova York.

E em 2018, estas mesmas organizações resgataram essa experiência e convocaram uma nova CSTF que elaborou o documento preparatório para a 61ª CND de 2019.

A CSTF criada para a UNGASS de 2016 serviu como elo oficial entre a ONU e a sociedade civil, [representada](#) por 26 membros, sendo 18 representantes regionais (2 por região) e 8 representantes da população afetada. O trabalho feito incluiu também a colaboração da Civil Society Team da UNODC, tais como eventos preparatórios e consultas aos representantes da sociedade civil.

A CSTF criada para a 61ª CND, por sua vez, foi composta por 35 [membros](#) que também representam regiões geográficas e populações afetadas. Seu principal trabalho foi o de consultar a sociedade civil sobre o progresso obtido no tema das políticas de drogas desde 2009, tendo em conta a “Declaração Política e o Plano de Ação de 2009” sobre Cooperação Internacional para uma

Estratégia Integrada e Equilibrada de Combate ao Problema Mundial das Drogas, a UNGASS 2016 e o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O resultado das 461 entrevistas conduzidas em mais de 100 países se materializou em um [relatório](#) que explicita alinhamentos e divergências entre as ONGs. A consulta assumiu a forma de uma pesquisa online e foi traduzida para os seis idiomas oficiais da ONU (árabe, chinês, inglês, francês, russo, espanhol) para ser respondida pelas partes interessadas da sociedade civil em todo o mundo. Parte da preparação envolveu também a organização de audiências realizadas em Nova York e Viena no início de 2019, ocasiões em que a CSTF podia atualizar os Estados membro sobre o resultado das consultas às ONGs e oferecer espaço para que especialistas da sociedade civil se pronunciassem. O evento foi gravado e pode ser acessado pelo site do [IDPC](#). Em geral, as inscrições para as forças tarefas devem ser feitas por meio de formulários online disponibilizados no site do [VNGOC](#). O Comitê de Viena analisa as inscrições e a composição das ONGs e procura garantir equilíbrio geográfico na estruturação do CSTF para os eventos da ONU. É bastante provável que futuros eventos voltem a mobilizar esse tipo de esforço. Normalmente, as forças tarefas são formadas no ano que antecede um evento de relevância e as regras de participação ficam disponibilizadas no site das organizações proponentes: [NYNGOC](#) e [VNGOC](#).



## THE NEW YORK NGO COMMITTEE ON DRUGS (NYNGOC)

Fundamental para a estruturação da Civil Society Task Force da UNGASS de 2016, o **NYNGOC** é um relevante consórcio de organizações da sociedade civil que atuam na interface com a ONU, especificamente no debate sobre as políticas de drogas. O principal objetivo do Comitê é fornecer apoio às ONGs em sua participação no Sistema ONU, de modo a facilitar a troca de informações entre as suas agências e as organizações da sociedade civil.

Portanto, tornar-se membro do NYNGOC é uma forma de estar continuamente em contato com órgãos da ONU dedicados às políticas de drogas. Os membros do Comitê de Nova York têm mais facilidade de participar de sessões, reuniões e audiências informais proporcionadas por agências da ONU. Ademais, acabam sendo privilegiados na composição de forças tarefas de participação da sociedade civil em determinados eventos internacionais, como foi o caso da UNGASS de 2016.

Atualmente, o NYNGOC representa mais de 100 organizações não governamentais ao redor do mundo. Nos últimos anos, o Comitê vem aceitando a inscrição de novas ONGs. Termos e condições para a participação podem ser encontrados neste [documento](#). Para aderir, é necessário preencher um [formulário de inscrição](#). Uma vez aprovada a inscrição, a organização deve pagar uma taxa anual para a manutenção do seu status de membro.

Para ter acesso à lista de membros do NYNGOC (atualizada em novembro de 2019), clique [aqui](#). Quaisquer outras dúvidas podem ser enviadas para o seguinte e-mail: [NewYorkNGOC@gmail.com](mailto:NewYorkNGOC@gmail.com).

## 5.4 JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENTORPECENTES (INCB)

O **INCB** tem ampliado seus espaços e canais de participação da sociedade civil. O órgão vem realizando reuniões e audiências informais com ONGs, especialmente aquelas vinculadas ao VNGOC. O principal objetivo dessas reuniões é proporcionar uma troca informal de experiências e ideias entre essas organizações e o INCB.

Em maio de 2018, o INCB se reuniu com representantes da sociedade civil para discutir o uso da *cannabis* para fins médicos e não médicos. Na ocasião, um conjunto de ONGs foi selecionado pelo Conselho do VNGOC para participar da atividade. Uma das reuniões mais recentes foi realizada em maio de 2019 sobre o tema 'Jovens e Drogas'. Nesta audiência, foi abordada a importância da prevenção do uso de drogas entre os jovens, além de pautas relacionadas ao paradigma da redução de danos. Segundo [comunicado de imprensa](#) publicado pelo site do INCB, as ONGs participantes apresentaram-se presencialmente ou por meio de vídeos.

Em ambos os casos, a inscrição das organizações da sociedade civil para participar das reuniões foi feita por convocatórias publicadas com um mês de antecedência no NGO Marketplace (BOX 9). A partir das inscrições, o conselho do VNGOC selecionou representantes de ONGs para participarem das audiências informais do INCB e procurou garantir que diversas regiões do mundo fossem representadas.

Como resultado da audiência informal de 2019, o INCB decidiu incluir um capítulo de abertura de seu Relatório Anual que incorporava os debates realizados sobre o tema juventude e drogas, publicado no início de 2020. Para ter acesso às declarações em vídeo feitas pelas ONGs na reunião de 2019, clique [aqui](#).

Outra audiência informal foi realizada em 2020 para debater o tema do uso de drogas entre pessoas idosas. Durante o encontro, representantes de nove ONGs selecionadas pelo VNGOC apresentaram declarações sobre o assunto. Por conta da pandemia de coronavírus e das medidas de isolamento social, a audiência foi realizada em formato híbrido e permitiu que ONGs de todo o mundo participassem virtual-

mente. Assim como na reunião de 2019, o Conselho do INCB comprometeu-se a incluir um capítulo temático sobre o uso de drogas entre idosos em seu Relatório Anual de 2020. As declarações enviadas pelas ONGs selecionadas serão levadas em conta para elaboração do capítulo, de acordo com o INCB, e podem ser encontradas [aqui](#).

## HÁ OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO INCB?

As audiências informais são a maneira mais prática de as organizações da sociedade civil participarem dos debates do INCB. Além das reuniões informais, o Conselho do órgão promove discussões com governos de diferentes países e com membros da sociedade civil. Esses diálogos são realizados em missões organizadas junto a países que desejam aperfeiçoar a coordenação nacional em relação às políticas de drogas. Nessas missões, é prevista a participação de ONGs nacionais que compartilham com os representantes do INCB suas experiências e demandas. Os [informes oficiais](#) do INCB oferecem informações sobre cada missão realizada e também uma lista de países envolvidos. Diferentemente dos eventos sobre

### BOX 9

## NGO Marketplace

A NGO Marketplace é uma plataforma global online para ONGs que trabalham com questões relacionadas às drogas. Lançada pelo UNODC e pelo VNGOC durante o processo preparatório da UNGASS de 2016, a plataforma funciona como uma rede social e possibilita que diferentes atores da comunidade internacional acompanhem o trabalho de ONGs e dos órgãos da ONU sobre drogas. O uso da plataforma é gratuito e aberto a todas as ONGs que atuam com o tema.

Para as organizações que desejem estar em contato com o Sistema ONU, é especialmente interessante que façam parte da rede social, porque a NGO Marketplace também funciona como um espaço de divulgação de sessões, reuniões informais e eventos dos órgãos da ONU sobre o assunto. Para explorar a NGO Marketplace, clique [aqui](#). Para ter acesso às atividades das ONGs na plataforma, é preciso que a organização crie [um perfil](#).

drogas organizados no âmbito do Sistema ONU, a participação das ONGs nas reuniões *in loco* realizadas pelo INCB não demanda status consultivo junto à ECOSOC.

O [site oficial](#) do INCB não especifica quais os procedimentos para as ONGs participarem de tais reuniões *in loco* nos seus países. Por isso, as organizações que têm esse interesse devem acompanhar o site e a newsletter publicada trimestralmente pelo INCB, que contém informações relevantes sobre as missões futuras. As newsletters dos últimos anos estão disponíveis [aqui](#). Para obter mais informações sobre esta forma de participação, é possível entrar em contato com o INCB por meio do seguinte e-mail: [incb.secretariat@un.org](mailto:incb.secretariat@un.org).

## 5.5 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)

A OMS tem grande relevância no controle internacional das drogas e as ONGs podem participar das sessões abertas do seu Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas (ECDD). No entanto, o site oficial da OMS não oferece muitos detalhes sobre as demais possibilidades de participação da sociedade civil nos seus debates internos. Esta falta de informação e direcionamento torna-se ainda mais marcante quando comparamos a OMS com outros órgãos e agências da ONU, como o UNODC e a CND, que encorajam a atuação de ONGs e deixam claros os passos a serem seguidos para viabilizar sua participação. Isso não significa, no entanto, a ausência de interface entre organizações da sociedade civil e a OMS, mas sim que essas possibilidades estão menos claras e estruturadas em comparação com os demais órgãos da ONU.

Sendo assim, podemos considerar a OMS um canal a ser explorado pelas organizações

da sociedade civil para que possam ampliar sua incidência internacional em um órgão que tem assumido especial importância no debate sobre drogas. Discutiremos demais aspectos dessa potencialidade no tópico 6.

Feita essa ressalva sobre as dificuldades de obter informações mais consistentes sobre a participação da sociedade civil na OMS, sistematizamos a seguir as informações disponíveis. Três subtópicos serão desenvolvidos nesta parte: o primeiro apresenta informações sobre a participação de atores não-estatais – instituições acadêmicas, associações filantrópicas, atores privados e ONGs – em relações oficiais com a OMS. O seguinte sistematiza informações para o engajamento desses atores na organização, por meio de acordos denominados FENSA (*Framework of Engagement with Non-State Actors*). Por fim, o último subtópico demonstra as possibilidades de participação nas sessões abertas do Comitê de Especialistas em Dependência de Drogas (ECDD).

### ATORES NÃO-ESTATAIS EM RELAÇÕES OFICIAIS COM A OMS

O status de “relações oficiais” é um privilégio concedido pelo Conselho Executivo da OMS a diferentes atores não-estatais que tenham envolvimento sistemático com a organização. Esses atores devem ter composição ou alcance internacional, estrutura administrativa e constituição própria/estatuto. Em geral, a colaboração entre essas entidades e a OMS funciona via engajamento (ver próximo subtópico), e aquelas que mantêm a relação com o órgão podem receber o convite para o status de “relações oficiais”. Na página 16 deste [documento](#), há informações mais específicas sobre esse status.

**Segundo a OMS**, as atividades e objetivos desses atores devem estar em conformidade com os principais pilares do órgão e contribuir para o avanço da saúde pública. Tais atores podem participar das sessões e reuniões

de órgãos diretivos da OMS, fazer pronunciamentos e submeter declarações por escrito.

Sugerimos que as ONGs interessadas nessa atuação entrem em contato com algum dos atores não-estatais que já tiveram o privilégio das relações oficiais, listados em um documento disponível neste [link](#). Estar em contato com essas organizações pode ser um caminho para que as ONGs ampliem sua rede e obtenham informações diretas sobre a participação na OMS.

## ENGAJAMENTO DE ATORES NÃO-ESTATAIS: FENSA

O termo “engajamento”, utilizado nos documentos do FENSA, refere-se a qualquer interação formalizada entre a OMS e os atores não-estatais. Há alguns principais tipos de engajamento:

- ◆ **Advocacy:** ações para fortalecer a conscientização sobre assuntos de saúde, fomentar o interesse da sociedade na saúde pública e possibilitar maior colaboração entre diferentes atores não-estatais.
- ◆ **Recursos:** diz respeito ao financiamento ou contribuições da OMS a diferentes atores não-estatais, mediante contrato firmado.
- ◆ **Evidência:** troca de experiências, conhecimento e informações sobre questões técnicas e fatos científicos analisados pela OMS.
- ◆ **Colaboração técnica:** refere-se à contribuição de atores não-estatais na implementação das políticas da OMS a nível nacional, além da colaboração operacional em emergências.

Essas formas de participação são oficializadas a partir de compromissos firmados entre a OMS e os diversos tipos de atores não-estatais. Esses atores apresentam à OMS uma proposta de engajamento, que será formalizada e colocada em prática por ambas as partes. A partir das informações disponibilizadas pelo [documento Handbook for Non-State Actors on Engagement With The World Health Organization](#), apresentaremos cinco passos para que as ONGs iniciem uma proposta de engajamento e, dessa forma, estejam em contato com a OMS.

**PASSO 1:** trocas informais. A fase inicial do engajamento ocorre por meio de trocas informais entre os atores e a OMS. É uma fase exploratória em que o ator não-estatal e o departamento da OMS com o qual esse ator deseja estabelecer relações discutem a possibilidade de engajamento e qual seria a forma mais adequada de participação. Neste momento, não há um compromisso formal entre as partes. Para mais informações sobre as trocas informais, acesse o “[Marco para colaboração com atores não-estatais](#)”, resolução da Assembleia Mundial da Saúde que oficializou o FENSA, em 2016.

**PASSO 2:** início da proposta de engajamento. Quando a proposta de engajamento for formalizada, o Secretariado da OMS deliberará se o envolvimento com o ator não-estatal é de seu interesse e se está de acordo com as prioridades e o orçamento do Programa Geral de Trabalho da OMS.

**PASSO 3:** cadastro no Register, sistema de registros da OMS. Uma vez que a proposta atenda aos requisitos citados no Passo 2, o departamento técnico solicitará que o ator não-estatal insira suas informações no Register, um sistema utilizado pelo Secretariado da OMS para garantir a transparência

e coordenar dados e compromissos com atores não-estatais. Clique [aqui](#) para acessar o link do sistema e para registrar suas informações – depois da aprovação anterior.

É preciso que o ator não-estatal defina o ponto focal de contato, responsável por cadastrar as informações no sistema e mantê-las atualizadas. O Register tem três principais seções: na primeira, estão os perfis de atores não estatais, a segunda disponibiliza detalhes sobre o engajamento da OMS com esses atores e a terceira organiza planos de colaboração da OMS com atores não-estatais, relatórios anuais de implementação desses planos, informações sobre o Programa Geral de Trabalho etc.

Sendo assim, os representantes devem acessar a seção “perfis de atores não-estatais” para preencher suas informações, que incluem nome, cargo, contato e demais dados (listados na página 23 deste [documento](#)).

Assim que o ator não-estatal informar todos os dados solicitados, o Secretariado da OMS complementa as informações com a descrição do tipo de engajamento a ser realizado. Além disso, o departamento técnico da Organização faz uma triagem para verificar se o ator não-estatal está envolvido em algum processo judicial e se todas as informações fornecidas são verdadeiras.

De acordo com o *Handbook for Non-State Actors on Engagement With The World Health Organization*, a OMS não se relaciona com a indústria de tabaco ou de armas, nem com atores não-estatais que promovam os interesses dessas indústrias.

**PASSO 4:** decisão sobre o engajamento. Depois que a triagem for realizada, o Secretariado da OMS tem a responsabilidade de decidir sobre o compromisso proposto. Neste momento, serão avaliados os benefícios do engajamento, os possíveis riscos de envolvimento, as despesas envolvidas, entre outros

temas. Caso aprovado, o Secretariado da OMS preenche informações do compromisso na seção Engajamento do Register.

**PASSO 5:** implementação do engajamento. Os atores não-estatais devem cumprir todas as políticas do FENSA e da OMS, implementar as atividades acordadas no tempo definido e garantir que as informações disponibilizadas no Register estejam sempre atualizadas.

Caso as ONGs tenham dificuldades de atuar junto à OMS por meio do FENSA, sugerimos que busquem os escritórios regionais da organização para dar início ao contato. No âmbito da [Organização Panamericana de Saúde](#) (OPAS), por exemplo, as ONGs podem encontrar maior facilidade de participação. A OPAS define as ONGs como seus parceiros ideais, tendo em vista o alcance de seu trabalho social na promoção da Saúde Universal. Sendo assim, para organizações dos países americanos, a OPAS pode ser um caminho de atuação direta na OMS. Na seção “[parcerias](#)” do site da OPAS, há mais informações sobre o FENSA e sobre demais canais de participação dos atores não-estatais americanos na organização.

### COMITÊ DE ESPECIALISTAS EM DEPENDÊNCIA DE DROGAS (ECDD)

Para as ONGs que desejam atuar nos canais da OMS referentes ao controle internacional das drogas, existe a possibilidade de participar das sessões abertas do ECDD. Em geral, os encontros deste comitê são fechados ao público, mas permitem a participação de representantes da sociedade civil que queiram fazer comentários sobre os temas previstos na agenda da reunião. Os indivíduos representantes podem participar da sessão presencialmente ou enviar declarações por vídeo ou por escrito.

Na 41a Sessão Aberta, realizada em 2018, as ONGs se inscreveram por meio de um formulário disponibilizado no site da OMS. As organizações aprovadas neste processo receberam as informações para o envio do vídeo ou da declaração por escrito, além de detalhes sobre a data da sessão, a sede da OMS em Genebra, Suíça, e os documentos necessários para ingressar no prédio. Nas sessões do ECDD, não há serviços de tradução disponíveis, então é necessário que as declarações sejam feitas em inglês e que os vídeos sejam legendados neste idioma.

As chamadas para as ONGs participarem dos encontros são divulgadas com antecedência nos canais oficiais da OMS. Acesse este [link](#) para encontrar as informações sobre a inscrição das organizações na Sessão Aberta de 2018, da qual a Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas pôde participar. Para mais informações, entre em contato com [ecddsecretariat@who.int](mailto:ecddsecretariat@who.int).

## 5.6 ORGÃOS DA ONU CORRELATOS

Como apresentado no tópico 3.4, há órgãos da ONU que não atuam diretamente no controle internacional das drogas, mas trabalham temas que têm com ele grande interface, tornando-se canais relevantes de atuação da sociedade civil organizada. Esse é o caso da UNAIDS e do OHCHR, cujas formas de participação apresentamos a seguir.

### 5.6.1 PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS (UNAIDS)

O **UNAIDS** possibilita que a sociedade civil participe dos debates da ONU sobre a questão do HIV/AIDS. Para tanto, seus canais oficiais de comunicação divulgam regularmente informações sobre tais oportunidades e seus procedimentos.

Um exemplo deste tipo de ação ocorreu na ocasião da reunião sobre o HIV/AIDS realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em junho de 2021. Como atividade preparatória, foi realizada uma audiência multissetorial interativa para garantir um processo aberto e transparente e possibilitar a participação de ONGs. O UNAIDS formou uma força-tarefa multidisciplinar composta por representantes da sociedade civil e do setor privado com o objetivo de identificar oradores para a reunião da Assembleia Geral que pudessem compartilhar suas experiências e demandas sobre o assunto.

A partir de processos seletivos internos, as organizações interessadas nesta participação submeteram ao UNAIDS a inscrição de ONGs representantes de algum dos seguintes grupos: pessoas que vivem abertamente com HIV, usuários de drogas, pessoas trans, homossexuais, entre outros. Ademais, foram priorizados representantes de organizações de povos indígenas e de pessoas com deficiências. Para tanto, preencheram um formulário de inscrição à delegação do UNAIDS, com informações de contato, afiliação organizacional, área de especialização, detalhes de experiências anteriores em reuniões da Assembleia Geral da ONU sobre HIV/AIDS (caso houvesse), entre outras informações.

Tal formulário foi disponibilizado nos canais oficiais de comunicação da UNAIDS. Para acessar este documento referente à audiência multissetorial, clique [aqui](#). Estar ciente dos processos seletivos anteriores pode facilitar a participação de organizações da sociedade civil em eventos futuros do UNAIDS e de outros órgãos da ONU.

O **Programme Coordinating Board (PCB)** é outro canal de atuação da sociedade civil nos debates do UNAIDS. Estabelecido em 1994 por uma resolução do ECOSOC, o PCB tem o principal objetivo de orientar os trabalhos da UNAIDS. Atualmente, conta com representantes de 22 governos de todas as regiões geográficas, delegados do UNAIDS e cinco representantes de organizações não-governamentais. O PCB se reúne em média duas vezes por ano para estabelecer políticas e prioridades para o UNAIDS, além de revisar

seu plano de ação e orçamento.

Além de possibilitar a participação de representantes de Estados, o PCB garante o espaço de cinco organizações não governamentais por sessão, três das quais devem ser provenientes de países em desenvolvimento e duas de países desenvolvidos/com economia de transição (termos do próprio site do PCB-UNAIDS). Essas organizações são convidadas a participar das reuniões do PCB como ouvintes, sem direito de participar do processo formal de tomada de decisão.

Para poder ser elegível para participar em tais reuniões, as ONGs precisam se registrar no Indico – sistema de registro para eventos e conferências da ONU – conforme as instruções disponíveis neste [documento](#). Nesse mesmo sistema deve ser feita a inscrição para o evento do PCB. Não há informações claras sobre como as cinco ONGs previstas nas reuniões do PCB são selecionadas para essa participação.

Dada a dificuldade de acompanhar algumas informações sobre eventos e sobre inscrições, recomendamos que as organizações se mantenham atentas ao site do UNAIDS, especialmente à seção “[sociedade civil](#)”. Todas as informações de contato podem ser encontradas [aqui](#).

## 5.6.2. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (OHCHR)

Há inúmeras formas de participação da sociedade civil nos diferentes órgãos do OHCHR. Neste Guia, daremos prioridade à atuação de ONGs no Conselho dos Direitos Humanos, um dos principais órgãos do Alto Comissariado na proteção dos Direitos Humanos. O Conselho é, também, um dos canais mais abertos do OHCHR à participação de organizações da sociedade civil que trabalham com a temática.

Segundo o [Guia de Participação de ONGs](#) publicado pelo Conselho, apenas ONGs com status consultivo junto ao ECOSOC podem participar das suas reuniões. As organizações participam como observadoras de todos os procedimentos do Conselho, podem enviar declarações por escrito, participar de debates e reuniões informais, organizar eventos paralelos, entre outras formas de participação. Em geral, esses canais de atuação são bastante parecidos com aqueles apresentados pelo Guia de Participação de ONGs no UNODC e na CND, cujos principais detalhes foram resumidos no tópico 5.2. Neste tópico, apresentaremos as informações de maneira mais concisa.

Para comparecer às sessões do Conselho de Direitos Humanos, é necessário que os representantes de ONGs apresentem documentos oficiais com foto, para que seja possível a emissão de um crachá de acesso ao edifício da ONU, em Genebra, Suíça. Dessa forma, os indivíduos terão acesso às salas de conferência abertas à sociedade civil.

Assim como permitem outros órgãos da ONU, o Conselho de Direitos Humanos

possibilita o envio de declarações por escrito de organizações que tenham status consultivo junto ao ECOSOC. Os documentos devem ser escritos em inglês, espanhol ou francês e enviados com duas semanas de antecedência para o seguinte e-mail: [hrcngo@ohchr.org](mailto:hrcngo@ohchr.org). Todas as informações sobre as declarações estão disponíveis na página 7 do Guia de Participação de ONGs do Conselho dos Direitos Humanos (clique [aqui](#) para acessar o documento).

Para as organizações que não conseguem participar das sessões do Conselho presencialmente, existe a possibilidade de enviar suas declarações por vídeo. É preciso seguir as instruções disponíveis no Guia para Declarações por Vídeo de ONGs, publicado pelo Conselho de Direitos Humanos e disponível neste [link](#). Informações sobre formato, tamanho e conteúdo do vídeo também podem ser encontradas nesse documento.

O site do Conselho disponibiliza links com informações e instruções de todas as formas de participação supracitadas. Para acessá-los, basta clicar [aqui](#) e selecionar a opção “quick links” ao final da página. As datas das próximas sessões do Conselho de Direitos Humanos (e de outros eventos do Alto Comissariado) são continuamente atualizadas e divulgadas neste link. Quaisquer dúvidas podem ser enviadas ao seguinte e-mail: [civilsociety@ohchr.org](mailto:civilsociety@ohchr.org).

A participação em eventos do Conselho de Direitos Humanos, bem como em qualquer outro órgão da ONU mencionado neste Guia, pressupõe o respeito a um código de conduta que é baseado nos Direitos Humanos, como explicado no BOX 10.



## Código de Conduta em atividades da ONU

Todos os eventos realizados no sistema ONU estão submetidos a códigos de conduta guiados por princípios éticos e padrões de profissionalismo que devem ser respeitados pelos participantes, incluindo os representantes das ONGs. No [guia](#) “Code of Conduct: To Prevent Harassment, Including Sexual Harassment, at UN System Events” estão listados os comportamentos impróprios e, portanto, proibidos em qualquer modalidade de eventos do sistema ONU. Qualquer tipo de assédio, ofensa, humilhação serão desautorizados, com destaque para as formas de agressão associadas a gênero, expressão de gênero, orientação sexual, identidade, capacidade física, aparência física, etnia, raça, origem nacional, associação política, idade ou religião. Nos termos do documento, o assédio sexual é enquadrado como uma modalidade específica de violência que deve ser vedada, incluindo todas as suas manifestações físicas, verbal ou não verbal.

O [guia de participações das ONGs na CND](#) também reforça a importância de evitar linguagem abusiva e delimita as modalidades de participação das organizações durante as sessões.

Nas apresentações visuais, também está expressa a proibição ao uso do emblema da ONU e dos logotipos da organização. Nesse mesmo sentido, a bandeira da ONU não pode ser exibida em salas de reuniões organizadas pelas ONGs. Para os eventos organizados pela OMS, as ONGs também estão submetidas a códigos de conduta expostos em um [guia](#). As normas incluem

princípios que devem conduzir as apresentações orais e estratégias de engajamento da sociedade civil na organização. São elas (1) demonstrar um claro benefício para a saúde pública; (2) estar em conformidade com a Constituição, mandato e Programa Geral de Trabalho da OMS; (3) respeitar a natureza intergovernamental da OMS e a autoridade dos Estados Membros na tomada de decisões conforme estabelecido na Constituição da OMS; (4) apoiar e valorizar, sem comprometer, o aspecto científico e a abordagem baseada em evidências que sustenta o trabalho da OMS; (5) proteger a OMS de qualquer influência indevida, em particular nos processos de definição e aplicação de políticas, normas e padrões; (6) não comprometer a integridade, independência, reputação e credibilidade da OMS. De maneira a complementar tais códigos de conduta, a Vienna Committee on Drugs também produziu seu próprio “Voluntary Code of Conduct for NGOs at CND”. Neste [guia](#), a organização reforça a importância do profissionalismo e do respeito, recomendando que a tática de “nomear e envergonhar” seja evitada pelos oradores. Além disso, o guia solicita que as ONGs sejam seletivas na escolha dos materiais a serem expostos nos estandes das comissões, já que o espaço é limitado para uma alta demanda de organizações. Em caso de dúvidas sobre tais informações, a organização se disponibiliza para prestar ajuda e aconselhamento nesse sentido.

Além das formas mais comuns de participação no Sistema ONU, o Alto Comissariado disponibiliza uma série de [recomendações](#) sobre como as organizações da sociedade civil podem atuar nacionalmente. Essas formas de atuação não estão dissociadas da esfera internacional, uma vez que muitas delas envolvem justamente o contato das ONGs com equipes do Alto Comissariado.

As organizações são incentivadas a contactar os gabinetes do Alto Comissariado de sua região ou a equipe do órgão no país para partilhar o relato de suas próprias experiências na promoção dos Direitos Humanos. Em caso de extrema dificuldade de articulação com o poder público, encoraja-se que a sociedade civil apresente queixas ao Alto Comissariado sobre a não-implementação de tratados internacionais no país. Quando necessário, as ONGs podem, inclusive, apresentar pedidos de medidas provisórias ou de ação urgente. O [documento](#) *Individual Complaint Procedures under the United Nations Human Rights Treaties* resume todas as informações sobre como apresentar esses pedidos ao Alto Comissariado de Direitos Humanos.

O OHCHR reúne uma série de guias e vídeos para indivíduos e organizações defensores de Direitos Humanos. Todos esses materiais podem ser encontrados na [seção](#) “[sociedade civil](#)” do site oficial do órgão.

## 5.7 CONSÓRCIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS DE DROGAS (IDPC)

Para além dos espaços proporcionados pelos órgãos e agências da ONU, há outras formas de participação da sociedade civil no debate internacional sobre questões relacionadas às drogas. Os consórcios internacionais de organizações não governamentais são meios de expandir a rede de contatos das ONGs, além de funcionarem como espaços de troca de conhecimento, experiência e informações entre organizações ao redor do mundo.

O IDPC é um desses consórcios. Constituiu-se como uma rede global de mais de 180 ONGs (a lista de membros pode ser encontrada neste [link](#)) que trabalham com questões relacionadas a drogas. A rede tem o objetivo de debater diversos aspectos das políticas de drogas no âmbito nacional e internacional, bem como apoiar propostas voltadas à redução de danos. O consórcio também produz uma série de documentos informativos e oferece consultoria especializada para formuladores de políticas de drogas. De maneira prática, o IDPC facilita a colaboração internacional entre ONGs, apoia iniciativas das organizações, possibilita uma ampla rede de troca de conhecimentos e experiências entre ONGs de diferentes regiões e proporciona maior visibilidade aos membros associados. Mais detalhes sobre os benefícios desta participação podem ser acessados neste [link](#). Para assistir ao vídeo institucional do IDPC, clique [aqui](#).

## CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Há alguns critérios para que uma organização possa fazer parte do consórcio. A ONG interessada em participar deve compactuar com a **visão** e com a **missão** do IDPC, que é apoiar propostas, ações e grupos que busquem reparar os danos causados por políticas de drogas punitivas, construindo alternativas que promovam a justiça social e os Direitos Humanos. Ademais, a organização deve estar de acordo com os Princípios Políticos do IDPC, que podem ser encontrados [aqui](#).

Há, também, critérios relacionados aos aspectos legais e às estruturas das organizações:

1. A ONG interessada deve ser uma organização constituída legalmente (o IDPC pode estudar as solicitações de organizações sem constituição legal, a depender do caso).
2. A organização deve apresentar trajetória de especialização em algum âmbito das políticas de drogas nacionais e internacionais ou trajetória de trabalho sobre um tema normativo relacionado ao assunto.
3. O trabalho da organização deve ter alcance nacional ou internacional.
4. A ONG deve se comprometer a não contradizer o trabalho do IDPC.
5. Todas as solicitantes devem ser aprovadas pelos membros associados ao IDPC.

Mais informações sobre critérios de afiliação estão disponíveis neste [link](#).

## COMO SE INSCREVER PARA PARTICIPAR?

O processo de inscrição envolve três etapas:

1. A ONG interessada deve preencher um formulário de inscrição e enviá-lo à Secretaria do IDPC, que fará uma avaliação inicial de elegibilidade;
2. Se a avaliação for positiva, a proposta será enviada a membros parceiros do IDPC para revisão.
3. Por fim, o Comitê de Avaliação de Membros do IDPC tomará a decisão final para aceitar ou não a inscrição. Se houver discordância entre o Comitê, a Diretoria do IDPC ficará encarregada de decidir.

Para ter acesso ao formulário, a organização deve entrar em contato com a Secretaria do IDPC no seguinte endereço de e-mail: [contact@idpc.net](mailto:contact@idpc.net). A Secretaria pedirá informações sobre metas e objetivos da ONG, além de informações sobre sua constituição legal. Outras informações sobre a inscrição podem ser encontradas [aqui](#).

## **6** **QUAIS OS DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NESTE CONTROLE INTERNACIONAL?**

**As primeiras convenções da ONU** sobre o controle internacional de drogas em meados do século XX contaram com a participação de representantes da sociedade civil. À época, predominava entre eles um perfil conservador voltado para a proibição de certas drogas<sup>13</sup>.

Esse envolvimento reforçou o contorno atual de políticas repressivas que vivenciamos há décadas. Com a profissionalização e empoderamento das burocracias dos órgãos da ONU, houve um declínio dessa participação, algo que tem se revertido recentemente<sup>14</sup>. Isso é expressão, em parte, dos efeitos problemáticos das políticas de drogas adotadas globalmente. A partir de uma visão progressista voltada à saúde pública, à promoção dos Direitos Humanos e sustentado em evidências científicas, diversos grupos da sociedade civil em diferentes países têm combatido esse *status quo* e atuado em prol de mudanças. O envolvimento nos fóruns internacionais tornou-se, assim, parte desse esforço.

De fato, é possível identificar que nas

últimas décadas cresceu de maneira expressiva a participação desta sociedade civil organizada em importantes espaços decisórios do controle internacional das drogas, especialmente nos mais importantes órgãos da ONU. Essa atuação envolve desafios, mas também traz diversas potencialidades para a incidência das ONGs em fóruns globais de negociação e definição sobre os principais temas das políticas de drogas. Tal atuação ganha enorme relevância, uma vez que decisões tomadas em âmbito internacional afetam a elaboração e a implementação de políticas sobre drogas no âmbito nacional e local.

Desde a criação da CND em 1946, a participação de organizações da sociedade civil no órgão só vem aumentando. Em 1954,

---

**13** McAllister, W. B. *Drug Diplomacy in the Twentieth Century: An International History*. New York: Routledge, 2000.

**14** Collins, J. Losing UNGASS? Lessons from civil society, past and present. *Drug and Alcohol Today*, 17 (2), 2017. Pp. 88-97.

quatro organizações participaram da 9ª CND, em 1984 esse número já havia subido para 28 e, em 2017, a 60ª CND chegou a receber 197 [representantes de ONGs](#). Em todas essas ocasiões, elas atuaram como observadoras, já que os Estados são os únicos atores que detém o poder de voto. Nesta condição, puderam realizar intervenções orais, além de organizar e integrar eventos paralelos (side events) dedicados às suas agendas específicas e à promoção do diálogo com outras organizações da sociedade civil de diferentes países. Esse aumento de participação das organizações da sociedade civil também pode ser identificado em outros órgãos chave para o controle de drogas da ONU. Nas últimas décadas, um crescente número de organizações adquiriu status consultivo na ECOSOC, por exemplo, tornando-se participantes relevantes do processo de formulação e implementação de políticas de drogas progressistas em âmbito internacional. Em 1946, apenas 41 ONGs possuíam status consultivo do [ECOSOC](#), número que hoje totaliza mais de 5.000 organizações de todo o mundo, sendo muitas delas engajadas no debate sobre o controle internacional das drogas.

Qualquer engajamento da sociedade civil neste âmbito internacional, particularmente em órgãos da ONU, enfrenta o desafio de estarem circunscritas às orientações das convenções de drogas vigentes. Isso não impede, no entanto, que sejam propostas, dentro desses limites, soluções inovadoras, criativas, baseadas em evidências científicas e preocupadas com a garantia dos Direitos Humanos.

Ou seja, as convenções da ONU podem limitar as possibilidades de mudança estrutural das políticas de drogas nos Estados, mas há uma ampla margem para interpretações, abor-

dagens e políticas alternativas dentro desse quadro atual de normas. Isso porque os termos estabelecidos nas convenções são extremamente abrangentes, característica necessária para que um consenso dessa amplitude seja alcançado e mantido ao longo de tantos anos. Algumas imprecisões ou até contradições presentes nos textos das convenções podem oferecer oportunidades às ONGs que desejam propor novas interpretações e alternativas às políticas de drogas hoje dominantes.<sup>15</sup>

O formato de participação das ONGs no âmbito internacional impõe diferentes níveis de desafios e potencialidades para a incidência. O objetivo deste tópico é, assim, explicitar tais aspectos, trazendo exemplos que estimulem as ONGs a reforçarem coletivamente esse engajamento com o objetivo de promoverem mudanças no controle de drogas, tanto no âmbito internacional, como nos âmbitos nacional e local.

Para conhecer mais sobre o papel das ONGs no controle internacional de drogas, acesse os trabalhos de [John Collins](#), sobre os resultados da UNGASS e o papel das ONGs nas negociações, de [Krzysztof Krajewski](#), sobre as flexibilidades das convenções da ONU e, por fim, o trabalho de [Ann Fordham](#), sobre a importância de atores interessados no debate global sobre drogas.

---

**15** Bewley-Taylor, D. R. *International Drug Control: Consensus Fractured*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

## 6.1 DESAFIOS

A participação das ONGs no sistema internacional de controle de drogas enfrenta desafios de diferentes ordens, como limitações jurídicas e burocráticas, variáveis do campo da política doméstica dos países, obstáculos para o uso da língua estrangeira e dificuldades financeiras e materiais. Conhecê-las é a melhor maneira de ajustar as expectativas com essa participação e construir ferramentas coletivas para superá-las.

Do ponto de vista formal, vale destacar que a ONU é uma organização intergovernamen-

tal e, portanto, são os Estados que têm representação e poder de voto nos fóruns de tomada de decisão. Os Estados também são responsáveis por definir as regras que permitem ou restringem a participação das ONGs nesses espaços. Isso significa que as possibilidades de atuação das ONGs são institucionalmente limitadas por aqueles que desejam manter o controle sobre a decisão final, inclusive sobre o controle das drogas. Certas barreiras enfrentadas pelas ONGs na UNGASS de 2016 explicitaram essa desigual correlação de forças, o que dificultou, mas não impediu a sua incidência nos resultados finais do encontro (BOX 11).

### BOX 11

#### Resultados da UNGASS de 2016

As organizações da sociedade civil progressistas que acompanharam a UNGASS de 2016 avaliaram que, a partir de articulações políticas internacionais, foi possível incidir na elaboração do documento final do evento, ainda que menos do que desejavam. Dentre as dificuldades para uma incidência mais estruturada, apontam que em certas reuniões preparatórias, chamadas estrategicamente pelos Estados de “informais”, as organizações da sociedade civil não puderam participar. Além disso, ao longo do evento mudanças de procedimentos para acesso às reuniões criaram alguns obstáculos para o envolvimento das ONGs. De fato, a expectativa de uma mudança estrutural do controle internacional de drogas não se concretizou. O documento final, por exemplo, não expressa de maneira clara a necessidade de flexibilização das convenções da ONU para possibilitar a implementação de políticas de drogas

alternativas e progressistas. Tampouco foi enfrentado o tema da pena de morte ou outras punições violentas aplicadas a crimes relacionados às drogas em diferentes países do mundo.

Um grupo de 197 ONGs registrou essas expectativas não atendidas na “[Declaração da Sociedade Civil](#)” sobre a UNGASS 2016.

Por outro lado, vale destacar os avanços promovidos pelo encontro. Em um relatório, o IDPC também reconheceu que conquistas neste campo precisam ser comemoradas, já que o Documento Final assinado pelos Estados “inclui alguma linguagem progressiva em várias questões-chave, como Direitos Humanos, desenvolvimento, gênero, sentença proporcional, acesso a medicamentos controlados e alternativas à punição”. Assim, é importante reconhecer que a UNGASS de 2016 abriu algumas frestas que devem ser exploradas pela sociedade civil organizada.

Nos casos em que a posição política da ONG está mais próxima àquela defendida por seu respectivo Estado, é possível construir alguma articulação com as delegações governamentais oficiais dos encontros e sugerir abordagens, influenciando a formulação do posicionamento que aquele país assumirá internacionalmente. Essa estratégia depende, em grande parte, das dinâmicas políticas do contexto doméstico do país, como sugere a atuação da PBPD na UNGASS de 2016 (BOX 12). Isso indica que o nível de incidência das ONGs no sistema ONU é impactado por uma dimensão política. Organizações que não estejam alinhadas à política governa-

mental de onde se originam, o que é comum às organizações que buscam a alteração das políticas de drogas, tendem a encontrar entraves de participação, especialmente na etapa de preparação das delegações que atuarão nos fóruns. Isso aumenta a importância de buscar individualmente e fortalecer coletivamente os canais de participação descritos no capítulo 5, que são independentes do suporte material e institucional dos governos.

Governos cujas políticas de drogas são mais repressivas e conservadoras tendem a ser menos abertos à participação da sociedade civil nos fóruns internacionais, sobretudo àquelas dedicadas à reforma da política

#### BOX 12

### PBPD, UNGASS de 2016 e o contexto político brasileiro

A Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD) nasceu em 2015, no contexto da preparação para a UNGASS de 2016. Com o objetivo de articular a sociedade civil brasileira e atuar internacionalmente em prol da reforma da política de drogas, a PBPD mapeou os principais atores e posições que estariam representados na conferência e construiu uma **estratégia unificada** para a atuação. Além disso, estabeleceu contato com a representação diplomática brasileira que participaria da UNGASS, com o sentido de compartilhar expectativas e influenciar decisões, uma vez que o governo era afeito a certas temáticas encampadas pela organização e seus membros. O início do evento internacional, no entanto, coincidiu com o avanço do impeachment da então presidenta brasileira Dilma Rousseff na Câmara

dos Deputados. Esse evento doméstico acabou por enfraquecer politicamente a atuação do país e diminuir sua relevância frente ao novo cenário, o que impactou negativamente o trabalho de articulação que havia sido realizado até então pela PBPD. De acordo com o então coordenador da área internacional da PBPD, Gabriel dos Santos Elias, isso expressa o quão fundamental pode ser o contexto político, social ou econômico doméstico para a incidência internacional da sociedade civil, seja no sentido de fortalecer sua posição ou de enfraquecê-la. Ter uma boa leitura do cenário interno dos países pode auxiliar a construção de estratégias sólidas para a incidência internacional, ainda que eventos inesperados possam mudar repentinamente rumos projetados, como no caso da atuação da PBPD na UNGASS 2016.

global de drogas.<sup>16</sup> Nesses casos, é possível que tais Estados utilizem de suas prerrogativas para limitar a participação das ONGs, quando lhes for conveniente. Alguns representantes estatais podem, por exemplo, incentivar que etapas cruciais dos debates e negociações ocorram em reuniões informais e, portanto, fechadas à participação das ONGs. De fato, muitas das mais importantes reuniões da CND são extraoficiais, sem divulgação de atas ou relatórios sobre seu conteúdo.

Para minimizar a dificuldade de acesso das ONGs aos fóruns de negociação e de-

cisão, o IDPC criou o **CND Blog**, cujo foco central é oferecer um registro das reuniões abertas da UNGASS e da CND. O objetivo é garantir a transparência das decisões tomadas na CND e oferecer um registro das negociações. Além disso, o blog também oferece informação e canais para atuação das organizações da sociedade civil.

Para além da dificuldade de acesso às reuniões, há também registros de casos de intimidação contra representantes da sociedade civil por parte de governos conservadores, como é o caso relatado no BOX 13.

#### BOX 13

### Representante da PBPD sofre intimidação na 62ª CND

Em 2019, em um painel da 62ª edição da CND sobre “Controle de drogas e militarização da segurança: reflexões sobre a experiência nas Américas”, a brasileira Luciana Zaffalon, representante da PBPD, **foi intimidada** por Elvis Aparecido Secco, delegado da Polícia Federal do Brasil e um representante do governo brasileiro no evento. O delegado, com um grupo de apoiadores, quebrou o protocolo de conduta (explicado no BOX 10) e, de maneira truculenta, fez interrupções, questionando dados oficiais e relativizando a violência policial no Brasil, gerando o estarecimento dos presentes. Diversas organizações latino-americanas presentes na atividade se mobilizaram para

dar suporte à representante da PBPD, restabelecendo um ambiente seguro de fala. Após o ocorrido, Zaffalon relatou que passou a ser vigiada e seguida nos outros dias do evento.

Tal postura expressa o momento político brasileiro conservador sob o governo atual. Nesse contexto, representantes da sociedade civil brasileira **avaliam** que o tema das drogas tem se mostrado um foco de ações ainda mais repressivas. Tais posições retrógradas e suas ações intimidatórias representam um enorme desafio às ONGs brasileiras, mas também reforça a importância da sua atuação no nível nacional e internacional, denunciando as afrontas e defendendo uma política de drogas baseada em direitos.

**16** Fordham, A. and M. Nougier. *Why We Should Care about Global Drug Policy Advocacy—Gearing up for the 2019 Ministerial Segment*. London: IDPC, 2019.



Do ponto de vista material, as ONGs não têm canais de acesso a apoio financeiro ou de outra natureza por parte da ONU para participarem dos eventos, o que em vários casos inviabiliza uma presença sistemática das organizações nos mais importantes fóruns de decisão. Todas as despesas, incluindo a acomodação e transporte, são de responsabilidade das próprias organizações. Como solução, as ONGs registradas na ECOSOC podem encaminhar o convite recebido pelo órgão para participação em um dado evento internacional a alguma agência governamental parceira que, com frequência, financia o envio de representantes das ONGs locais.

Há grande potencialidade na atuação das ONGs junto aos governos nacionais, propondo negociações e fornecendo insumos para o posicionamento das delegações nos fóruns globais. Nesses termos, as ONGs também podem buscar auxiliar as delegações no processo de preparação para os eventos da ONU, influenciando a postura dos governos ou até compondo a própria delegação. Também é notável a diferença de acesso de recursos entre as ONGs do Norte e do Sul global. As ONGs provenientes dos países desenvolvidos tendem a possuir mais recursos à sua disposição para esse fim, o que lhes possibilita construir uma melhor articulação política com outras ONGs e seus governos, bem como obter financiamento para as viagens e garantir uma estrutura de participação mais qualificada no evento (como stands e material de divulgação). Por outro lado, os eventos internacionais também oferecem a oportunidade de aproximação e parceria com essas grandes organizações.

A barreira da língua estrangeira também impacta a performance dos representantes da sociedade civil nos fóruns da ONU. As línguas oficiais da ONU são inglês, francês, chinês, espanhol, árabe e russo. A maior parte dos documentos, relatórios e formulários oficiais só podem ser encontrados nesses idiomas.

Os eventos e a comunicação durante os encontros acontecem predominantemente em inglês, mas há disponibilidade de tradução simultânea para todos os idiomas oficiais da ONU nos principais eventos. Nos casos das reuniões informais e dos eventos paralelos (ou side events, como são chamados em inglês) esse serviço não é oferecido e o inglês prevalece como língua franca na maior parte do tempo. O mesmo se aplica aos consórcios internacionais que, em sua maioria, adotam a língua inglesa como padrão.

Um bom conhecimento da língua inglesa torna-se, portanto, uma habilidade importante para os representantes das ONGs terem uma vivência consistente em tais eventos, especialmente em atividades extraoficiais em diferentes espaços que esses encontros propiciam.

Um último desafio relevante diz respeito à linguagem utilizada em todo o circuito de atividades do Sistema ONU. A organização tem um vocabulário próprio e bastante específico que precisa ser manejado pelos representantes das ONGs. Aprender, bem como conhecer e se adaptar ao funcionamento das burocracias e dos fluxos internos, faz parte de uma curva de aprendizagem que demanda uma dedicação regular. O presente relatório tem exatamente a função de oferecer os primeiros passos e romper com as primeiras barreiras que impedem ou desencorajam as ONGs a se engajarem no sistema internacional de controle de drogas da ONU e além.

## 6.2. POTENCIALIDADES

As políticas de drogas passam por um momento de enorme transformação. O consenso proibicionista e repressivo que marcou a criação das três atuais convenções internacionais de controle das drogas está sendo questionado por um conjunto de iniciativas

locais, nacionais e internacionais que propõem políticas de drogas baseadas nos Direitos Humanos, no desenvolvimento sustentável e em evidências científicas. Os diferentes tipos de regulação da *cannabis*, a descriminalização do porte de diferentes drogas para consumo pessoal, o avanço no uso médico de drogas psicotrópicas, a aceitação cada vez maior da abordagem de redução de danos e a crítica disseminada ao modelo de "guerra às drogas" são algumas expressões desse momento. Vale destacar o significado histórico dos Estados Unidos, o país precursor internacional do modelo proibicionista, abrigar algumas dessas transformações revolucionárias.

É nas brechas abertas por essa mudança de paradigma que surgem variadas oportunidades de ação para a sociedade civil e aumenta sua capacidade de incidir sobre as políticas de drogas, inclusive sobre a sua dimensão internacional. Às ONGs, torna-se importante compreender as novas experiências e sua evolução histórica, da qual muitas fizeram parte, denunciar incoerências, limitações e problemas das políticas emergentes e também do próprio sistema atual de controle internacional da ONU, propor inovações a partir das suas experiências e construir articulações políticas com parceiros estrangeiros.

Produzir e compartilhar conhecimento sobre as políticas que estão sendo adotadas por todo o mundo torna-se, assim, um trabalho fundamental. Isso contribui para informar a opinião pública, fornecer material qualificado para agentes governamentais responsáveis pelas políticas de drogas, e, principalmente, dar suporte para que grupos da sociedade civil possam pensar e adaptar essas experiências às suas próprias realidades locais, nacionais, regionais e internacionais. O trabalho de jornalismo investigativo ganha importância nesse contexto ao trazer à tona informações, fatos e casos que muitas vezes não são explorados

pela mídia tradicional. O trabalho feito pela Ponte Jornalismo expressa essa relevância (BOX 14).

A criação de consórcios internacionais tem sido fundamental nesse sentido, ao produzir conhecimento, troca de experiências, rede de relacionamentos e ferramentas de articulação política entre ONGs de todo o mundo, viabilizando uma participação mais articulada e consistente no sistema de controle internacional de drogas da ONU. O IDPC, o VNGOC, o NYNGOC e a PBPD são algumas das importantes iniciativas nesse sentido. Esta última, especialmente, tem tido um papel fundamental na articulação nacional e internacional das ONGs brasileiras interessadas em uma política de drogas baseada em evidências científicas e comprometida com a garantia dos Direitos Humanos e da saúde, conforme desenvolvemos no BOX 12.

Consórcios como esse também oferecem canais formais para que ONGs de menor porte possam se articular internacionalmente e participar de atividades e reuniões internacionais, inclusive da ONU, com relevância na definição dos rumos das políticas de drogas. Nesse mesmo sentido, é comum que ONGs mais experientes no Sistema ONU, com status consultivo no ECOSOC e que acumulam experiências dessa participação, ofereçam seu apoio e até mesmo um de seus convites/crachás para que organizações parceiras não registradas no ECOSOC possam estar presentes no evento. Por isso, formar uma rede de parcerias formais ou informais torna-se fundamental para a multiplicação de possibilidades de incidência internacional. Vale notar, ainda, que a presença recorrente de um representante de uma organização nesses encontros traz ganhos importantes em termos de visibilidade, conhecimento sobre protocolos de conduta e outras oportunidades de engajamento e financiamento.

## Ponte Jornalismo e sua articulação latino-americana

A Ponte Jornalismo, organização focada na produção de conteúdo de comunicação voltado à defesa dos direitos humanos, propõe-se a amplificar a voz dos grupos marginalizados pelas opressões de classe, raça e gênero. A violência de Estado na “guerra às drogas” e o potencial impacto que transformações na política de drogas podem produzir para a justiça social levou a organização a dar destaque para esta agenda e a somar forças com outras entidades-membro da PBPD.

Sua atuação internacional tem ganhado cada vez mais expressão em espaços de debate e articulação política da sociedade civil com o objetivo de oferecer uma plataforma de comunicação para que as histórias de violência e exclusão relacionadas às políticas de drogas sejam ouvidas. Em uma recente campanha internacional, a Ponte Jornalismo

articulou-se com veículos de imprensa de vários países da América Latina na criação de um especial jornalístico denominado “Uma Guerra Viciante”, sobre os 50 anos da “guerra às drogas”. Também fizeram parte deste especial o Centro Latinoamericano de Investigación Periodística (CLIP), Dromómanos, CeroSetenta (Colômbia), El Faro (El Salvador), El Universal e Quinto Elemento Lab (México), IDL-Reporteros (Peru) e Organized Crime and Corruption Reporting Project (OCCRP). O projeto lançou um conjunto de reportagens em diversos veículos de imprensa de todo o mundo, trazendo análises, informações, infográficos e imagens sobre esta temática no Brasil e em outros países da região. Para um exemplo desta produção, acesse o site do Washington Post em [inglês](#) ou em [espanhol](#).

Em alguns eventos que ocorrem no sistema ONU, as ONGs podem participar intervindo nas negociações a partir de depoimentos e apresentações orais, mas também podem organizar eventos paralelos (side events) que tragam temas e agendas que considerem fundamentais às negociações. A organização de eventos paralelos permite a aproximação com outras organizações do mundo todo, bem como a exposição de experiências, desafios e denúncias à comunidade internacional. De fato, por mais paradoxal que pareça, é muitas vezes nestes eventos realizados em países do Norte que as organizações sediadas no Sul conseguem se encontrar, evidenciando alguns dos desafios indicados no tópico anterior. Nessas oportunidades, tais grupos têm a oportunidade de construir estra-

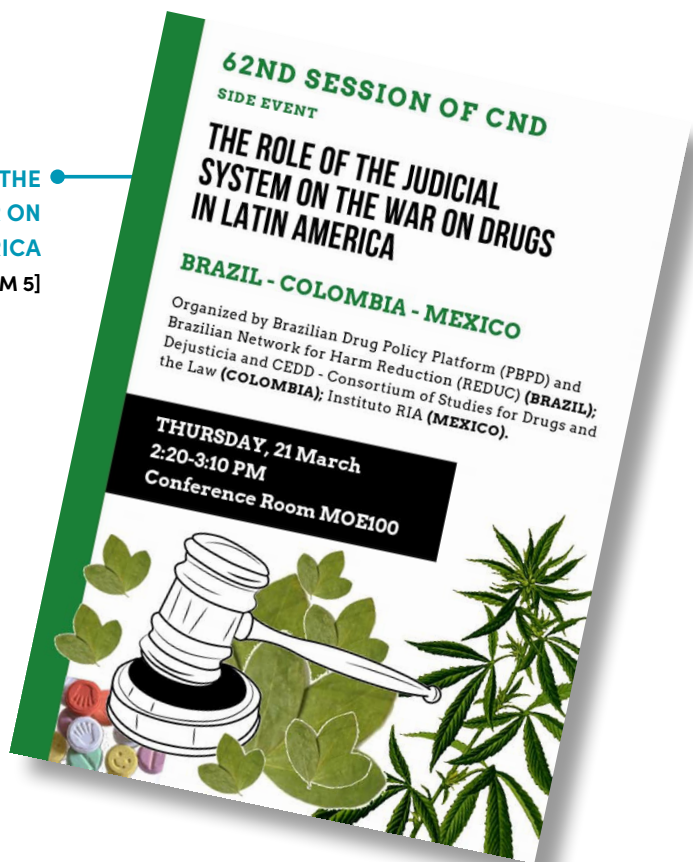
tégias de aproximação e ação futuras.

Para citar dois exemplos, na 62ª sessão da CND, ONGs brasileiras foram responsáveis pela organização de dois eventos paralelos, ou side events, como chamados na ONU. O primeiro foi organizado pela PBPD e pela Conectas, que propuseram debater o tema da militarização da segurança pública e política de controle de drogas, visando divulgar dados coletados pelo Observatório de Intervenção do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). O [segundo](#) também contou com a organização da PBPD juntamente com a REDUC, a Dejusticia (Colômbia), o Consortium of Studies for Drugs and Law (Colômbia) e o Instituto RIA (México). O evento abordou o papel do sistema judicial na “guerra às drogas” na América Latina.



**SIDE EVENT: DRUG CONTROL POLICIES AND THE MILITARISATION OF SECURITY: REFLECTIONS ON THE EXPERIENCE IN THE AMERICAS**  
[IMAGEM 4]

**SIDE EVENT: THE ROLE OF THE JUDICIAL SYSTEM ON THE WAR ON DRUGS IN LATIN AMERICA**  
[IMAGEM 5]



A reformulação do texto das convenções internacionais da ONU é um horizonte distante, cujas possibilidades de alcance são muito pequenas no médio prazo. Mesmo os Estados progressistas sustentam a manutenção das convenções hoje em vigor, já que elas são abrangentes o suficiente para possibilitar interpretações e encaminhamentos mais ou menos restritivos de controle sobre diferentes substâncias, a depender da disposição dos atores envolvidos na definição das políticas de drogas. Isso significa que as iniciativas de ONGs progressistas podem adquirir internacionalmente cada vez mais legitimidade política, mesmo que as convenções se mantenham inalteradas, uma vez que o contexto atual sugere interpretações menos restritas das suas normas<sup>17</sup>. Nesse sentido, as ONGs po-

dem investir no avanço de pequenas e contínuas conquistas, como sugere a experiência da UNGASS de 2016.

Em um cenário de difícil impacto no nível internacional, uma saída alternativa tem sido investir em reformas de baixo para cima. Isso significa promover modelos inovadores no nível local para, posteriormente, apresentá-los, sustentado por seus reais resultados, na escala de debate internacional. Conversas de bastidores e organização de eventos paralelos têm sido uma estratégia adotada pelas ONGs para divulgarem soluções que já vêm sendo adotadas no nível local. A Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC) tem investido nessa estratégia, buscando absorver e difundir internacionalmente as experiências locais de redução de danos (BOX 15).

#### BOX 15

### A atuação internacional da REDUC

A Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC) trabalha nacional e internacionalmente para fortalecer políticas públicas baseadas em uma perspectiva da redução de danos. A incidência internacional tem sido uma das estratégias da organização que, além de possuir status consultivo no ECOSOC, é também membro da PBPD, IDPC, NYNGOC e VNGOC. Por essas vias, tem participado regularmente em grandes eventos internacionais promovidos pela ONU, como a CND e a UNGASS. Nessas ocasiões, a REDUC se articula com outras ONGs internacionais, organizando eventos paralelos, estabelecendo conexões informais com agentes

governamentais brasileiros e estrangeiros e promovendo a agenda da redução de danos em exposições orais nos eventos. Vera Da Ros, que foi representante da REDUC na CND e na UNGASS de 2016, avalia que o maior ganho dessa participação é a oportunidade de promover relações humanas que proporcionem formação de redes e parcerias. Nesses espaços coletivos dedicados ao debate de temas de interesse comum a aproximação e o diálogo são facilitados, inclusive com as próprias agências governamentais brasileiras. Essa interação acontece em reuniões formais e paralelas, mas também nas filas, nos corredores e nos intervalos.

**17** Collins, J. (2017). Losing UNGASS? Lessons from civil society, past and present. *Drug and Alcohol Today*, 17 (2), pp. 88-97.

Por fim, vale destacar que há ainda muitas portas a serem abertas e caminhos a serem construídos pelas ONGs no controle internacional de drogas. Para que o tema seja tratado de forma multidisciplinar, como as ONGs progressistas têm proposto, é preciso envolver e explorar outros órgãos da ONU, como a OMS, o PNUD, a UNAIDS ou o Alto Comissariado para os Direitos Humanos. Esse processo tem avançado.

O caso da *cannabis*, como apresentado no BOX 4, demonstrou um fortalecimento do papel da OMS na definição dos parâmetros das políticas globais de drogas, potencialmente abrindo espaços para um olhar mais multidisciplinar sobre a temática. Nesse sentido, os canais ainda pouco claros e formalizados de atuação da sociedade civil nessa organização podem ser abertos pelas ONGs brasileiras.

# 7

## POR ONDE COMEÇAR?

### **Os canais de participação no controle** internacional das drogas não são exclusivos para ONGs de grande porte e de histórica abrangência internacional.

No entanto, sabe-se que os espaços institucionais da ONU nem sempre são facilmente acessíveis para organizações com menos recursos ou para as organizações não credenciadas junto ao ECOSOC. Assim, é preciso pensar em alternativas para que organizações mais jovens, de menor porte ou simplesmente sem atividades internacionais possam garantir alguma incidência neste debate.

Ernesto Cortés, vice-presidente do Comitê Executivo do NYNGOC, recomenda que as ONGs locais iniciem seu processo de participação por meio dos consórcios internacionais, a exemplo do VNGOC, do IDPC e do próprio NYNGOC. O Comitê de Nova York, segundo Ernesto, é um caminho acces-

sível para ONGs que tenham poucos recursos disponíveis, já que a taxa de inscrição é dispensada a organizações provenientes de países de baixo desenvolvimento (de acordo com a [definição do Banco Mundial](#)) ou administradas por indivíduos que demonstrem dificuldades financeiras.

A jornalista Heloísa Broggiato, tesoureira adjunta do VNGOC, aconselha que os representantes das ONGs estejam atentos aos calendários dos órgãos e agências da ONU especializados no tema das drogas. O VNGOC, por meio de suas redes sociais (principalmente o [site](#) e o [Facebook](#)), divulga com frequência os prazos para inscrições de ONGs e as datas dos eventos. Para organizar

um evento paralelo (side event) nas sessões de marco da CND, por exemplo, é preciso fazer a inscrição nos primeiros dias de janeiro do mesmo ano. Por isso, o ideal é ter todos os detalhes e documentos organizados em dezembro do ano anterior, antes dos feriados de final de ano. Também é recomendável que as ONGs conheçam os temas que serão debatidos em cada evento para iden-

tificar qual espaço é o mais adequado para seu engajamento, de acordo com sua área de atuação. Produções audiovisuais têm sido bem recebidas e valorizadas, especialmente aquelas que conseguem trazer para o debate a vivência das próprias populações vulneráveis foco das discussões. Um bom exemplo é o vídeo produzido pela PBPD para a 41ª Sessão Aberta do ECDD (BOX 16).

#### BOX 16

### A participação da PBPD na 41ª Sessão Aberta do ECDD

Em 2018, representantes da Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas tiveram a oportunidade de participar da 41ª Sessão Aberta do ECDD, que deu início ao processo de revisão do status da *cannabis*. Na ocasião, a PBPD exibiu um vídeo, fez um pronunciamento e reproduziu um áudio com o objetivo de denunciar os impactos negativos que a “guerra às drogas” causa no acesso à saúde individual e à saúde coletiva. O vídeo mostrava o depoimento de Rosineide Almeida da Silva, uma mulher pernambucana que utiliza um óleo com THC para melhorar a qualidade de vida de sua filha com autismo. Para assistir ao vídeo, [clique aqui](#). Já o áudio reproduzia um longo tiroteio

no Morro do Turano, comunidade do Rio de Janeiro. Segundo Luciana Zaffalon, representante da PBPD no evento, para garantir essa participação foi necessário inscrever-se na sessão e, posteriormente, confirmar a presença da organização pelos canais institucionais. Essa experiência é um exemplo das diferentes formas de participação que podem ser reproduzidas pelas ONGs nas sessões do ECDD. Nota-se que o envio de vídeos e declarações pode ser uma estratégia útil para chamar a atenção dos formuladores de políticas internacionais, que devem levar em conta as diferentes realidades sociais sobre as quais suas decisões impactam.

Heloísa também sugere que ONGs menores busquem organizações que já tiveram experiências nos fóruns da ONU e mantenham contato com elas. É comum, inclusive, que as ONGs credenciadas no ECOSOC ofereçam seus convites excedentes para que outras organizações de menor porte e/ou não cadastradas também estejam presentes.

Com isso, é possível criar uma rede contínua de troca de informações e boas práti-

cas entre ONGs com diferentes características e de distintas regiões. É interessante, da mesma forma, manter-se em contato com os membros dos comitês executivos dos consórcios internacionais, que sempre estão em busca de novas ONGs para ampliar a participação da sociedade civil nos fóruns da ONU. A atual estrutura do Comitê Executivo do NYNGOC está disponível neste [link](#) e a do VNGOC pode ser encontrada [aqui](#).

Vale destacar ainda a importância de ampliar e diversificar as articulações políticas internacionais das ONGs no tema do controle de drogas. Nesse quesito, iniciativas como a criação de redes internacionais de pessoas que usam drogas, como a Rede Latino-Americana de Pessoas que Usam Drogas (LANPUD) e

a Rede Internacional de Pessoas que Usam Drogas (INPUD), é de grande relevância. Seu principal objetivo é projetar a voz e lutar pela promoção dos direitos de populações-chave mais afetadas pelas políticas de drogas (BOX 17). Isso é feito em diferentes tipos de fóruns internacionais, dentre os quais os da ONU.

#### BOX 17

### Redes internacionais de pessoas que usam drogas

Para além da relevância das ONGs no debate, é preciso levar em conta a atuação das redes internacionais de pessoas que usam drogas. A Red Latinoamericana y del Caribe de Personas que usan Drogas (LANPUD) e a International Network of People who Use Drugs (INPUD) são dois importantes exemplos dessas articulações. A **LANPUD**, rede fundada no Brasil, funciona como ponto de referência regional latino-americano para incidir e influenciar a formulação de políticas públicas e internacionais sobre o assunto. O objetivo é a eliminação da estigmatização, da criminalização e da discriminação das pessoas que usam drogas por meio da promoção de seus direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e políticos.

A **INPUD** parte do mesmo pressuposto e busca representar os usuários de drogas em agências e órgãos da ONU, principalmente por meio da participação em sessões, reuniões e eventos institucionais. A INPUD trabalha para que a comunidade internacional respeite as pessoas que usam drogas

e as considere no debate internacional e na formulação de normas.

Essas redes articulam-se aos consórcios internacionais mencionados neste Guia. Muitas delas são membros do IDPC, como é o caso da INPUD. Segundo Ernesto Cortés, do NYNGOC, é comum que os comitês de Nova York e de Viena busquem a INPUD, a LANPUD e demais redes quando abrem as inscrições da sociedade civil para eventos da ONU. Em geral, espera-se que as redes proponham algum representante das chamadas “populações afetadas”, termo utilizado pela ONU, para participar das sessões, já que a maioria das agências e órgãos vem exigindo a participação ativa dessas populações. Ernesto afirma que esse espaço foi conquistado por meio de grande articulação internacional e que cada vez mais cresce a participação das redes de pessoas que usam drogas nos fóruns de debate sobre as políticas de drogas, garantindo representatividade e propostas que dialogam com a realidade local.



Neste guia, trouxemos um conjunto de possibilidades para a atuação das ONGs nos fóruns internacionais de formulação de políticas de drogas. Ao final, fica claro que ainda há muitos caminhos a serem abertos e explorados. A participação da sociedade civil organizada do Sul Global nestes espaços será cada vez mais decisiva, adquirindo protagonismo e compartilhando narrativas que dialoguem com a realidade local de territórios ainda marcados por grande violência, repressão e desrespeito à saúde coletiva e à autonomia individual.

Tendo isso em conta, esperamos que o Guia para Incidência Internacional da PBPD seja um convite à abertura dessas novas frentes de engajamento por uma política internacional e nacional de drogas mais coerente e pautada em direitos.

Da mesma forma, vale destacar que as articulações internacionais de organizações latino-americanas (BOX 18) cresceram enormemente nas últimas décadas, impulsionadas por dinâmicas domésticas de cada país e pela globalização tanto dos seus problemas quanto das suas soluções.

#### BOX 18

### Articulações latino-americanas em torno do tema das drogas

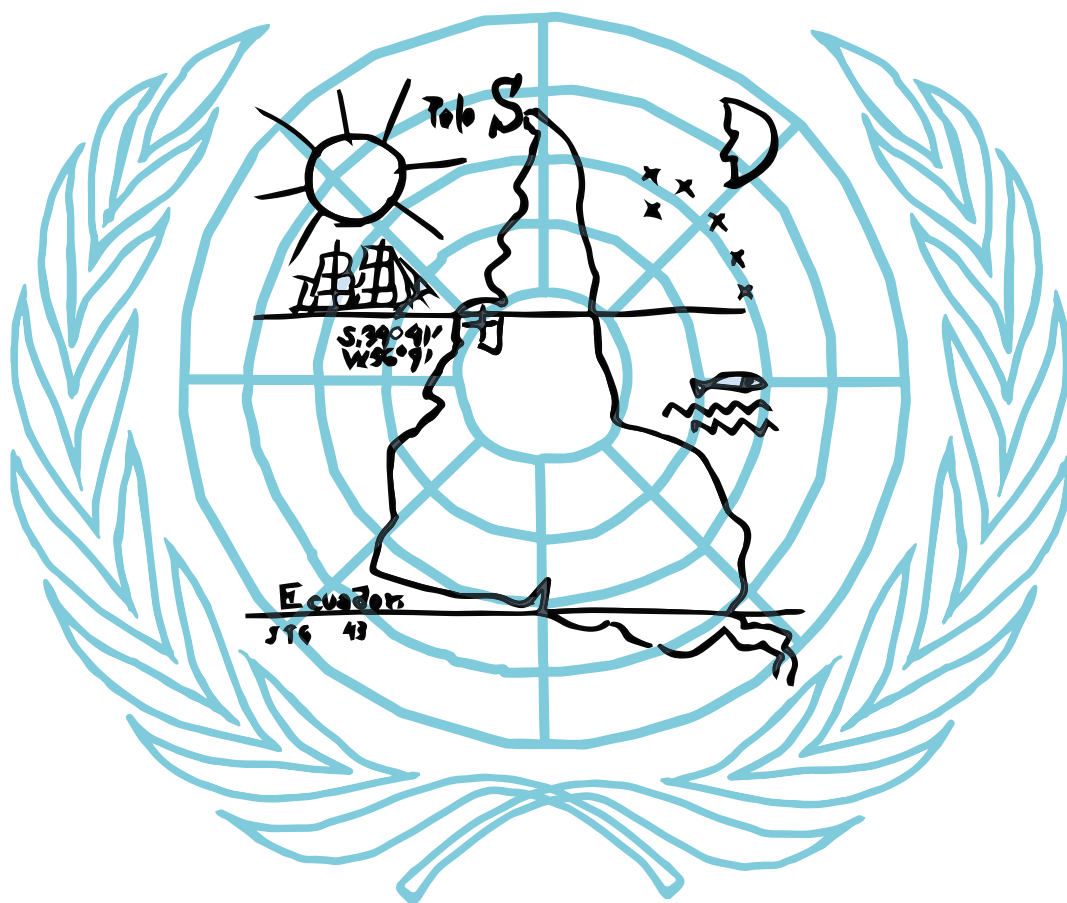
O número de organizações latino-americanas que já atuam internacionalmente é bastante grande. Ele compõe um universo de histórias próprias e focadas na solução de problemas variados, ainda que muitos deles sejam comuns à realidade de todo o continente e dos países do Sul Global, de maneira geral. Os temas relacionados às políticas de drogas possibilitam a articulação desse conjunto em torno do combate à desigualdade, da valorização dos direitos humanos, de ações pelo desencarceramento, da promoção de acesso à justiça, dentre outros temas. Alguns exemplos expressam claramente essas articulações, como o Dejusticia, o Instituto RIA e a Intercambios. O **Dejusticia** é uma organização colombiana de pesquisa e advocacy, dedicada ao fortalecimento do Estado de Direito e à promoção da justiça social e dos direitos humanos no Sul Global. De acordo com Isabel Pereira, pesquisadora da organização, o Dejusticia atua em diversas

frentes internacionais, tanto regionais, como a Comissão Interamericana para o Controle de Drogas (**CICAD**), entidade dedicada ao tema na Organização dos Estados Americanos (**OEA**), quanto em articulação com parceiros de outros países, como a **WOLA** e a **Drug Policy Alliance**. O Dejusticia tem participação destacada em consórcios, como o IDPC, no qual Isabel representa a região latino-americana, como Conselheira Consultiva. Enquanto organização dedicada à pesquisa, também marca presença em eventos regionais relevantes, como a Conferência Latino-Americana sobre Políticas de Drogas (**CONFEDROGAS**). Na ONU, um dos investimentos da organização é a ampliação da frente de debate sobre as políticas de drogas em órgãos que ainda não trabalham esse tema de forma específica. Sua atuação no **Comitê sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** do ECOSOC é exemplo disso. O Instituto RIA, por sua vez, é uma associação civil mexicana que se dedica

▶ à pesquisa para elaborar soluções e influenciar políticas públicas pautadas na justiça social. De acordo com Zara Snapp, co-fundadora da organização, o [Instituto RIA](#) envolve-se em diversas modalidades de engajamento internacional, incluindo a participação em fóruns internacionais, como a UNGASS e a CND, e regionais, como a [CICAD](#) na OEA. O objetivo é disseminar nos espaços de tomada de decisão internacionais inovações que vem sendo pensadas e experimentadas pela sociedade civil e por governos locais. Além disso, há um trabalho consistente da organização na área de pesquisa e produção de relatórios que podem servir de insumos aos espaços de tomada de decisão, buscando incidir na formulação de resoluções e normas. Todo esse trabalho tem sido conduzido em articulação com outras organizações, como a colombiana [Acción Técnica y Social](#) e a [LANPUD](#). Atualmente, o Instituto RIA

está trabalhando para conseguir o status consultivo na ECOSOC, o que tem sido desafiado por indeferimentos impostos por países proibicionistas e resistentes ao reconhecimento da organização. Por fim, a [Intercambios](#) é uma organização civil argentina dedicada a refletir e propor soluções para os problemas relacionados às drogas. A entidade busca produzir conhecimento baseado em evidências científicas e difundi-lo por meio da organização de eventos e cursos de alcance internacional. Além disso, participa ativamente de consórcios internacionais, como a [CONFEDROGAS](#) e a [Coalizão Americana sobre política de drogas para a Cúpula das Américas \(CAPD\)](#), bem como de fóruns internacionais, já que possui registro no [Conselho Permanente](#) da OEA e status consultivo no ECOSOC. Nestes espaços, procuram disseminar boas práticas e incidir sobre o processo de tomada de decisão.

# GUÍA DE INCIDENCIA INTERNACIONAL DE LA PBPD



REALIZACIÓN



PLATAFORMA BRASILEIRA  
DE POLÍTICA DE DROGAS

APOYO



JUSTA

# GUÍA DE INCIDENCIA INTERNACIONAL DE LA PBPD

## COORDINACIÓN DEL PROYECTO

Plataforma Brasileña de Políticas de Drogas  
Asesoría de relaciones internacionales, Cristiano Maronna e Luciana Zaffalon

## INVESTIGACIÓN Y REDACCIÓN

Paulo José dos Reis Pereira y Priscila Villela

## ASISTENTE DE INVESTIGACIÓN Y REDACCIÓN

Flávia D'Angelo

## COLABORACIÓN

Agnes Felipe, Amanda Cavalcante, Daniel Barreto, Danielle Vallim,  
Dayana Rosa, Dudu Ribeiro, Ernesto Cortés, Eroy Aparecida da Silva,  
Francisco Netto, Gabriel dos Santos Elias, Heloísa Broggiato,  
Henrique Apolinario, Larissa Neves, Luana Malheiro, Marcio Roberto,  
Maria Angélica Comis, Rafael West, Raul Thame, Renato Filev,  
Tatiana Diniz y Vera da Ros

## PROYECTO GRÁFICO Y DIRECCIÓN DE ARTE

Carol Godefroid @pirodeimagem

## TRADUCCIÓN AL ESPAÑOL

ISBN N° 978-65-992798-2-9

TÍTULO: Guia para incidência internacional I PBPD

AUTOR: Plataforma Brasileira De Política de Drogas

EDITORIA: Disparo Comunicação e Educação

São Paulo, 2021

# ÍNDICE

<b>1. Presentación</b>	<b>6</b>
<b>2. ¿Desde cuándo existe el control internacional de las drogas?</b>	<b>8</b>
<b>3. ¿Cómo funciona actualmente este control?</b>	<b>13</b>
<b>3.1. Las convenciones internacionales de la ONU y sus interpretaciones</b>	<b>14</b>
<b>3.2. Clasificación en listas de sustancias y restricciones</b>	<b>18</b>
<b>3.3. Principales organismos y sus funciones</b>	<b>22</b>
<b>3.4. Otros organismos</b>	<b>25</b>
<b>4. ¿Por qué la sociedad civil debe incidir en este control?</b>	<b>28</b>
<b>5. ¿Cuáles son los canales para que la sociedad civil pueda incidir en este control?</b>	<b>32</b>
<b>5.1. Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas (ECOSOC)</b>	<b>32</b>
<b>5.2. Comisión de Estupefacientes (CND) y Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC)</b>	<b>34</b>
• <b>Cómo participar en las sesiones de la CND</b>	<b>34</b>
• <b>Cómo presentar declaraciones escritas a la CND</b>	<b>35</b>
• <b>Cómo solicitar permiso para hacer una declaración oral durante las sesiones de la CND</b>	<b>35</b>
<b>5.2.1. The UNODC Civil Society Team: qué es y cómo participar</b>	<b>35</b>
• <b>Vienna NGO Committee on Narcotic Drugs (VNGOC)</b>	<b>36</b>
<b>5.3. Sesión especial de la Asamblea General a de las Naciones Unidas (UNGASS)</b>	<b>37</b>
• <b>UNGASS: proceso preparatorio</b>	<b>37</b>
• <b>The New York NGO Committee on Drugs (NYNGOC)</b>	<b>39</b>

<b>5.4. Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes – JIFE (INCB)</b>	<b>39</b>
• Existen otras formas de participación en la INCB?	40
<b>5.5. Organización Mundial de la Salud (OMS)</b>	<b>41</b>
• Actores no estatales en relaciones oficiales con la OMS	41
• Colaboración de actores no estatales: FENSA	42
• Comité de Expertos de la OMS en Farmacodependencia (ECDD)	44
<b>5.6. Otros organismos de la ONU</b>	<b>44</b>
<b>5.6.1. UNAIDS</b>	<b>44</b>
<b>5.6.2. OHCHR</b>	<b>46</b>
<b>5.7. Consorcio Internacional de Políticas de Drogas (IDPC)</b>	<b>48</b>
• Criterios de participación	49
• Cómo participar	49
<b>6. ¿Cuáles son los desafíos y potencialidades de la participación de la sociedad civil en este control internacional?</b>	<b>50</b>
<b>6.1. Desafíos</b>	<b>52</b>
<b>6.2. Potencialidades</b>	<b>55</b>
<b>7. ¿Por dónde empezar?</b>	<b>60</b>

## LISTA DE CUADROS

- CUADRO 1:** ¿Qué son las convenciones?
- CUADRO 2:** La "guerra contra las drogas", racismo y activismo
- CUADRO 3:** La reducción de daños y la sociedad civil organizada en una perspectiva internacional
- CUADRO 4:** Reclasificación del cannabis y participación de las ONG
- CUADRO 5:** Centro de Convivencia "É de lei" [Es de ley], entre lo local y lo internacional
- CUADRO 6:** La actuación internacional de la Iniciativa Negra para una Nueva Política de Drogas
- CUADRO 7:** La sociedad civil organizada y la regulación del cannabis en Uruguay
- CUADRO 8:** Civil Society Task Force
- CUADRO 9:** NGO Marketplace
- CUADRO 10:** Código de Conducta sobre las actividades de la ONU
- CUADRO 11:** Resultados de la UNGASS 2016
- CUADRO 12:** La PBPD, UNGASS 2016 y el contexto político brasileño
- CUADRO 13:** Representante de la PBPD sufre intimidación en la 62ª CND
- CUADRO 14:** Ponte Jornalismo [Puente Periodismo] y su articulación latinoamericana
- CUADRO 15:** La actuación internacional de REDUC
- CUADRO 16:** La participación de la PBPD en la 41ª sesión abierta de ECDD
- CUADRO 17:** Redes internacionales de personas que usan drogas
- CUADRO 18:** Articulaciones latinoamericanas en materia de drogas

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Línea de tiempo del control internacional de drogas
- Figura 2:** Listas y tablas de las convenciones internacionales de drogas
- Figura 3:** Organigrama de los organismos de control de drogas de la ONU
- Figura 4:** Side event: Drug control policies and the militarisation of security: Reflections on the experience in the Americas
- Figura 5:** Side Event: The Role of the Judicial System on the War on Drugs in Latin America

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANVISA** Agencia Nacional de Vigilancia Sanitaria
- ARQ** Annual Report Questionnaire [Cuestionario para los informales anuales]
- CESeC** Observatorio de la Intervención del Centro de Estudios de Seguridad y Ciudadanía (Rio de Janeiro)
- CND** Commission on Narcotic Drugs [Comisión de Estupefacientes]
- CSTF** Civil Society Task Force [Grupo de Trabajo de la Sociedad Civil]
- ECDD** Expert Committee on Drug Dependence  
[Comité de Expertos de la OMS en Farmacodependencia]
- ECOSOC** United Nations Economic and Social Council  
[Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas]

<b>FENSA</b>	Framework of Engagement with Non-State Actors [Marco para la colaboración con agentes no estatales]
<b>HRI</b>	Harm Reduction International [Reducción de Daños Internacional]
<b>IDPC</b>	International Drug Policy Consortium [Consortio Internacional sobre Políticas de Drogas]
<b>INCB</b>	International Narcotics Control Board [Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes - JIFE]
<b>INNPD</b>	Iniciativa Negra por una Nueva Política de Drogas
<b>INPUD</b>	International Network of People Who Use Drugs (Red Internacional de Personas que Usan Drogas)
<b>LANPUD</b>	Latin-American Network of People Who Use Drugs (Red Latinoamericana y del Caribe de Personas que Usan Drogas)
<b>LSD</b>	Dietilamida del ácido lisérgico
<b>MDMA</b>	Metilendioximetanfetamina
<b>NPS</b>	New Psychoactive Substances [Nuevas sustancias psicoativas]
<b>NYNGOC</b>	The New York NGO Committee on Drugs [Comité de ONG sobre Drogas de Nueva York]
<b>OHCHR</b>	Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights [Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos - ACNUD]
<b>OMS</b>	Organización Mundial de la Salud
<b>ONG</b>	Organización no gubernamental
<b>ONU</b>	Organización de las Naciones Unidas
<b>OPAS</b>	Organización Panamericana de Salud
<b>PBPD</b>	Plataforma Brasileña de Políticas de Drogas
<b>PCB</b>	Programme Coordinating Board [Junta de Coordinación del Programa de ONUSIDA/UNAIDS]
<b>PNUD</b>	Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo
<b>REDUC</b>	Red Brasileña para la Reducción de Daños
<b>UNAIDS</b>	The Joint United Nations Programme on HIV/AIDS
<b>UNDCP</b>	United Nations International Drug Control Programme [Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas]
<b>UNGASS</b>	United Nations General Assembly Special Session [Sesión Especial de la Asamblea de las Naciones Unidas]
<b>UNODC</b>	United Nations Office on Drugs and Crime [Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito]
<b>VNGOC</b>	The Vienna NGO Committee on Drugs [Comité de ONG de Viena sobre Drogas]



# 1 PRESENTACIÓN

**La Guía de Incidencia Internacional de la PBPD**, es el resultado de un interés colectivo por parte de las entidades miembro de la Plataforma Brasileña de Políticas de Drogas (PBPD) de ampliar su conocimiento e incidencia respecto

a los mecanismos de control internacional de drogas de la Organización de las Naciones Unidas (ONU).

Su punto de partida es la constatación de que las políticas locales, nacionales y regionales en materia de drogas se ven afectadas por debates y decisiones tomadas a nivel internacional. Por lo tanto, se hace necesario que la sociedad civil se articule, especialmente la que comparte problemas similares y experiencias comunes desde el Sur Global<sup>1</sup>, y pueda participar en los espacios de debate en los foros internacionales sobre el control de las drogas, con nuevos planteamientos, proponiendo caminos innovadores y uniendo fuerzas con organizaciones socias extranjeras. Los Estados, que suelen ser los actores más poderosos en este escenario, no deberían ser los únicos en tener voz. Garantizar que se escuche a los grupos de la sociedad civil significa ejercer concretamente la ciudadanía global. La heterogeneidad de esos grupos, que refleja las diferencias históricas y contextuales entre países, es su mayor triunfo para respetar la diversidad y, a la vez, garantizar un control de drogas basado en el conocimiento científico y los derechos humanos.

De este modo, la guía tiene como objetivo facilitar la participación de la sociedad civil

organizada, particularmente de las organizaciones no gubernamentales (ONG) brasileñas y latinoamericanas, en los principales organismos y dinámicas del control internacional de drogas en la ONU, así como en los grupos de trabajo de organizaciones no gubernamentales que operan a nivel internacional, como el Consorcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC) y la Plataforma Brasileña de Políticas de Drogas (PBPD). Para ello:

- ◆ Describimos el funcionamiento del sistema de control internacional de drogas en la ONU, destacando sus principales mecanismos, como sus listas de clasificación, convenios y organismos.
- ◆ Proponemos una reflexión acerca de la importancia de la participación activa de la sociedad civil en los foros internacionales de control de drogas.
- ◆ Presentamos un análisis de los principales canales, mecanismos y organismos que permiten a las ONG incidir en las decisiones relacionadas con el control internacional de drogas de la ONU.
- ◆ Presentamos un análisis de los principales consorcios de organizaciones no gubernamentales que actúan a nivel

---

<sup>1</sup> Término utilizado para agrupar a las antiguas colonias, los países en vías de desarrollo y países pobres de la periferia del sistema internacional, en contraposición a los países del norte, mayoritariamente desarrollados.

internacional en materia de política de drogas.

◆ Presentamos una orientación práctica para la actuación de las ONG en el sistema internacional de control de drogas de la ONU, incluso a través de grupos de trabajo y consorcios internacionales de organizaciones de la sociedad civil.

◆ Ilustramos la actuación de las ONG en el control internacional de drogas con casos y ejemplos brasileños, destacando las potencialidades y limitaciones de sus acciones.

Esta guía es un producto que sigue el camino iniciado con la cartilla [Entendiendo a política de drogas no cenário internacional](#) [Comprender la política de drogas en el escenario internacional], elaborada por la PBDP para orientar el debate público sobre la Sesión Especial de la Asamblea General de la ONU sobre Drogas (UNGASS) en 2016. También consiste en una sistematización de conocimientos y experiencias adquiridas en los últimos años en el activismo internacional de la plataforma y sus entidades miembro en el seguimiento, la reflexión y acción sobre el sistema internacional de control de drogas. En suma, es la síntesis de un ciclo de trabajo colectivo que señala posibilidades para el futuro.

Algunas informaciones generales que ayudarán a comprender esta guía:

◆ Las principales fuentes de investigación fueron los trabajos académicos y documentos institucionales, las páginas web de los organismos de la ONU dedicados al control internacional de drogas y los informes elaborados por las propias ONG y los grupos de trabajo de las organizaciones.

◆ Las entrevistas a representantes o exrepresentantes de las ONG que han trabajado a nivel internacional en el control de drogas contribuyeron en la redacción de distintas partes de la guía, especialmente en los cuadros con casos ilustrativos.

● En general, se han traducido al español los nombres de los organismos implicados en el control internacional de drogas, pero se han mantenido sus siglas en inglés, pues ello facilitará a las ONG identificarlos en documentos, páginas web, etc.

◆ A lo largo del texto se han incluido diversos enlaces que dan acceso a documentos, normativas y burocráticas que pueden enriquecer el conocimiento de los interesados en la incidencia internacional del control de drogas.

La guía está estructurada en cuatro capítulos iniciales de contextualización del control internacional de drogas, un amplio capítulo con informaciones y procedimientos para que las ONG puedan incidir en este control, un capítulo que señala las potencialidades y desafíos para esta incidencia, seguido de un capítulo de cierre, que señala los primeros pasos para las ONG que quieran aventurarse en esta empresa. Para garantizar un texto accesible, se ha intentado encontrar un equilibrio entre las complejas orientaciones burocráticas para la participación de las ONG en los distintos organismos de la ONU y la fluidez del texto. Con ello, aunque se haya reducido la cantidad de información, creemos que el texto ha ganado en claridad y objetividad. Esperamos que esta guía pueda ayudar y promover la acción de la sociedad civil por un control internacional de drogas más justo, coherente y humano.

Diversas personas y entidades miembro de la PBDP contribuyeron directamente para la elaboración de esta guía, participando en las reuniones de trabajo organizadas a lo largo del primer semestre de 2021 y compartiendo en entrevistas sus experiencias de incidencia en el control internacional de drogas, lo que enriqueció el texto con historias, retos y logros. Se contó también con el apoyo de la Plataforma [JUSTA](#) para su publicación

# 2 ¿DESDE CUÁNDO EXISTE EL CONTROL INTERNACIONAL DE LAS DROGAS?

**El control internacional de drogas**, en el formato multilateral que conocemos hoy, coordinado por la ONU con la participación de muchos países, comenzó a desarrollarse a principios del siglo XX.

Se inauguró más precisamente en 1909, cuando se celebró la Conferencia de Shanghái. Convocada por Estados Unidos, fue la primera reunión en la que participaron diferentes Estados para tratar el tema de las drogas. La droga en cuestión en ese momento era el opio y sus derivados, la morfina y la heroína, cuyo consumo y comercio habían adquirido dimensiones mundiales. A los Estados Unidos les interesaban controlar la entrada de estas sustancias en el país, así como acercarse al mercado de consumo chino, rivalizando con los europeos, especialmente con los británicos.<sup>2</sup>

A lo largo del siglo XIX, Inglaterra, la potencia internacional de la época, se había convertido en el principal operador de este mercado, comercializando el opio producido en la India, su colonia, hacia China, para equilibrar su balanza de pagos con este país, del que consumía muchos productos manufacturados. El intento del emperador chino de imponer restricciones al consumo de opio en el país llegó a provocar guerras.

A diferencia de lo que ocurre hoy en día, las llamadas "Guerras del Opio" que tuvieron lugar a lo largo del siglo XIX fueron libradas por Inglaterra para garantizar la continuidad del comercio del opio con China y no para erradicarlo. Fueron "guerras por las drogas" y no "guerras contra las drogas". De hecho, como se sabe, hasta principios del siglo XX muchas de las drogas que hoy se consideran ilícitas, como el opio, la cocaína y el *cannabis*, tenían una circulación muy flexible, siendo comercializadas sin mayores restricciones en diversas ciudades del mundo.<sup>3</sup> Pero la situación cambió radicalmente en las décadas siguientes.

La evolución de la regulación de las drogas adquirió contornos de control social de los grupos marginalizados y vulnerables de la sociedad, especialmente la población negra, articulándose con el racismo contemporáneo.<sup>4</sup> La evolución de la regulación de las drogas adquirió contornos de control social de los grupos marginalizados y vulnerables

<sup>2</sup> Transnational Institute. Las convenciones de drogas de la ONU. Guía Básica. Octubre, 2015.

<sup>3</sup> ESCOHOTADO A. Historia Elemental de Las Drogas. Barcelona: Anagrama, 1996.

<sup>4</sup> Provine, D. M. Race and inequality in the war on drugs. Annual Review of Law and Social Science 7, 2011, pp.41– 60.

de la sociedad, especialmente la población negra, articulándose con el racismo contemporáneo. Eso demuestra cómo dicho control responde a los contextos históricos, sociales y económicos y no es algo estático. Cambia con el paso del tiempo y los cambios de ideas e intereses respecto a las drogas y los grupos sociales vinculados a ellas. Por lo tanto, cobra aún más importancia la presión política de los distintos actores, incluida la sociedad civil, para que se tengan en cuenta sus opiniones a la hora de tomar decisiones internacionales. Los Estados, que son los decisores en los foros internacionales, actúan en función de sus propios intereses políticos, pero también en respuesta a las demandas de los actores privados, especialmente los capitalistas, y a la presión de los grupos de la sociedad civil organizada.

Tras la Conferencia de Shanghái, los Estados Unidos decidieron convocar la Primera Convención Internacional del Opio, que tuvo lugar en La Haya en 1912. Como resultado, se elaboró el primer tratado internacional sobre el control de las drogas, que exigía una mayor gestión de la producción y circulación de la morfina, la cocaína y sus derivados. Firmado en su momento por solo once países, este tratado se convirtió en una norma internacional cuando se incorporó al Tratado de Versalles de 1919, que creó la Sociedad de Naciones, organización que sería sustituida por la ONU después de la Segunda Guerra Mundial.

En 1925, la revisión de este primer tratado, celebrada en Ginebra, creó un sistema estadístico de control de la circulación internacional de drogas y definió los procedimientos a seguir para determinar qué sustancias deberían ser sometidas a un control más estricto. También fue la primera convención en la que se incluyó el *cannabis*, designado entonces como cáñamo de la India [*indian hemp*], entre las drogas que deberían ser controladas internacionalmente. Cabe destacar que los Estados Unidos se retiraron de las negociaciones por entender que las medidas propuestas no eran lo suficientemente restrictivas y no incluían el alcohol, cuya producción estaba prohibida en el país por la Ley Seca (1920-1933). Las potencias coloniales europeas, por su parte, sólo pretendían organizar el libre mercado de las drogas farmacéuticas que producían para un creciente mercado de consumo mundial. Por lo tanto, aumentar las restricciones a la circulación de esos productos no les interesaba, lo que demuestra que la decisión de qué drogas deben estar más o menos controladas también depende de los beneficios políticos y económicos que puedan obtener los actores más poderosos del escenario internacional.

De este modo, hasta el final de la Segunda Guerra Mundial, se organizaron dos convenios más: la Convención para limitar la fabricación y reglamentar la distribución de estupefacientes, de 1931, y el Convenio para la supresión del tráfico ilícito de drogas nocivas, de 1936. Su objetivo era detallar, normalizar y reforzar los controles internacionales sobre las drogas, teniendo como principal orientación la restricción de su uso para fines médicos y científicos. Su principal finalidad era garantizar la expansión mundial organizada del mercado legal de drogas, operado por las emergentes corporaciones farmacéuticas.

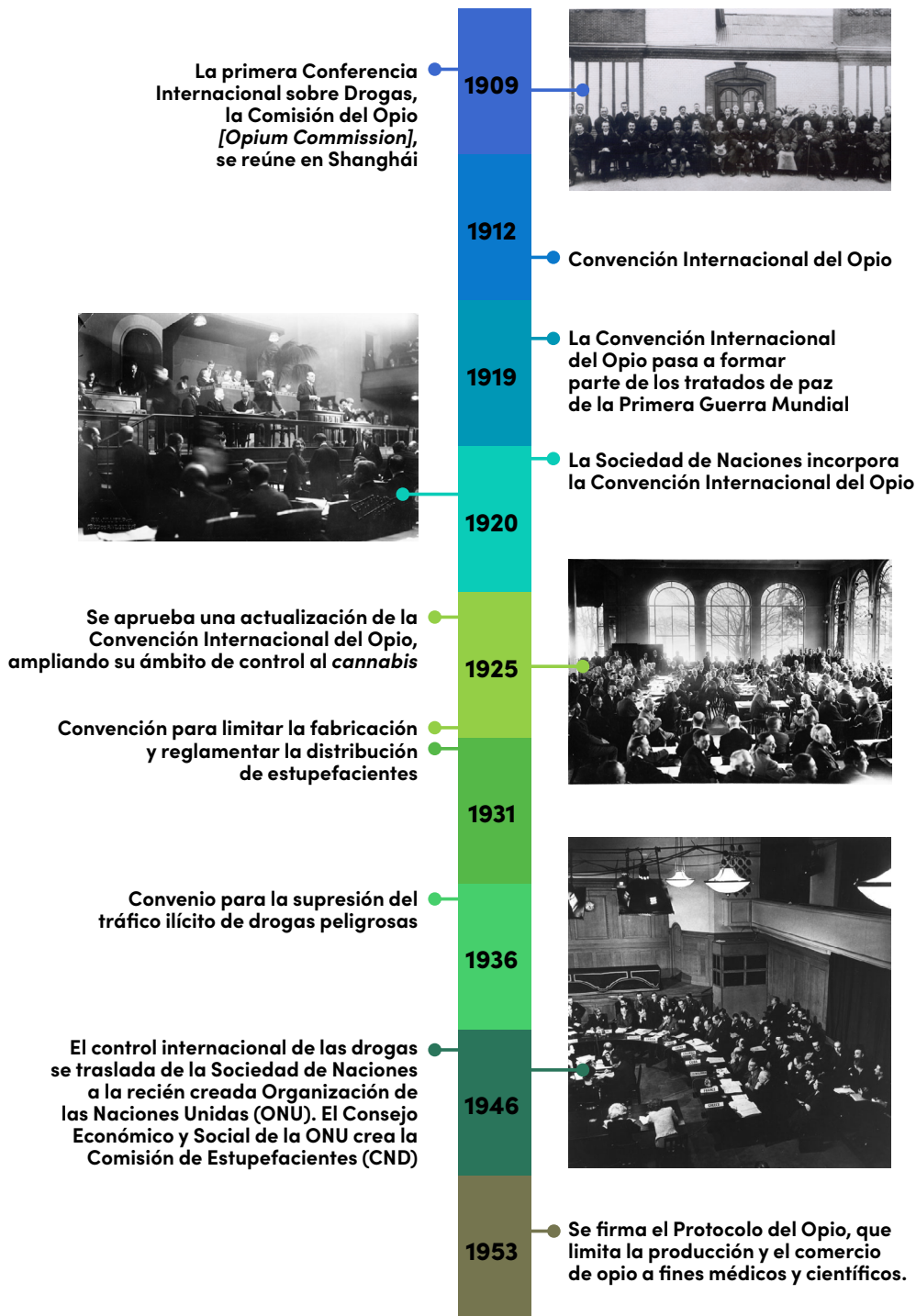
Tras el fin de la guerra, los Estados Unidos asumieron un papel decisivo en la construcción de esos instrumentos de control, dado su predominio político y la emergencia de sus corporaciones farmacéuticas en el escenario internacional que no encontraron competencia ante la destrucción de la industria europea y japonesa durante el conflicto. El Protocolo de Lake Success de 1946 fue el primero de una serie que pretendía imprimir una orientación estadounidense al control de drogas. Introdujo diversas enmiendas a todos los acuerdos anteriores. Los dos últimos de esta serie, el Protocolo de París de 1948 y el Protocolo de Nueva York de 1953, aumentaron, respectivamente, el número de drogas bajo control internacional, así como las restricciones a su circulación, especialmente el opio.<sup>5</sup>

Así, alrededor de 1960, había una serie de tratados y protocolos internacionales elaborados a lo largo de 50 años y que constituían una maraña de directrices y obligaciones, a veces contradictorias, llenas de lagunas y limitaciones. Ante la continua expansión del mercado de las drogas, incluidas las ilícitas, la diversificación de las sustancias y la multiplicación de los actores implicados en esta economía psicoactiva, la ONU decidió unificar y estandarizar el sistema de control de drogas bajo una única convención. De ahí surgió, en 1961, la Convención Única sobre Estupefacientes, que inauguró los mecanismos que siguen en vigor en el control de drogas. La figura 1 presenta una línea de tiempo del control internacional de drogas, ofreciendo que ofrece una visión panorámica de sus eventos decisivos.

---

**5** Pereira, P. J. R. Drug control, violence and capitalism in an international perspective: an analytical framework. *Critical Military Studies*, 2021.

## LÍNEA DE TIEMPO DEL CONTROL INTERNACIONAL DE DROGAS [FIGURA 1]





1961

Convención Única sobre Estupefacientes

Convenio sobre Sustancias Psicotrópicas

1971



Se enmienda la Convención Única sobre Estupefacientes mediante un protocolo

1972

Convención contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas

1988

UNGASS sobre el uso indebido de drogas

1990

Se crea en Viena el Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas (UNDCP) (actualmente UNODC)

1991



UNGASS sobre el problema mundial de las drogas

1998



2002

La Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC) adopta su nombre actual reemplazando al PNUFID

2016

UNGASS sobre el problema mundial de las drogas

Fuente: A century of international drug control | ONU

Para conocer las variedades históricas de modos y alcances territoriales del control de drogas, se puede leer el libro de Henrique Carneiro, *Drogas: a história do proibicionismo*, publicado por la editorial brasileña Autonomia Literária en 2018. Y

para conocer los detalles de la historia diplomática de esos convenios internacionales, véase el libro *Drug Diplomacy in the Twentieth Century: An international history*, de William B. McAllister, publicado en 2000 por Routledge.

# 3 ¿CÓMO FUNCIONA ACTUALMENTE ESTE CONTROL?

**El actual control internacional de drogas se ejerce a través de la ONU, utilizando como parámetro tres convenciones internacionales elaboradas entre los años 1960 y 1980.**

Las dos primeras convenciones (1961 y 1971) tienen como objetivo homogeneizar globalmente las medidas de control de un conjunto de drogas, restringiéndolas a su uso médico y científico. Estas sustancias se dividen en cuatro listas, que prevén más o menos restricciones según el análisis de su uso indebido y daño para la salud frente a sus posibles efectos terapéuticos (explicación en el subtema 3.2). La tercera convención, de 1988, se centra en las normas para combatir el narcotráfico, el blanqueo de dinero y reforzar el control sobre los precursores químicos, reactivos y disolventes que se utilizan en la producción ilícita de drogas. Cada una de las convenciones fue creada en respuesta a ciertos dilemas impuestos por los contextos históricos, como se puede ver a continuación.

Al contrario de lo que se supone, las convenciones no consideran ninguna droga ilegal, ya que se limitan a reclamar a los Estados parte un control más o menos estricto, basado

en una serie de directrices. El resultado de esta exigencia, sin embargo, fue la creación o el endurecimiento de leyes nacionales en la mayoría de los países del mundo que criminalizan un enorme espectro de prácticas relacionadas con las drogas.

Los organismos encargados de fiscalizar la aplicación y el funcionamiento de las normas establecidas por las convenciones internacionales de la ONU son principalmente la Comisión de Estupefacientes (CND), la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes (INCB), la Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC) y la Organización Mundial de la Salud (OMS). Otros organismos de la ONU también pueden desempeñar un papel importante en los debates sobre el control de drogas, como el Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA (UNAIDS) y la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OHCHR).



### 3.1 LAS CONVENCIONES INTERNACIONALES DE LA ONU Y SUS INTERPRETACIONES

Las tres convenciones de la ONU que regulan el control internacional de drogas son la Convención Única sobre Estupefacientes de 1961, enmendada por el protocolo de 1972, el Convenio sobre Sustancias Psicotrópicas de 1971 y la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Psicotrópicas de 1988.

La Convención de 1961 tenía como obje-

#### CUADRO 1

#### ¿Qué son las convenciones?

Las convenciones de la ONU, a veces denominadas tratados o convenios, son instrumentos legales que adopta la Asamblea General de la ONU y que vinculan a los Estados parte (los signatarios) a normas internacionales respecto a un determinado tema. Los Estados parte deben ratificar una convención, por lo general a través de sus cámaras legislativas, para que entre en vigor internamente. A veces, para hacer cumplir lo acordado en una convención, los Estados crean o actualizan las leyes nacionales específicas, como en el caso de la ley de drogas. La ONU no tiene jurisdicción para imponer sanciones de ningún tipo a un Estado que haya violado las normas, aunque sea signatario, limitando su papel a "nombrar y avergonzar" [name and shame] públicamente esas conductas.

tivo sistematizar en un solo documento los distintos parámetros de control internacional de drogas que se habían creado desde el comienzo de esas iniciativas en 1912, razón por la cual se denomina convención "única". Su principal foco de control eran las tres plantas de las que se pueden extraer sustan-

cias psicoactivas: el *cannabis*, la hoja de coca y la adormidera. Con ello, se impuso una gran responsabilidad a los productores tradicionales de esos cultivos centrados en la periferia del sistema internacional, en países de Asia, América Latina y África. Además, reforzó la exclusividad del uso médico y científico de las diferentes drogas derivadas de esas plantas, enumeradas en diferentes listas de restricción (una de sus principales novedades), excluyendo otros usos, como los tradicionales, religiosos y para el uso de adultos con fines recreativos.

La convención aun preveía la creación de un organismo encargado de vigilar el equilibrio entre la demanda y la producción de esas drogas, el INCB, y reafirmaba la necesidad de establecer procedimientos para la concesión de licencias a los fabricantes, comerciantes y distribuidores. Entró en vigor en 1964. Actualmente es una de las convenciones de la ONU con mayor apoyo internacional, con 186 ratificaciones (la ONU tiene actualmente 193 países miembros). En 1972, un protocolo modificó partes de esta convención, destacando la importancia del tratamiento, la educación y la rehabilitación de los "adictos" como alternativa al encarcelamiento, y amplió el número de países miembros del INCB, así como su autoridad con respecto a los países productores de opio. Este protocolo entró en vigor en 1975.

El Convenio sobre Sustancias Psicotrópicas, creado en 1971, pretendía establecer un control sobre las diversas sustancias semisintéticas y sintéticas que habían creado los laboratorios y las corporaciones farmacéuticas en los años anteriores, como las anfetaminas, los barbitúricos, las benzodiacepinas y drogas psicodélicas, que se habían difundido rápidamente en los cuatro continentes. Los Estados Unidos fueron el principal responsable de esos desarrollos farmacológicos, al impulsar un mercado multimillonario de medicamentos con sustancias psicoactivas

de origen natural o totalmente fabricadas en laboratorios.

La idea de crear un nuevo tratado se justificaba a partir de las características de este nuevo conjunto de drogas, llamadas psicotrópicas, que serían diferentes de los estupefacientes presentes en la anterior convención. Esta distinción, sin embargo, es científicamente cuestionable y parece haber cumplido una función estratégica de producir un tratado con menos restricciones para las drogas lucrativas para las corporaciones farmacéuticas. Al igual que la convención de 1961, se crearon cuatro listas de control para las drogas, y la única con restricciones significativas fue la primera, que incluía las drogas consideradas socialmente peligrosas y sin fines medicinales significativos, especialmente la dietilamina del ácido lisérgico (LSD) y la metilendioximetanfetamina (MDMA), conocida como éxtasis. No es casualidad que esas drogas hayan sido el símbolo de la contracultura y de los movimientos antibélicos, considerados subversivos, lo que evidencia el uso político del control internacional de las drogas. Este convenio entró en vigor en 1976. Actualmente cuenta con 184 ratificaciones.

Por su vez, la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas se creó en 1988 como respuesta al crecimiento del narcotráfico internacional, el fortalecimiento de los cárteles de droga colombianos y la cruzada de la "guerra contra las drogas". Anunciada inicialmente por el presidente estadounidense Richard Nixon en 1971, fue reforzada por Ronald Reagan en 1986 con su Ley Antidrogas en el contexto de la expansión del consumo de crack entre la población negra y pobre del país, lo que afectó violentamente a esas comu-

nidades (Cuadro 2). Su principal premisa era la división artificial y engañosa entre países productores y países consumidores de drogas, así como la necesidad de atacar la fuente de la producción, centrada en los países periféricos, especialmente en América Latina.<sup>6</sup>

La Convención de 1988 propuso que los Estados parte penalizaran todos los aspectos del mercado de drogas ilícitas, desde la producción hasta el consumo. También propuso mecanismos represivos basados en la cooperación internacional entre cuerpos policiales y militares, mecanismos para combatir el lavado de dinero, facilitación del proceso de extradición, regulación de la "entrega vigilada" y confiscación de bienes obtenidos a través del comercio ilícito de drogas. Una de las novedades en esta convención fue la creación de restricciones para precursores químicos, reactivos y disolventes que se pueden utilizar para la producción de drogas ilícitas. Entró en vigor en 1990 y actualmente cuenta con 191 ratificaciones, la más numerosa entre las convenciones sobre drogas.

Las convenciones de control de drogas suelen tener un carácter represivo y orientado a la prohibición, aunque las distintas drogas sean clasificadas de diferentes maneras. Sin embargo, tenían que presentar disposiciones bastante genéricas para garantizar una amplia aceptación internacional. De este modo, aunque los Estados parte, es decir, aquellos que las han firmado y ratificado, deberían seguir las normas establecidas, hay diferentes interpretaciones y, por lo tanto, objeto de debates y disputas a nivel internacional y dentro de los propios países. Esto significa que, a pesar de la homogeneidad de las normas represivas en todo el mundo, ya existen políticas de drogas progresistas en algunos Estados parte de las convenciones.<sup>8</sup>

---

6 Labate, Cavnar and Rodrigues, eds. *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas*. Berlin: Springer, 2016

7 Ibid.

8 Bewley-Taylor, D. Challenging the UN drug control conventions: problems and possibilities, *International Journal of Drug Policy*, (14/2), 2003.

## La "guerra contra las drogas", racismo y activismo

A lo largo de su historia, el prohibicionismo ha sido un instrumento de control social, especialmente sobre los grupos marginalizados y racializados. En los países donde hubo esclavitud, como Brasil y Estados Unidos, el control criminal y represivo de las drogas tiene una relación directa con este hecho. En Brasil, el consumo de *cannabis* por parte de los negros en el siglo XIX abrió el camino a su **criminalización**. En los Estados Unidos, la **desproporción** de las penas aplicadas a los consumidores de cocaína y crack también se relaciona con la asociación que se hizo entre estas sustancias y las comunidades negras, sujetas a castigos más severos. Hasta la fecha, la llamada "guerra contra las drogas" ha afectado de forma desproporcionada a las comunidades donde se concentra la población negra de los centros urbanos, que son sometidas con mayor frecuencia a acciones represivas del Estado. En el sistema judicial se condena, proporcionalmente, a más negros que blancos por delitos relacionados con las drogas, las personas negras son enjuiciadas por tráfico por cantidades menores de drogas y aun así son sometidos a penas más duras que las personas blancas. El activismo de las organizaciones de la sociedad civil, nacionales e internacionales, ha sido fundamental para sacar a la luz esta información y denunciar el racismo de la "guerra contra las drogas", como lo hacen, por ejemplo, la **Iniciativa Negra por una Nueva Política de Drogas** [Iniciativa Negra por una Nueva Política de Drogas], la **Drug Policy Alliance**, **Prison Policy Initiative**, **Ponte Jornalismo** [Puente Periodismo], Agencia Pública, el Instituto Sou da Paz [Soy por la Paz],

Plataforma **JUSTA** y muchas otras. Recientemente, la **Revista Platô** (v.4 n.4), publicada por la PBPD, publicó un número especial dedicado a las intersecciones entre la política de drogas y las desigualdades raciales, en el que se discuten, entre otros temas, las políticas de reparación para las poblaciones vulnerables afectadas por la "guerra contra las drogas". Aunque de manera restringida, han surgido nuevas medidas para combatir el racismo en el contexto de las propuestas de regulación sobre el *cannabis*, relacionadas, por ejemplo, con la amnistía penal para aquellos que hayan sido declarados culpables de delitos relacionados con esta droga o acciones afirmativas para garantizar la entrada cualificada de empresarios afrodescendientes en este mercado legal emergente. Además, las políticas de reparación de los daños causados por la esclavitud y el racismo en la guerra contra las drogas son objeto de debate en diferentes sitios. La ciudad de **Evanston**, en Illinois, Estados Unidos, es una de las que más avanzó en este tema al aprobar, en una decisión histórica e inédita, la creación de un fondo con recursos provenientes de la recaudación de impuestos sobre la venta de *cannabis* con el objetivo de subsidiar ayudas para que la comunidad negra en situación de vulnerabilidad social y económica pueda mejorar o acceder a una vivienda. Esta experiencia dio lugar a un debate a nivel federal sobre la cuestión, centrado en reparar financieramente a las víctimas de la guerra contra las drogas, algo que puede tener continuidad en los próximos años.

Esto se evidencia en las prácticas de reducción de daños generalizadas (CUADRO 3), la regulación del *cannabis* y la despenalización de la tenencia de drogas para uso personal, entre otras. Ninguna de ellas está necesariamente en desacuerdo con las normas de las convenciones, que permiten

el uso terapéutico y la investigación médica (sin una definición específica) de cualquier droga, así como la prevalencia de las normas constitucionales de los países respecto a las convenciones. Es decir, las normas internacionales no invalidan las normas internas de los Estados.

### CUADRO 3

## La reducción de daños y la sociedad civil organizada en una perspectiva internacional

La reducción de daños (RD) es una política de salud pública con principios y prácticas que tiene como objetivo reducir los daños biológicos, sociales, psicológicos y económicos vinculados al consumo de drogas. Se construye con el usuario, respetando sus posibilidades.

La política de RD reivindica la autonomía, la ética, el diálogo y la garantía de los derechos humanos de los usuarios.

Desde la década de 1980, gobiernos y organizaciones de la sociedad civil han ampliado las políticas de esta naturaleza como respuesta a la epidemia de VIH/SIDA asociada al consumo de drogas inyectables. A pesar de la difusión de prácticas en este sentido en todo el mundo, el tema sigue siendo **objeto de controversia** en los foros internacionales, aunque la UNODC haya celebrado **algunos eventos** sobre la cuestión. La **UNAIDS**, el **Alto Comisionado para los Derechos Humanos** y la **OMS**, por su parte, han declarado su apoyo a estas políticas. En Brasil, este enfoque cobró relevancia con las experiencias pioneras en el municipio costero de Santos (1989), en el estado de São Paulo, y en la capital de Bahía, Salvador (1995). En 2003,

la reducción de daños se formalizó como una estrategia de orientación de la Política de Atención Integral a Usuarios de Alcohol y Otras Drogas y de la Política de Salud Mental del Ministerio de Salud. Sin embargo, el actual gobierno retiró la reducción de daños de las directrices de la política nacional, mientras que diversas iniciativas a nivel local han mantenido este enfoque. Globalmente, la reducción de daños ha sido promovida y defendida por las principales organizaciones de la sociedad civil, internacionales y locales. Este esfuerzo resultó en la creación de un consorcio en torno a esta agenda, el **Harm Reduction Consortium**. Entre otras organizaciones comprometidas con la propuesta, se destacan: el **IDPC**, **Drug Policy Alliance**, **Harm Reduction International (HRI)**, la **Comisión Global de Políticas de Drogas**. En Brasil, la propia **PBPD**, la Red Brasileña de Reducción de Daños (REDUC), que opera a nivel nacional, y el Centro de Convivencia É de Lei [Es de Ley], con actuación en la ciudad de São Paulo, son organizaciones importantes, con características diferentes, pero con incidencia internacional en el tema.

Por último, hay que interpretar las convenciones de drogas a la luz de otras convenciones de la ONU, como la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948, la Declaración de Durban contra el Racismo, de 2001, y otras más que también pueden garantizar derechos. De este modo, se puede debatir la interpretación de las convenciones teniendo en cuenta todos esos parámetros, lo que da lugar a oportunidades de innovación en materia de políticas de drogas, aunque con un ámbito de actuación limitado. Estos aspectos son especialmente importantes para la sociedad civil organizada, que, por un lado, puede actuar dentro del sistema internacional de drogas para socavar las interpretaciones más represivas, proponiendo otras más progresistas, con el objetivo de crear nuevas narrativas internacionales sobre el tema. Del mismo modo, se puede actuar a nivel interno para explicitar las contradicciones entre las convenciones y las normas constitucionales de sus países, evidenciando la necesidad de una reorientación política.<sup>9</sup> Las experiencias internacionales, de otros países, son instrumentos importantes para identificar estas vías de presión política y las posibilidades de actuación.

Para los interesados en adentrarse en el tema, conviene leer el texto de John Walsh y Martin Jelsma, *Regulating Drugs: Resolving Conflicts with the UN Drug Control Treaty System*, publicado en 2019 en el *Journal of Illicit Economies and Development* (vol. 1, nº 3).

## 3.2 CLASIFICACIÓN EN LISTAS DE SUSTANCIAS Y RESTRICCIONES

Tanto la Convención de 1961 como el Convenio de 1971 clasifican las drogas en cuatro listas (*schedules*), según la percepción de los Estados y de los organismos de la ONU sobre sus posibles beneficios médicos y su riesgo de uso indebido y efectos nocivos. Cada una de estas listas prevé un conjunto de restricciones y controles que deben ser aplicados por los Estados con la supervisión de la ONU para evitar su uso no autorizado (por ejemplo, uso recreativo) y garantizar su disponibilidad para el uso médico y científico.

El Convenio de 1988 contiene dos tablas de productos que deben ser controlados por los Estados para evitar su contrabando, con las medidas que consideren necesarias. La primera tabla agrupa los precursores químicos (por ejemplo, ácido lisérgico, efedrina) usados en la producción ilegal de drogas psicotrópicas, según la definición del Convenio de 1971, y la segunda agrupa los diferentes tipos de reactivos y disolventes (por ejemplo, acetona, éter) usados en la producción ilegal de estupefacientes y drogas psicotrópicas, según la definición de la Convención de 1961 y el Convenio de 1971, respectivamente. Esta diferencia se debe a que la Convención de 1961 incluya en sus listas de sustancias controladas los precursores usados para la producción ilegal de las drogas que califica como estupefacientes. En el caso de la Convención de 1988, el organismo encargado de hacer recomendaciones a la CND para incluir o eliminar sustancias de las tablas es el INCB.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Bewley-Taylor, D. Emerging policy contradictions between the United Nations drug control system and the core values of the United Nations, *International Journal of Drug Policy*, (16/6), 2005.

<sup>10</sup> Hallam, Bewley-Taylor, Jelsma. Scheduling in the international drug control system. *Trasnational Institute. Series on Legislative Reform of Drug Policies* No. 25 June 2014.

## Convención Única sobre Estupefacientes (1961)

LISTA I	LISTA II	LISTA III
Sustancias que son muy adictivas y de probable uso indebido, y precursores que se pueden convertir en estupefacientes que son igualmente adictivos y de probable uso indebido también (ej. <i>cannabis</i> , opio, heroína, metadona, cocaína, hoja de coca, oxycodona)	Sustancias que son menos adictivas y cuyo uso indebido es menos probable que las de la Lista I (ej. codeína, dextropropoxifeno)	Preparados que contienen una cantidad baja de estupefacientes, son poco susceptibles de uso indebido y están exentos de la mayoría de las medidas de fiscalización impuestas sobre las sustancias que contienen (ej. <2,5% codeína, <0,1% cocaína)

LISTA IV
Ciertos estupefacientes también clasificados en la Lista I con "propiedades particularmente peligrosas" y escaso o nulo valor terapéutico (ej. <i>cannabis</i> , heroína)

Fuente: Transnational Institute, 2015

## Convenio sobre Sustancias Sicotrópicas (1971)

LISTA I	LISTA II	LISTA III
Estupefacientes que presentan un alto riesgo de uso indebido y que constituyen una amenaza especialmente grave para la salud pública, con escaso o nulo valor terapéutico (por ejemplo, LSD, MDMA, catinona)	Estupefacientes que presentan un riesgo de uso indebido y que constituyen una amenaza grave para la salud pública, con un valor terapéutico bajo o moderado (ej., dronabinol, anfetaminas)	Estupefacientes que presentan un riesgo de uso indebido y que constituyen una amenaza grave para la salud pública, con un valor terapéutico de moderado a alto (ej., buprenorfina, barbitúricos)

LISTA IV
Estupefacientes que presentan un riesgo de uso indebido y que constituyen una amenaza menor para la salud pública, con un alto valor terapéutico (ej., los tranquilizantes, incluido el diazepam)

Fuente: Transnational Institute, 2015

## Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas (1988)

**TABLA I**

Precusores de sustancias psicotrópicas, como la efedrina, el piperonal, ácido fenilacético, ácido lisérgico y algunos reactivos clave, como el anhídrido acético, usados para la conversión de la morfina en heroína, así como el permanganato potásico usado en la extracción de cocaína

**TABLA II**

Una amplia gama de reactivos y disolventes que se pueden usar en la producción ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas pero que también tienen usos industriales lícitos extendidos, como la acetona, el éter etílico, tolueno y ácido sulfúrico

Fuente: Transnational Institute, 2015

En el caso de las listas de la Convención de 1961, la más restrictiva es la Lista IV, seguida de la Lista I, II y III. Esta última es la menos restrictiva de todas. En el caso del Convenio de 1971, la secuencia es diferente. La más restrictiva es la Lista I, seguida de las II, III y IV, la menos restrictiva.

En la Convención de 1961, los controles de la Lista I, que son los más restrictivos, exigen que la participación de cualquier agente en una de las fases del mercado de las drogas incluidas en ella (por ejemplo, cocaína, opio, hoja de coca, metadona, oxicodona) sea autorizada por el gobierno. Se requiere una autorización especial para la importación y exportación de estas sustancias. Estos agentes están obligados a mantener registros detallados y rastreables de sus transacciones, y se obliga al gobierno a disponer de un sistema de limitación de la producción de estas drogas que corresponda a las demandas médicas y científicas. Por último, los individuos sólo pueden acceder a estos medicamentos con prescripción médica.

Algunas de las drogas de la Lista I también pueden incluirse en la Lista IV, lo que

significa que no tienen beneficios terapéuticos considerables, dado su riesgo de uso indebido y, por lo tanto, pueden ser objeto de otras medidas especiales de control que los Estados consideren necesarias para contener su uso. Las drogas de la Lista II (ej., codeína) y de la Lista III (ej., los preparados con menos del 2,5% de codeína o menos del 0,1% de cocaína) cuentan con parte de los controles de la Lista I, pero de manera atenuada.

En el caso del Convenio de 1971, la Lista I es la única que se asemeja a las listas de la Convención de 1961, y contiene restricciones muy similares a las de su Lista IV. Allí se encuentran las drogas psicodélicas, como el LSD y la mescalina y también el MDMA (éxtasis). De este modo, se atestigua que esos fármacos tienden a generar un consumo abusivo, representan una amenaza grave para la salud pública y sus beneficios terapéuticos no son significativos en la actualidad.

Las otras tres listas del Convenio tienen controles menos estrictos en comparación con los del Convenio de 1961, lo que reafirma la idea de que el Convenio de 1971 fue más permisivo con las drogas producidas por los

laboratorios y las corporaciones farmacéuticas, como reflejo de la presión internacional de los países desarrollados para garantizar un comercio más libre para sus empresas y privilegiar las drogas producidas sintéticamente frente a las que provienen de la materia prima vegetal, es decir, de las plantas.

La lista II agrupa las drogas que suponen una amenaza, pero tienen un uso terapéutico, incluyendo la versión sintética del delta-9-THC, el dronabinol, y las anfetaminas más potentes. En la lista III se encuentran los barbitúricos y las benzodiazepinas más potentes, así como ciertos analgésicos. Por último, en la escala IV están los hipnóticos, ansiolíticos y estimulantes más débiles.

Tanto la Convención de 1961 como el Convenio de 1971 cuentan con dispositivos que permiten añadir, eliminar o cambiar las sustancias de una lista a otra sin que sea necesario modificar los propios tratados. Tienen

actualmente más de un centenar de sustancias sometidas a fiscalización, un número que aumenta cada año, dada la continua creación de nuevas sustancias psicoactivas (NPS).

Como explicaremos en la próxima sección, la OMS es el organismo responsable de realizar estas revisiones, conocidas como "revisión crítica", a través de su Comité de Expertos en Farmacodependencia - CEF (ECDD). La demanda de revisión crítica puede ser presentada por la propia OMS, por la CND o por un Estado miembro de las convenciones. La revisión crítica de cualquier sustancia, realizada por el ECDD en base a criterios científicos y a las pruebas disponibles, orienta la recomendación de la Dirección General de la OMS a la CND, que debe, en su reunión anual, aceptar o rechazar los cambios propuestos. En 2020, el *cannabis* fue reclasificado en la Convención de 1961 a partir de una demanda realizada por el ECDD (véase el CUADRO 4).

#### CUADRO 4

### Reclasificación del *cannabis* y participación de las ONG

Antes de diciembre de 2020, el *cannabis* y su resina figuraban en las Listas I y IV de la Convención de 1961, al igual que la heroína. El ECDD, orientado por los avances en las investigaciones sobre los efectos medicinales del *cannabis*, recomendó a la CND, en enero de 2019, que se eliminara el *cannabis* de la lista IV, entre otras propuestas de reclasificación. Y tras varias reuniones y un proceso que duró casi dos años, el organismo aprobó la propuesta por un pequeño margen a favor (27 votos favorables frente a 25 votos contrarios y una abstención. Como resultado, el *cannabis* y su resina

ahora sólo se incluyen en la Lista I de la Convención, junto con drogas como el opio y la cocaína. Se considera que esta reclasificación posibilitará una ampliación de la investigación sobre la sustancia y el desarrollo de su uso medicinal a nivel internacional en los próximos años.

La decisión final de la CND se produjo en un contexto en el que más de 50 países de todo el mundo ya habían adoptado medidas para regular el *cannabis* medicinal, mientras que otros, como Canadá, Uruguay, México, y 15 estados de EE. UU. ya habían regulado

11 Ibid.



incluso el consumo para adultos.

Se puede acceder a las declaraciones de las delegaciones de los Estados en [este sitio web](#).

Durante todo el año 2020, la CND organizó reuniones virtuales informales sobre las recomendaciones de la OMS, pero se limitó el acceso de las ONG a este debate. Por ello, se celebraron "reuniones intersesionales" en las que la presencia de las organizaciones de la sociedad civil fue significativa. En estas ocasiones, tuvieron la oportunidad de compartir sus puntos de vista sobre el tema, desde perspectivas

progresistas o conservadores, a ejemplo: la Society for the Advancement of Global Understanding, Community Alliances for Drug Free Youth, Society of Cannabis Clinicians, Familias y Retos Extraordinarios AC, Everest Green Crescent Nepal, Centre for Corrections and Human Development.

Se puede acceder a sus declaraciones en el [sitio web](#) del evento.

La resolución adoptada puede servir de herramienta para que las ONG presionen a sus gobiernos por una reforma de su legislación sobre el *cannabis*.

En [este enlace](#) se puede acceder a un curso gratuito en línea creado por la CND sobre el proceso de clasificación de sustancias en las convenciones internacionales. Adicionalmente, el texto del IDPC elaborado por Hallam, Bewley-Taylor y Jelsma en 2014, La clasificación en el sistema internacional de control de drogas [[versión en español](#)], presenta un rico análisis sobre diferentes contradicciones y problemas en el proceso de clasificación de drogas por parte de la Comisión de Estupefacientes.

### 3.3 PRINCIPALES ORGANISMOS Y SUS FUNCIONES

Los organismos de la ONU responsables por el control internacional de drogas se han desarrollado desde principios del siglo XX, junto con las distintas convenciones sobre

el tema. Han sido creados, transformados, fusionados o suprimidos a medida que cambiaban y se ampliaban las normas, hasta llegar a su formato actual.<sup>12</sup>

La CND se creó en 1946 como una comisión técnica del ECOSOC, y es el principal organismo de formulación de la política internacional sobre drogas. Está compuesto por 53 Estados electos entre los miembros del ECOSOC –teniendo en cuenta el equilibrio de la representación geográfica– que se encargan de debatir y decidir por votación todas las cuestiones relevantes en materia de control de drogas previstas en las convenciones de 1961, 1971 y 1988. La sesión plenaria de la CND se celebra anualmente en Viena durante una semana en marzo y algunos días en diciembre. Ocasionalmente se organizan otras reuniones para tratar temas relevantes.

Una de las principales funciones de la CND es tomar decisiones sobre las recomendaciones de la OMS y la INCB para

**12** Pereira, P. J. R. A ONU e o Sistema Internacional de Proibição das Drogas. Figueiredo; Feffermann; Adorno (orgs.). Drogas & Sociedade Contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017, pp. 85-105.

introducir, modificar o retirar sustancias en el control internacional. La CND también está encargada de aprobar el presupuesto de la UNODC, del cual depende para apoyar la operatividad de sus decisiones con los Estados miembro de las convenciones.

La UNODC fue creado en 1997 mediante la fusión del Programa de las Naciones Unidas para la Fiscalización Internacional de Drogas - PNUFID (UNDCP) y la División de Prevención del Delito y Justicia Penal de la Oficina de las Naciones Unidas en Viena. Inicialmente llamado Oficina de Control de Drogas y Prevención del Delito, adquirió su nombre actual en 2002. Su actuación se centra en la colaboración con los Estados en la ratificación y aplicación de las convenciones internacionales sobre drogas. Además, desarrolla proyectos de cooperación técnica y realiza investigaciones y análisis, entre los cuales el más conocido es el [Informe Mundial sobre las Drogas](#), que ofrece un panorama global sobre la situación de las principales drogas consideradas ilícitas. Los datos para la estructuración del informe son facilitados por los Estados, a través del Cuestionario para los Informes Anuales - CPIA (ARQ), basado en los tradicionales indicadores represivos para señalar el éxito de las acciones en este tema, como el número de personas detenidas y procesadas por delitos asociados a drogas, la cantidad de drogas incautadas, prevalencia del consumo de drogas y áreas de erradicación de cultivos ilícitos, entre otras.

La conformación histórica de este organismo expresa un sesgo de asociación entre drogas y delincuencia, lo que hace que, por lo general, el enfoque de las políticas de drogas tenga un énfasis represivo en detrimento de otros, como la reducción de daños. Las inversiones en el combate al terrorismo, que han cobrado fuerza en las últimas décadas, reforzaron esta orientación, atribuyendo al mercado de las drogas ilícitas la responsabilidad del apoyo financiero a las acciones violentas de esta naturaleza. No obstante, cabe señalar que las oficinas locales de UNODC en algunos países pueden adoptar una perspectiva más progresista, según la dinámica política local, los grupos de presión y sus intereses.

Actualmente, la UNODC está presente en 73 países a través de 17 oficinas, una de ellas es la [Oficina de Enlace y Asociación Estratégica en Brasil](#), con sede en Brasilia, capital del país. El presupuesto anual de la UNODC procede casi en su totalidad de las contribuciones voluntarias de los Estados, las organizaciones multilaterales y el sector privado. De estas contribuciones, más del 95% tienen un uso predeterminado por los donantes. Es decir, responden a sus intereses y no conceden autonomía al debate sobre las necesidades prioritarias o la innovación política, lo que ha suscitado críticas por parte de diversos actores de la sociedad civil.

El tercer principal órgano del sistema internacional de control de drogas es la INCB (JIFE en español), creado en 1968 por determinación de la Convención de 1961, fusionando el

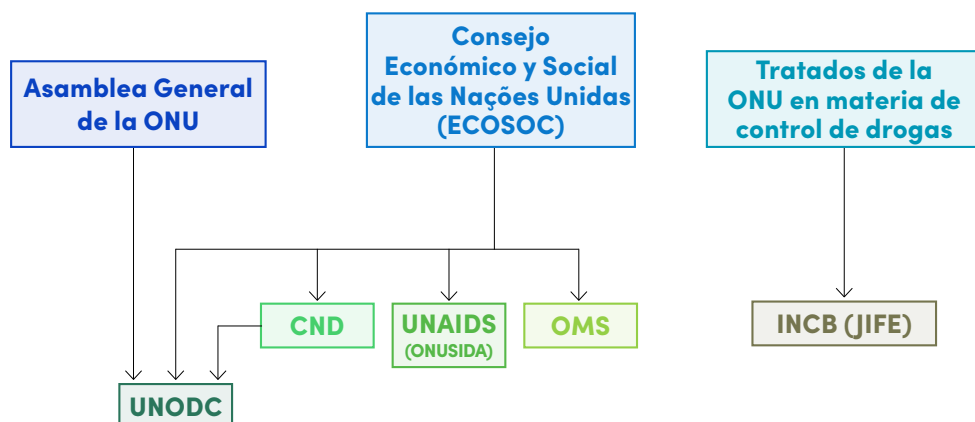
Consejo Central Permanente de Estupeficientes de 1925 y la Autoridad Suprema de Drogas de 1931. Su principal función es garantizar la disponibilidad de medicamentos en la cantidad necesaria para fines médicos y científicos en todos los países, evitando la fuga hacia el mercado ilícito. Para ello, cuotas de producción, importación y exportación de medicamentos para que cada país pueda cubrir estas necesidades, incluso para los que no forman parte de las convenciones sobre drogas ni son miembros de la ONU. Además, el órgano también está encargado de proponer a la CND la inserción, supresión o la reclasificación de sustancias químicas precursoras o reactivos y disolventes de las listas de la Convención de 1988. Cada año, la INCB elabora un informe sobre sus actividades, en que evalúa el funcionamiento del sistema internacional de control de drogas, señala las deficiencias y hace recomendaciones a los gobiernos sobre medidas correctivas.

La INCB se autodenomina un órgano de expertos independiente y casi judicial, compuesto por 13 personas electas por el ECOSOC a partir de dos listas, una con las candidaturas de los gobiernos y otra con expertos competentes en el ámbito médico, farmacológico y farmacéutico elegidos por la OMS. El número de personas electas en cada una de estas listas es, respectivamente, diez y tres. Se espera que este grupo de personas actúe de forma imparcial e independiente de los gobiernos.

Por último, de acuerdo con la Convención de 1961 y el Convenio de 1971, la OMS, a través de su Comité de Expertos en Far-

macodependencia - CEAD (ECDD), es el organismo encargado de realizar los análisis técnicos, médicos y científicos sobre el nivel de control internacional necesario para una determinada sustancia psicoactiva. El ECDD, compuesto por un grupo de especialistas independientes que se dedican a la investigación sobre drogas y medicina, realiza estos estudios basándose en los conocimientos científicos actuales sobre una determinada sustancia, teniendo en cuenta su impacto en la salud pública, las pruebas científicas sobre adicción y sus usos terapéuticos. Basándose en ello, emite recomendaciones a la CND para incluir sustancias en las listas de control de los convenios, eliminarlas o cambiarlas de lista. Sus directrices más recientes para revisar el control internacional de sustancias psicoactivas son de 2010 y se pueden consultar [aquí](#). Anualmente, el comité elabora informes técnicos que sintetizan sus principales conclusiones y brinda información relevante sobre los demás organismos internacionales que intervienen en el control de las drogas. El último informe, resultado de la reunión de 2020, se puede consultar [aquí](#). La figura 3 presenta un organigrama de todos estos organismos dedicados a poner en marcha el control internacional de drogas de la ONU, identificando sus vínculos y jerarquías.

## ORGANIGRAMA DE LOS ORGANISMOS DE CONTROL DE DROGAS DE LA ONU [FIGURA 3]



Fuente: UN System Chart

### 3.4 OTROS ORGANISMOS

Además de los organismos directamente relacionados con el tema de las drogas, **otras agencias** y programas de la ONU se ocupan de cuestiones transversales y relacionadas con él. Este es el caso de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos - ACNUDH (OHCHR), el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y el Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SIDA (UNAIDS).

La OHCHR, creada en 1993, es un organismo de la ONU dedicado a la promoción y protección de los derechos humanos, formalizados por la Declaración Universal de los Derechos Humanos de 1948. Como parte de una amplia agenda, se centra en el control internacional de las drogas en cuanto a su impacto en la protección de los derechos humanos. La labor de la OHCHR a este respecto está enfocada en las necesidades de las personas en situación de vulnerabi-

lidad, uno de los grandes retos frente a las políticas mundiales de drogas que se adoptan globalmente.

En 2018, el Consejo de Derechos Humanos (CDH) de la ONU **solicitó** a la Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos la elaboración de un informe para analizar el "problema mundial de las drogas" desde la perspectiva del respeto a los Derechos Humanos. Ello se hizo a partir de consultas con los Estados, otros organismos de la ONU y representantes de la sociedad civil. Una gran cantidad de ONG procedentes de todo el mundo presentó sus aportes, señalando los desafíos y recomendaciones. Uno de los temas en los que más se insistió fue la relevancia de las políticas de reducción de daños, un enfoque que ha sido progresivamente apoyado por la OHCHR. Cabe destacar que las ONG brasileñas han tenido un papel destacado en los debates internacionales sobre la cuestión (CUADRO 5).

## Centro de Convivencia "É de lei" [Es de ley], entre lo local y lo internacional

El Centro de Convivencia "É de Lei" [Es de Ley] fue creado en 1998 y desde entonces viene realizando acciones de reducción de daños en la ciudad de São Paulo, convirtiéndose en uno de los primeros espacios de convivencia en Brasil para personas que consumen drogas. Al comienzo de sus actividades, el centro apostó en la articulación con una de las principales organizaciones internacionales de reducción de daños, la Harm Reduction International. En los últimos años, amplió sus actividades a través de fondos internacionales, participando en la creación de la Red Latinoamericana de Personas que Usan Drogas (LANPUD), en las actividades del IDPC y en la cooperación internacional con ONG de diferentes países a través de la Elton John AIDS Foundation. La participación en todos estos espacios permitió fortalecer el vínculo con la sociedad civil organizada dedicada a la reducción de daños en muchos lugares, especialmente en América Latina. La gran contribución de Centro de convivencia, a nivel nacional e internacional, es, según María Angélica

Comis, su actuación de forma directa con la población más vulnerable que consume drogas. Su labor en un contexto de extrema desigualdad y falta de acceso a bienes básicos, como el agua, la llevó a actualizar constantemente las estrategias de atención y tecnologías de acercamiento y comunicación. Esto sólo ha sido posible con la participación de las personas asistidas, e incluso algunas de ellas se han incorporado al equipo de la organización. Esta acción directa y constante en el territorio, junto con las personas atendidas, ha creado un rasgo diferencial que ahora se difunde a nivel internacional como un referente en la actuación en reducción de daños, como es el caso de la participación de la organización en la elaboración de la guía técnica "Prevención, tratamiento, atención y apoyo en materia de VIH para las personas que consumen drogas" por parte de la OMS, UNAIDS y UNODC o el **reconocimiento de sus acciones** realizadas en el ámbito de la campaña mundial "Support. Don't punish" [Acompañe, no castigue] del IDPC.

El PNUD también se expresó al respecto, destacando los logros alcanzados en la UNGASS de 2016. En las palabras del documento final, se destacó la importancia de promover "políticas de drogas orientadas al desarrollo que respeten, protejan y promuevan los derechos humanos, las libertades fundamentales y la dignidad humana, en consonancia con la visión de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y el compromiso de no dejar a nadie atrás". A partir de esos principios orientadores, la organización alabó las propuestas de "desarrollo alternativo" como una forma de abordar los problemas de desarrollo en contextos rurales y urbanos. También recomendó a los Estados que tuvieran en cuenta la pobreza, la marginalización social y económica y las malas infraestructuras como fuerzas subyacentes al crecimiento de las economías relacionadas con las drogas ilícitas. En este sentido, por lo tanto, es fundamental la participación activa y el empoderamiento de las comunidades locales en esos esfuerzos, teniendo en cuenta sus especificidades y necesidades locales.

Además de la OHCHR, UNAIDS y el PNUD, también es un organismo de las Naciones Unidas muy activo en el sistema internacional de control de drogas. La promoción de la reducción de daños ha sido su eslabón más importante en este sentido. Las políticas de distribución e intercambio de jeringuillas para los usuarios de drogas

inyectables han sido fundamentales para el control de enfermedades transmisibles como el VIH/SIDA. El UNAIDS se ocupa del problema de las drogas, preocupado sobre todo por las condiciones que se ofrecen a los usuarios. Eso se debe, según un informe publicado por la organización, a que "la criminalización del consumo y la posesión de drogas para uso personal y el estigma, la discriminación y la violencia generalizados a los que se enfrentan las personas que consumen drogas dificultan el acceso a los servicios de salud y de reducción de daños", esenciales para el control del VIH/SIDA.

Este amplio abanico de organismos de la ONU vinculados a la cuestión de las drogas sugiere la importancia de un enfoque multidisciplinar, basado en la garantía del desarrollo y los Derechos Humanos, que va más allá del vínculo con las agencias que se dedican específicamente al control internacional de drogas. Esta perspectiva más amplia sugiere una multiplicidad de caminos que puede explorar la sociedad civil organizada.

Para saber más sobre la creciente participación de otros organismos de la ONU en el control internacional de drogas, véase el informe elaborado por Martin Jelsma, titulado *UN Common Position on drug policy - Consolidating system-wide coherence*, publicado por el IDCP y el Transnational Institute en 2019.

# 4 ¿POR QUÉ LA SOCIEDAD CIVIL DEBE INCIDIR EN ESTE CONTROL?

**Las políticas de drogas adoptadas a nivel local, nacional y regional reflejan** en gran medida las directrices que se han formulado a nivel internacional, especialmente en los espacios decisorios de la ONU.

Las políticas de drogas adoptadas a nivel local, nacional y regional reflejan en gran medida las directrices que se han formulado a nivel internacional, especialmente en los espacios decisorios de la ONU. Las decisiones políticas de la institución las toman los Estados miembros, que son los únicos participantes con poder de voto. Esto significa que las decisiones que afectan directamente a las comunidades locales se producen en espacios de poder poco accesibles y distanciados de los grupos sociales más afectados por ellas.

Un conjunto cada vez más amplio de organizaciones de la sociedad civil está consciente de la necesidad de incidir en el sistema de control internacional de drogas. Por este motivo buscan canales institucionales que puedan incorporar sus agendas, que no siempre son compartidas por las altas esferas del poder estatal, y romper las barreras burocráticas que impiden su actuación en los organismos de la ONU en los que se deciden las políticas de drogas. La participación de las ONG progresistas en estos canales institucionales es fundamental. En las últimas décadas, se han abierto algunas vías para una participación más amplia y eficaz, lo que ha permitido cierto nivel de incidencia. Una mayor participación de la sociedad civil

en estos espacios puede impactar en las decisiones políticas de la ONU, así como posibilitar la creación de nuevas vías que aseguren la representatividad de temas que le son caros.

La participación de las organizaciones del Sur Global es especialmente relevante, sobre todo las de los países latinoamericanos que sufren de forma más dramática los efectos nocivos de la "guerra contra las drogas". América Latina concentra la producción de importantes drogas consideradas ilegales (especialmente la cocaína) y, en consecuencia, también concentra las acciones represivas que se pensaron y decidieron a nivel internacional. Como resultado, la mayoría de los países registran altas tasas de homicidio, **violencia policial** y **encarcelamiento masivo** por delitos relacionados con las drogas, violencias que victimizan sobre todo a la población afrodescendiente y grupos marginalizados. Organizaciones del movimiento negro dedicadas al tema de las drogas han llevado esta cuestión al ámbito internacional (CUADRO 6). A esto se suma la desigualdad en el **acceso** a medicamentos, tratamientos y la escasez de políticas enfocadas en la reducción de daños, en un contexto de políticas de drogas discriminatorias, violentas y alejadas de análisis basados en evidencias.

## La actuación internacional de la Iniciativa Negra para una Nueva Política de Drogas

Desde su creación en 2015, la Iniciativa Negra, la primera ONG de personas negras en Brasil con actuación en materia de drogas, con sede en las ciudades de Salvador y São Paulo, trabaja por una política de drogas que tenga como prioridad la justicia racial y económica, una vez que la "guerra contra las drogas" es un instrumento de opresión de la población negra en diferentes partes del mundo. Su actuación pronto ganó una proyección internacional al haber sido financiada por Open Society Foundations para [participar](#) en la UNGASS 2016, donde se impulsaron diversas articulaciones políticas para presentar la Carta de las Organizaciones Negras Brasileñas, firmada por 46 entidades del movimiento negro de todo el país. Después, fueron realizadas otras acciones internacionales en Europa,

Estados Unidos y América Latina junto con grupos de diferentes, a través de consorcios internacionales, como el IDPC, en foros internos y externos a la ONU, con organización de eventos internacionales en Brasil. Para Dudu Ribeiro, cofundador y coordinador ejecutivo de la Iniciativa Negra, la cuestión de reparar a las poblaciones directamente afectadas por la prohibición de las drogas es central para el debate de nuevas propuestas políticas sobre el tema y exige una mirada hacia los individuos y la colectividad, ya sea a través de comisiones de la verdad sobre la "guerra contra las drogas", compensaciones monetarias, entre otras. Para saber más sobre el tema y las acciones promovidas por la organización, se puede acceder a [los estudios realizados](#) y publicados en su sitio web.

Los efectos negativos de este modelo han generado reacciones por parte de gobiernos y grupos de la sociedad civil preocupados por encontrar alternativas. En las últimas décadas, se pueden encontrar ejemplos de una posición activa en la región latinoamericana con la participación decisiva de las organizaciones de la sociedad civil, como en el caso de

la regulación integral del mercado del *cannabis* en Uruguay (CUADRO 7). Esta innovación política ha inspirado debates y decisiones al respecto en otros países de las Américas, impulsando los avances en la regulación del *cannabis* con fines medicinales, industriales y recreativos para adultos, como en el caso de algunos estados de EE. UU., Canadá y México.



## Sociedad civil organizada y regulación del *cannabis* en Uruguay

Uruguay fue el primer país del mundo en **regular** integralmente el mercado del *cannabis*. La histórica ley, aprobada en 2013, impactó en el debate sobre la regulación del *cannabis* a nivel mundial, especialmente a través de la articulación transnacional de las organizaciones de la sociedad civil que fueron fundamentales en este proceso. Los movimientos sociales que llevaban décadas actuando en el país desempeñaron un papel decisivo en la aprobación de esta ley. Es el caso de las organizaciones comprometidas con la garantía del derecho al consumo y la exigencia de políticas de reducción de daños, el movimiento de madres de niños con enfermedades crónicas que reclamaron el acceso al *cannabis* con fines medicinales y las organizaciones de usuarios que replicaron localmente la Marcha Mundial por la Marihuana, cuestionando prejuicios y estereotipos, además de poner el tema en la agenda pública. Otras organizaciones nacionales e internacionales realizaron campañas a favor de la regulación del *cannabis*. Algunos de los más importantes han sido el Monitor Cannabis Uruguay (un instituto de investigación académica vinculado a la Universidad de la República), Advocacy for Human Rights in the Americas, la Comisión Global de Políticas de Drogas y la Oficina de Washington para América Latina (WOLA), así como las fundaciones Open Society y Friedrich-Ebert-Stiftung. Una de las campañas más relevantes emprendidas por la sociedad civil fue la "**Regulación responsable**", planteada

por una coalición de académicos, profesionales de la salud, personalidades públicas y ONG uruguayas. En los años siguientes, en la fase de implementación de la ley, las organizaciones de la sociedad civil siguieron desempeñando un papel importante, exigiendo avances en esta política que presenta una serie de problemas, como los requisitos para el registro de los usuarios, la dificultad de acceso al *cannabis*, la ausencia de una regulación más estructurada del acceso al *cannabis* medicinal, entre otros. Los éxitos y problemas de la experiencia uruguaya permitieron a las organizaciones de la sociedad civil de otras partes del mundo aprender del proceso para actuar en sus propios territorios. Este fue el caso de la Drug Policy Alliance, que envió representantes a Uruguay durante la aprobación de la ley. Más tarde, la organización asumiría un papel clave en la regulación del *cannabis* en los estados de EE. UU. La campaña "Regulación Responsable" también ha sido replicada por grupos de la sociedad civil en España. En ese momento, el IDPC emitió un comunicado con el apoyo de más de 100 organizaciones no gubernamentales de todo el mundo a favor de la decisión en Uruguay. Para saber más, se puede leer el **informe** publicado por WOLA, el **artículo** elaborado por Marcos Baudean para el Monitor Cannabis Uruguay y el **artículo** publicado por Mauricio Fiore y Paulo Pereira en la revista Novos Estudos [Nuevos Estudios] del Centro Brasileño de Análisis y Planificación - Cebrap.

El control internacional de drogas está en constante transformación. La dirección de esos cambios depende de una serie de factores, entre los que se encuentra la capacidad de la sociedad civil de organizarse internacionalmente con el fin de promover su agenda. Las ONG son fundamentales en este papel, al proponer un debate cualificado, presentar innovaciones basadas en pruebas científicas y difundir experiencias nuevas y exitosas adoptadas por los gobiernos locales y nacionales. También juegan un papel decisivo en la protección de los derechos humanos, la salud pública y el desarrollo social, que se asumen como principios básicos de cualquier política de drogas.

Hitos como la creación de la Comisión Latinoamericana sobre Drogas y Democracia en 2009, la posición política en la Cumbre de las Américas de 2012, los debates en la UNGASS de 2016, la regulación del *cannabis* con fines medicinales y recreativos para adultos en muchos países del mundo y la reclasificación del *cannabis* por parte de la CND en 2020 son algunos ejemplos de cómo se pone en jaque el histórico consenso represivo que marcó las últimas décadas. Se está construyendo una propuesta alternativa que aún exigirá numerosas acciones e implicará muchos conflictos de valores e intereses.

En este contexto, las ONG pueden asumir papeles decisivos, ya sea en el ámbito doméstico tradicional, dentro de los

Estados, o en la esfera internacional, aún poco explorada y llena de oportunidades y desafíos. En este sentido, la sociedad civil puede actuar en las diferentes fases del proceso de elaboración y aplicación de la política de drogas. En cuanto a la elaboración, las ONG desempeñan un papel fundamental de incidencia (*advocacy*), presionando para que las políticas de drogas se basen en derechos y, al mismo tiempo, aportando datos con fundamentos científicos a los organismos gubernamentales en los espacios de negociación nacionales y mundiales, incluso participando en las delegaciones gubernamentales en eventos internacionales.

En el ámbito de la aplicación legal, las ONG monitorean el modo en que los gobiernos traducen los cambios en el control internacional de drogas y participan en la aplicación de dichas políticas, ofreciendo sus conocimientos y servicios. Las ONG también se relacionan con los distintos niveles de gobierno, incluidos los partidos políticos que pueden apoyar su agenda presionando a los órganos ejecutivos y presentando propuestas legislativas.

Las vías disponibles para la participación efectiva de las ONG son, por tanto, numerosas y fundamentales para el desarrollo de políticas de drogas más justas. A continuación, exploramos algunas de estas posibilidades, brindando información con el objetivo de favorecer esta participación a nivel internacional.

# 5 ¿CUÁLES SON LOS CANALES PARA QUE LA SOCIEDAD CIVIL PUEDA INCIDIR EN ESTE CONTROL?

**En los siguientes subtemas se ofrece una guía "paso a paso" sobre cómo participar en los distintos foros en los que se define el control internacional de las drogas. Los canales de participación para las ONG son múltiples y las posibilidades de incidencia en cada uno de ellos son distintas.**

Entenderlos, por tanto, es fundamental para que los diferentes actores de la sociedad civil identifiquen qué esfuerzos responden mejor a sus demandas y propuestas.

En la ONU, una red de agencias gestiona el control internacional de las drogas, asumiendo diferentes funciones y ofreciendo distintos grados de apertura a la acción de la sociedad civil. Esta red está formada por la CND, la UNODC, INCB, OMS y otros organismos.

También cabe destacar el papel de los consorcios internacionales que reúnen a las ONG en el debate sobre el control internacional de drogas, como el Comité de ONG de Viena sobre Estupefacientes (VNGOC), el Comité de ONG de Nueva York sobre Drogas (NYNGOC) y el Consorcio Internacional sobre Políticas de Drogas (IDPC). Estas redes de organizaciones promueven una articulación global de los actores de la sociedad civil y algunas de ellas posibilitan una actuación directa en el Sistema de las Naciones Unidas.

Los subtemas que se presentan a continuación sistematizan la información necesaria para que las ONG comprendan cuáles son los principales canales de incidencia en el control internacional de drogas de la ONU y cómo acceder a ellos.

## 5.1 CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL DE LAS NACIONES UNIDAS (ECOSOC)

Para participar en la mayoría de las reuniones, sesiones y otros eventos oficiales celebrados por los organismos y agencias de la ONU, las organizaciones de la sociedad civil deben estar acreditadas ante el ECOSOC. Eso significa que las ONG deben obtener el llamado "carácter consultivo" para participar en los foros internacionales promovidos por la ONU, incluidos aquellos en los que se deciden los principales aspectos del control de drogas.

Hay una serie de documentos elaborados por el propio ECOSOC con información sobre dicha acreditación. A continuación, presentamos el paso a paso propuesto en la [Guía para las ONG sobre el carácter consultivo](#), con el objetivo de facilitar el entendimiento del proceso. Esta guía para las ONG contiene capturas de pantalla de las páginas de cada etapa del proceso de acreditación en línea que se pueden consultar para facilitar la identificación visual del proceso. Así, se indicará la página del documento donde se

encuentran las capturas de pantalla más relevantes sobre cada etapa.

**PASO 1: crear un perfil.** Todas las organizaciones de la sociedad civil interesadas en obtener el carácter consultivo deben crear un perfil en el sistema de registro del ECOSOC (haga clic aquí para acceder al sitio). En esta página, donde hay una serie de opciones en el menú a la izquierda de la pantalla, haga clic en "Apply for consultative status". Después de marcar esta opción, debe seguir las próximas etapas que aparecen en la propia página web. En la página 27 de la Guía del ECOSOC encontrará las capturas de pantalla y todos los detalles sobre cómo crear un perfil.

**PASO 2: registrar la postulación (en línea).** Una vez creado el perfil, las ONG deben presentar la solicitud de acreditación en el propio sistema digital del ECOSOC. Deben adjuntar copias de los siguientes documentos: estatutos, certificado de registro, estado financiero e informe anual más reciente; y completar el formulario de postulación en línea. Todos los documentos adjuntos deben estar traducidos al inglés o francés.

Para adjuntarlos, es necesario que la ONG ingrese en el sistema. Una vez iniciada la sesión, se debe hacer clic en "Consultative status" (carácter consultivo) y luego "Submit application" (presentar solicitud). Después de hacer clic en este segundo botón y adjuntar los documentos solicitados, se podrá acceder al formulario que se debe rellenar. Para más detalles sobre este paso, consulte la página 29 de la Guía del ECOSOC.

**PASO 3: verificación de las postulaciones (Sección de ONG y Comité encargado de las ONG).** Una vez presentada la solicitud de postulación, será revisada por la Sección de ONG del ECOSOC, encargada de hacer una clasificación previa. Si se considera que la so-

licitud está completa, la ONG recibirá una carta en la que se le comunicará esta decisión y la fecha fijada para que el Comité encargado de las ONG, órgano subsidiario del ECOSOC, también pueda analizar la solicitud.

La fecha corresponde al periodo de sesiones regulares del Comité, que se celebran dos veces al año (en enero y mayo), en el que se analizan todas las solicitudes de carácter consultivo para ese periodo. En estas sesiones, podrán acudir hasta dos representantes de la organización social para que puedan aclarar eventuales preguntas (en la carta enviada por la Sección de ONG se facilita información sobre cómo asistir a esta sesión). Sin embargo, la presencia no es obligatoria y no influye en el análisis de la solicitud.

Una vez que el Comité haya analizado la solicitud, enviará una notificación oficial a la ONG para comunicar su decisión, que aún debe ser aprobada por el ECOSOC. Para más detalles, consulte las páginas 32 y 33 de la Guía.

**PASO 4: decisión final del ECOSOC.** Después de analizar los documentos de la ONG, el Comité presenta sus recomendaciones al ECOSOC para que tome una decisión final. El organismo revisa estas recomendaciones en su próxima sesión - que suele tener lugar en julio del mismo año - teniendo en cuenta los informes elaborados por el Comité encargado de las ONG en las sesiones anteriores.

Si el ECOSOC aprueba la solicitud, la ONG recibe una carta de notificación oficial y se cierra el proceso. A partir de ese momento, la ONG puede participar en los distintos canales que ofrecen las agencias de la ONU (véase la página 37 de la Guía para más información). Si se rechaza la solicitud, es posible presentar una nueva solicitud de acreditación siguiendo los mismos pasos, pero deberá tener en cuenta la justificación del ECOSOC respecto a la denegación y hacer los ajustes necesarios en la nueva solicitud.

**REQUISITOS PREVIOS** Para que las ONG puedan solicitar el carácter consultivo, deben cumplir algunos requisitos básicos: la organización debe tener estatutos y procesos de decisión democráticos, sede propia, un director ejecutivo y estructura representativa. Además, la ONG debe tener al menos dos años de existencia y presentar informes sobre su situación financiera. Por último, el trabajo de la organización debe estar alineado con el trabajo del ECOSOC y sus organismos subsidiarios. En la página 26 de la Guía se pueden encontrar más detalles sobre los requisitos.

Una ONG acreditada ante el ECOSOC tiene un mayor acceso a los canales institucionales de la ONU, incluidos los que se ocupan del control internacional de drogas. Sin embargo, existen otras vías para que las ONG sin carácter consultivo en el ECOSOC puedan incidir en los debates internacionales sobre el tema – especialmente a través de los consorcios internacionales, que serán presentados a lo largo de este capítulo.

## **5.2 COMISIÓN DE ESTUPEFACIENTES (CND) Y OFICINA DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA LA DROGA Y EL DELITO (UNODC)**

Las ONG con carácter consultivo en el ECOSOC pueden participar como observadoras en las sesiones anuales de la CND. En la UNODC, tienen la posibilidad de incidir a través del Equipo de la Sociedad Civil de la UNODC (UNODC Civil Society), como se explicará más adelante en este subtema.

Como observadoras, las organizaciones de la sociedad civil pueden asistir a todas las sesiones de la Comisión (excepto a las reuniones informales restringidas a los Estados miembros), participar en los actos especiales

que se celebran a lo largo del año, realizar intervenciones orales durante algunas de las sesiones y presentar declaraciones escritas a la Comisión. La Guía práctica para las ONG participantes presenta instrucciones para cada una de estas posibilidades de participación. A continuación, destacamos las principales.

### **CÓMO PARTICIPAR EN LAS SESIONES DE LA CND**

Las sesiones anuales de la CND se celebran en la sede de la ONU en Viena, Austria (para más información sobre la sede, pulse [aquí](#)). Para asistir a las sesiones, todas las ONG deben estar acreditadas. Es necesario enviar una carta solicitando la acreditación a la Secretaría de los Órganos Rectores (Secretariat to the Governing Bodies) al menos una semana antes de la sesión, en la que se debe identificar el título y la fecha de la sesión en la que la ONG desea participar, así como los datos de contacto de los representantes de la organización.

Además de enviar la solicitud de acreditación, también es necesario rellenar el formulario de inscripción, que se encuentra en este enlace. Para acceder al formulario, hay que crear una cuenta en Indico, el sistema de inscripción para eventos y conferencias de la ONU, que ofrece una guía rápida para crear una cuenta y acceder a los formularios de acreditación.

La carta de solicitud y el formulario de inscripción relleno deben enviarse a la dirección [unodc-sgb@un.org](mailto:unodc-sgb@un.org). Posteriormente, los representantes de las ONG serán contactados por correo electrónico y deberán subir una fotografía de identificación, siguiendo las instrucciones que se indican en el propio correo electrónico. El sistema recogerá los datos para generar una tarjeta de identificación, que se recogerá en persona el día de la sesión, mediante la presentación de un documento de identificación y una copia impresa de la carta de solicitud.

Durante las sesiones, no se permite grabar o transmitir en directo la reunión.

## CÓMO PRESENTAR DECLARACIONES ESCRITAS A LA CND

Todas las ONG con carácter consultivo ante el ECOSOC pueden presentar declaraciones escritas a la CND. La declaración debe estar redactada en inglés, francés o español y enviarse por correo electrónico a [unodc-sgb@un.org](mailto:unodc-sgb@un.org) como máximo dos semanas antes de la sesión. Las solicitudes deberán contener la siguiente información:

1. Datos de contacto del representante responsable de la declaración;
2. Nombre de la ONG registrada en el ECOSOC;
3. Lista de otras ONG que no tienen carácter consultivo en el ECOSOC pero que apoyan la declaración presentada;
4. Número del tema de la agenda de la sesión al que se refiere la declaración.

Este es un recurso que usan las organizaciones que no pueden estar presentes durante las sesiones pero que quieren hacer constar su posición sobre el tema. Las ONG son responsables de los contenidos de sus declaraciones, que deben respetar plenamente los principios generales de la ONU y evitar cualquier lenguaje ofensivo.

## CÓMO SOLICITAR PERMISO PARA HACER UNA DECLARACIÓN ORAL DURANTE LAS SESIONES DE LA CND

Los miembros de las ONG acreditadas que estarán presentes en la sesión pueden inscribirse con antelación para hacer una declaración sobre alguno de los puntos de la agenda del evento. La declaración debe durar cinco minutos como máximo. La ONG debe inscribirse en la lista de ponentes del evento a través de un correo electrónico enviado a [unodc-sgb@un.org](mailto:unodc-sgb@un.org), informando el

nombre del miembro que realizará la intervención y el número del tema de la agenda de la sesión sobre el que desea hablar.

Durante la reunión, los miembros elegidos para hablar también deben inscribirse en la lista de oradores de la mesa oficial de la conferencia. El orden de intervención está preestablecido, de modo que el turno de las ONG se realiza después de la intervención de los Estados miembros, las agencias y organismos de la ONU y otras organizaciones intergubernamentales. Se solicita una copia en papel del discurso a los oficiales de conferencia en la sesión plenaria, con el fin de facilitar el trabajo de los intérpretes.

Para más información y detalles sobre la participación de la sociedad civil en las sesiones y eventos de la CND, consulte la Guía práctica para las ONG participantes.

## 5.2.1 THE UNODC CIVIL SOCIETY TEAM: QUÉ ES Y CÓMO PARTICIPAR

Las ONG también pueden participar en los debates y decisiones sobre el control de drogas a través del UNODC Civil Society Team [Equipo de la Sociedad Civil]. Esta instancia interactúa con diferentes organizaciones de la sociedad civil a través de las llamadas "organizaciones paraguas" y propone eventos específicos para la ONG que participa en el debate sobre la política de drogas.

El UNODC Civil Society Team trabaja con tres organizaciones paraguas: la Alianza de ONG sobre Prevención del Delito y Justicia Penal, la Coalición UNCAC (UNCAC Coalition) y el Comité de ONG de Viena sobre Drogas (The Vienna NGO Committee on Drugs - VNGOC). De esas tres organizaciones, el VNGOC es la más relevante en el tema de la participación de la sociedad civil en el

control internacional de drogas, ya que reúne a representantes de un gran número de ONG y facilita su participación en las actividades de la ONU relacionadas con la formulación de la política internacional de drogas. Se trata, por tanto, de un canal alternativo para la participación de las ONG que no tienen carácter consultivo en el ECOSOC en los eventos de la CND y la UNODC. Para más información, visite el [sitio web](#) de la VNGOC.

Los principales objetivos de las "organizaciones paraguas" o consorcios son el apoyo a la labor de la UNODC, la difusión de información local y regional que pueda ser relevante para el debate internacional sobre el control de drogas, la representación de los intereses de sus miembros en las sesiones y conferencias de la UNODC y la facilitación del diálogo entre las ONG y los organismos de la ONU especializados en este tema. Estas organizaciones están reconocidas por la UNODC, que recurre a ellas para obtener asesoramiento en sus estrategias, por ejemplo.

Para trabajar con el equipo de UNODC Civil Society Team, es necesario hacerse miembro de una de las organizaciones paraguas mencionadas. Para las ONG dedicadas directamente a la problemática de las drogas, la VNGOC es una vía para estar en contacto permanente con la UNODC y la CND. A continuación, se explica qué deben hacer las ONG para participar en el Comité de Viena.

### **VIENNA NGO COMMITTEE ON NARCOTIC DRUGS (VNGOC)**

El VNGOC es el principal consorcio internacional que agrupa a las ONG especializadas en el tema de las drogas y que trabaja junto con el sistema de las Naciones Unidas. Este comité reúne a representantes de diversas ONG de todo el mundo y actúa como intermediario entre las organizaciones y el UNODC y la CND. En este sentido, es un canal de participación muy importante para la sociedad civil en el de-

bate sobre el control internacional de drogas.

Además de la facilidad de acceso a los eventos y sesiones de las agencias de la ONU, hay otros beneficios para las ONG miembros del VNGOC. A través de este comité, las ONG pueden ejercer una mayor influencia a favor de la agenda de la sociedad civil en los Estados miembros de la ONU. También pueden compartir buenas experiencias con organizaciones de otros países, buscar nuevos enfoques para los problemas relacionados con las drogas y participar en proyectos conjuntos del UNODC, entre [otras ventajas](#).

Para que una ONG pueda formar parte del VNGOC, debe rellenar el formulario de solicitud que está disponible en este [enlace](#). Las ONG interesadas también deben pagar una cuota anual de adhesión y mantenimiento de la membresía. Se puede obtener más información sobre la tasa [aquí](#). El VNGOC anima a que se presenten solicitudes de ONG que estén incluidas en al menos una de las siguientes categorías:

- 1. ONG con carácter consultivo en el ECOSOC;**
- 2. ONG designadas y reconocidas por el Secretario General de la ONU;**
- 3. ONG con carácter consultivo en otros organismos de la ONU;**
- 4. ONG que no tienen carácter consultivo en el ECOSOC, pero que actúan a nivel internacional, nacional o subnacional, con conocimientos especializados y experiencia en materia de política de drogas. También se requiere que la ONG se registre en el sistema ECOSOC, siguiendo las instrucciones ya presentadas en el paso 1 del subtema 5.1 de esta Guía.**

Para más información sobre la participación de las ONG en el VNGOC, se puede consultar la [página web](#) del Comité y aclarar las dudas a través del correo electrónico: [info@vngoc.org](mailto:info@vngoc.org).

## 5.3 SESIÓN ESPECIAL DE LA ASAMBLEA GENERAL A DE LAS NACIONES UNIDAS (UNGASS)

La UNGASS es una de las reuniones más importantes que celebran los organismos de las Naciones Unidas sobre una serie de cuestiones sociales. En cuanto al tema de las drogas, se han celebrado tres UNGASS organizadas por la CND: en 1990, 1998 y 2016. La [UNGASS de 2016](#) fue un momento de gran movilización por parte de la sociedad civil.

En diciembre de 2014, se creó el Grupo de Trabajo de la Sociedad Civil (Civil Society Task Force - CSTF), una colaboración entre el VNGOC y el Comité de ONGs sobre Drogas de Nueva York (New York NGO Committee on Drugs - NYNGOC), con el objetivo de garantizar una mayor participación de la sociedad civil en los debates de la UNGASS. Las informaciones sobre cómo participar en el NYNGOC se presentarán más adelante en este subtema.

El CSTF actuó como intermediario entre la ONU y la sociedad civil en el proceso preparatorio y durante la UNGASS de 2016. El NYNGOC y VNGOC se encargaron de convocar a las ONG para que formaran parte de este equipo, asegurando el equilibrio geográfico y la representación de los grupos afectados por las políticas de drogas (jóvenes, familias, agricultores, usuarios de drogas, entre otros). Para más información sobre la estructura del CSTF, véase el CUADRO 8.

En la UNGASS, los representantes de las organizaciones de la sociedad civil previamente seleccionados para el CSTF pudieron participar en los debates de las cinco mesas redondas previstas y se les permitió realizar intervenciones orales desde sus asientos en el público. Se puede encontrar información más detallada sobre la participación de la

sociedad civil en las sesiones de la UNGASS de 2016 en el [informe elaborado por el IDPC](#).

### UNGASS: PROCESO PREPARATORIO

La sociedad civil también intervino en la preparación de la Sesión Especial. En 2015, la Asamblea General de la ONU definió que la UNGASS de 2016 debería contar con un proceso preparatorio que incluyera la participación de los organismos de la ONU, las organizaciones internacionales y regionales y las organizaciones de la sociedad civil. Así, el 10 de febrero de 2016 se celebró, en la sede de la ONU en Nueva York, un procedimiento denominado [Consulta Interactiva Informal de Partes Interesadas](#) (Stakeholders) para la UNGASS.

El término partes interesadas (*stakeholders*) designa, en este caso, a las propias organizaciones de la sociedad civil. Por lo tanto, fue una oportunidad para que las ONG ampliaran su contribución al proceso preparatorio de la UNGASS, compartiendo conocimientos y experiencias concretas relacionadas con la cuestión de las drogas para que los Estados miembros las tuvieran en cuenta durante la Sesión Especial.

Las solicitudes para la consulta informal tuvieron lugar entre diciembre de 2015 y enero de 2016 y estaban dirigidas a las ONG que trabajan activamente en el tema de las drogas y que tienen un equilibrio de género entre su personal. Se dio prioridad a las organizaciones del Sur Global para garantizar el equilibrio geográfico y el carácter consultivo del ECOSOC no fue un requisito previo para la participación.

Se pueden encontrar más detalles sobre esta consulta [aquí](#). Y se puede solicitar más información sobre el proceso preparatorio de la UNGASS, el CSTF y otros canales de participación de la sociedad civil en las Sesiones Especiales de la ONU relacionadas con el tema de las drogas, enviando un correo electrónico a [cstfondrugs@gmail.com](mailto:cstfondrugs@gmail.com).



## Civil Society Task Force

El Civil Society Task Force (CSTF) es un grupo de trabajo que organiza la representación de la sociedad civil de diferentes países en los debates y decisiones de la ONU sobre temas diversos. En 2008 se creó el CSTF "[Beyond 2008](#)" (Más allá de 2008) con el objetivo de unificar la voz de la sociedad civil en la 52ª CND. La experiencia fue bien valorada en las Naciones Unidas e hizo que años más tarde se realizara un esfuerzo similar en el proceso preparatorio y en la realización de la Sesión Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas (UNGASS) de 2016. En ese momento se creó un CSTF, a partir de la iniciativa de los Comités de ONG de Viena y Nueva York. Y en 2018 esas mismas organizaciones recuperaron la experiencia y convocaron un nuevo CSTF que redactó el documento preparatorio de la 61ª CND de 2019. El CSTF creado para la UNGASS de 2016 actuó como el principal intermediario entre la ONU y la sociedad civil, [representada](#) por 26 miembros, de los cuales 18 eran representantes regionales (2 por región) y 8 representantes de la población afectada. El trabajo realizado también incluyó la colaboración del Civil Society Team de la UNODC, con reuniones preparatorias y consultas con representantes de la sociedad civil. El CSTF creado para la 61ª CND, a su vez, estaba conformado por 35 [miembros](#) en representación de las regiones geográficas y las poblaciones afectadas. Su principal labor fue consultar a la sociedad civil sobre los avances realizados en materia de políticas de drogas desde 2009, teniendo en cuenta la "Declaración Política y el

Plan de Acción de 2009" sobre Cooperación Internacional para una Estrategia Integral y Equilibrada para Contrarrestar el Problema Mundial de las Drogas, la UNGASS 2016 y el lanzamiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible. El resultado de las 461 entrevistas realizadas en más de 100 países se ha materializado en un [informe](#) que detalla las convergencias y divergencias entre las ONG. La consulta adoptó el formato de una encuesta en línea y se tradujo a las seis lenguas oficiales de la ONU (árabe, chino, español, francés, inglés y ruso) para que los interesados de la sociedad civil de todo el mundo pudiesen responderla. Como parte de los preparativos, se organizaron audiencias en Nueva York y Viena a principios de 2019, ocasiones en las que el CSTF pudo informar a los Estados miembros sobre el resultado de las consultas con las ONG y ofrecer un espacio para que los expertos de la sociedad civil pudieran dar su opinión. El acto se grabó y está disponible en el sitio web del [IDPC](#). En general, se deben presentar las solicitudes para los grupos de trabajo a través de formularios en línea disponibles en el sitio web de la VNGOC. El Comité de Viena examina las solicitudes y la composición de las ONG y busca asegurar un equilibrio geográfico en la composición del CSTF para los eventos de la ONU. Es muy probable que en eventos futuros se produzca nuevamente este tipo de esfuerzos. Por lo general, los grupos de trabajo se forman el año anterior a un evento importante y las normas de participación se publican en el sitio web de las organizaciones proponentes: [NYNGOC](#) y [VNGOC](#).

## THE NEW YORK NGO COMMITTEE ON DRUGS (NYNGOC)

Fundamental para la conformación del Civil Society Task Force de la UNGASS 2016, el **NYNGOC** es un importante comité de organizaciones de la sociedad civil que operan en articulación con la ONU, específicamente en el debate sobre políticas de drogas. El principal objetivo de este comité es apoyar a las ONG en su participación en el sistema de las Naciones Unidas, con el fin de facilitar el intercambio de información entre sus agencias y las organizaciones de la sociedad civil.

Por lo tanto, asociarse al NYNGOC es una forma de estar en contacto permanente con los organismos de la ONU en materia de política de drogas. A los miembros del Comité de Nueva York les resulta más fácil participar en las sesiones, reuniones y audiencias informales que celebran los organismos de la ONU. Además, suelen ser privilegiados en la composición de los grupos de trabajo para la participación de la sociedad civil en determinados eventos internacionales, como en el caso de la UNGASS de 2016.

Actualmente, el NYNGOC representa a más de 100 organizaciones no gubernamentales de todo el mundo. En los últimos años, el Comité ha aceptado nuevas solicitudes. Los términos y condiciones de participación se encuentran en este [documento](#). Para afiliarse, es necesario llenar un [formulario de solicitud](#). Una vez aprobada la solicitud, la organización debe pagar una cuota anual para el mantenimiento de su membresía.

Para acceder a la lista de miembros del NYNGOC (actualizada en noviembre de 2019), haga clic [aquí](#). Para cualquier otra consulta, se puede escribir a la siguiente dirección de correo electrónico: [NewYorkNGOC@gmail.com](mailto:NewYorkNGOC@gmail.com).

## 5.4 JUNTA INTERNACIONAL DE FISCALIZACIÓN DE ESTUPEFACIENTES

### – JIFE (INCB)

La **INCB** (o JIFE en español) ha ampliado sus espacios y canales de participación de la sociedad civil. El órgano ha estado celebrando reuniones y audiencias informales con ONG, especialmente aquellas vinculadas al VNGOC. El principal objetivo de estas reuniones es proporcionar un intercambio informal de experiencias e ideas entre estas organizaciones y la INCB.

En mayo de 2018, la INCB se reunió con representantes de la sociedad civil para discutir el uso del *cannabis* para fines médicos y no médicos. En esa ocasión, el Consejo de VNGOC seleccionó a un grupo de ONG para participar en la actividad. Una de las reuniones más recientes se celebró en mayo de 2019 sobre el tema 'Jóvenes y Drogas'. En esta audiencia, se abordó la importancia de prevenir el consumo de drogas entre los jóvenes, además de problemas relacionados con el paradigma de la reducción de daños. Según un [comunicado de prensa](#) publicado en el sitio web de la INCB, las ONG participantes se presentaron personalmente o mediante videos.

En ambos casos, el registro de las organizaciones de la sociedad civil para participar en las reuniones se realizó a través de convocatorias publicadas con un mes de anticipación en el NGO Marketplace (CUADRO 9). A partir de las inscripciones, el consejo del VNGOC seleccionó a representantes de las ONG para participar en las audiencias informales de la INCB y buscó asegurarse de que las diferentes regiones del mundo estuvieran representadas.

Como resultado de la audiencia informal de 2019, la INCB decidió incluir un capítulo de apertura de su Informe Anual que

incorporaba los debates realizados sobre el tema de la juventud y las drogas, publicado a principios de 2020. Para acceder a las declaraciones en video realizadas por las ONG en la reunión de 2019, haga clic [aquí](#).

En 2020 se celebró otra audiencia informal para debatir el tema del consumo de drogas entre las personas mayores. Durante la reunión, representantes de nueve ONG seleccionadas por el VNGOC presentaron declaraciones al respecto. Debido a la pandemia de coronavirus y las medidas de aislamiento social, la audiencia se realizó en un formato híbrido y permitió la participación virtual de ONG de todo el mundo. Al igual que en la reunión de 2019, el Consejo de la INCB se comprometió a incluir un capítulo temático sobre el uso de drogas entre los adultos mayores en su Informe Anual de 2020. Las declaraciones enviadas por las ONG seleccionadas se tomarán en cuenta para la elaboración del capítulo, según la INCB, y pueden ser encontradas [aquí](#).

### ¿EXISTEN OTRAS FORMAS DE PARTICIPACIÓN EN LA INCB?

Las audiencias informales son la forma

más práctica para que las organizaciones de la sociedad civil participen en los debates de la INCB. Además de las reuniones informales, el Consejo del organismo promueve discusiones con gobiernos de diferentes países y con miembros de la sociedad civil. Estos diálogos se llevan a cabo en misiones organizadas con países que desean mejorar la coordinación nacional en materia de políticas de drogas. En estas misiones, se prevé la participación de ONG nacionales que comparten con los representantes de la INCB sus experiencias y demandas. Los [informes oficiales](#) de la INCB brindan información sobre cada misión realizada y también una lista de los países involucrados. A diferencia de los eventos sobre drogas organizados en el ámbito del Sistema ONU, la participación de las ONG en las reuniones in situ realizadas por la INCB no requiere estatus consultivo ante el ECOSOC.

El [sitio web oficial](#) de la INCB no especifica los procedimientos para que las ONG participen en tales reuniones in situ en sus países. Por lo tanto, las organizaciones interesadas deben seguir el sitio web y el Boletín publicado trimestralmente por la INCB, que contiene informaciones relevantes

#### CUADRO 9

### NGO Marketplace

La NGO Marketplace es una plataforma global en línea para ONG que trabajan en temas relacionados a las drogas.

Lanzada por UNODC y VNGOC durante el proceso preparatorio de UNGASS de 2016, la plataforma funciona como una red social y permite a diferentes actores de la comunidad internacional seguir el trabajo de las ONG y de los organismos de la ONU sobre drogas. El uso de la plataforma es gratuito y está abierto a todas las ONG que actúan en el tema.

Para las organizaciones que deseen estar en contacto con el Sistema ONU, es especialmente interesante formar parte de la red social, porque el NGO Marketplace también funciona como un espacio para la difusión de sesiones, reuniones informales y eventos de los organismos de la ONU sobre el asunto. Para explorar el NGO Marketplace, haga clic [aquí](#). Para acceder a las actividades de las ONG en la plataforma, la organización debe crear [un perfil](#).

sobre misiones futuras. Los boletines de los últimos años están disponibles [aquí](#). Para obtener más información sobre esta forma de participación, puede comunicarse con la INCB a través del siguiente correo electrónico: [incb.secretariat@un.org](mailto:incb.secretariat@un.org).

## 5.5 ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS)

La OMS tiene gran relevancia en el control internacional de drogas y las ONG pueden participar en las sesiones abiertas de su Comité de Expertos en Farmacodependencia (ECDD). Sin embargo, el sitio web oficial de la OMS no ofrece muchos detalles sobre las demás posibilidades de participación de la sociedad civil en sus debates internos. Esta falta de información y orientación se vuelve aún más intensa cuando comparamos a la OMS con otros organismos y agencias de la ONU, como el UNODC y la CND, que estimulan la actuación de las ONG y dejan claro los pasos a seguir para posibilitar su participación. No obstante, esto no significa que no exista una interfaz entre las organizaciones de la sociedad civil y la OMS, sino que estas posibilidades son menos claras y estructuradas en comparación con otros organismos de la ONU.

Por tanto, podemos considerar a la OMS como un canal a ser explorado por las organizaciones de la sociedad civil para que puedan expandir su incidencia internacional en un órgano que ha asumido especial importancia en el debate sobre las drogas. Discutiremos otros aspectos de este potencial en el apartado 6.

Habiendo hecho este énfasis sobre las dificultades para obtener informaciones más consistentes sobre la participación de la sociedad civil en la OMS, sistematizamos a continuación las informaciones disponibles. En esta parte se desarrollarán tres subtemas: el primero presenta informaciones

sobre la participación de actores no estatales – instituciones académicas, asociaciones filantrópicas, actores privados y ONG – en relaciones oficiales con la OMS. El siguiente sistematiza informaciones para la colaboración de estos actores en la organización, a través de pactos denominados FENSA (*Framework of Engagement with Non-State Actors*). Finalmente, el último subtema demuestra las posibilidades de participar en las sesiones abiertas del Comité de Expertos en Farmacodependencia (ECDD).

### ACTORES NO ESTATALES EN RELACIONES OFICIALES CON LA OMS

El estatus de “relaciones oficiales” es un privilegio otorgado por el Consejo Ejecutivo de la OMS a diferentes actores no estatales que tienen una participación sistemática con la organización. Estos actores deben tener una composición o alcance internacional, una estructura administrativa y constitución propia/normativa. En general, la colaboración entre estos organismos y la OMS funciona a través de colaboración (ver siguiente subtema), y aquellos que mantienen vínculo con el órgano pueden recibir la invitación al estatus de “relaciones oficiales”. En la página 16 de este [documento](#), hay informaciones más específicas sobre ese estatus.

Según la OMS, las actividades y objetivos de estos actores deben cumplir con los principales pilares del órgano y contribuir al avance de la salud pública. Dichos actores pueden participar en las sesiones y reuniones de los órganos directivos de la OMS, hacer discursos y presentar declaraciones por escrito.

Sugerimos que las ONG interesadas en esta actuación se pongan en contacto con uno de los actores no estatales que ya han tenido el privilegio de las relaciones oficiales y que figuran en un documento disponible en este [enlace](#). Estar en contacto con estas organizaciones puede ser una forma de que las ONG amplíen su red y obtengan informaciones directas sobre la participación en la OMS.

## COLABORACIÓN DE ACTORES NO ESTATALES: FENSA

El término “colaboración”, utilizado en los documentos de FENSA, se refiere a cualquier interacción formalizada entre la OMS y los actores no estatales. Hay algunos tipos principales de colaboración:

- ◆ **Advocacy:** acciones para fortalecer la conciencia sobre cuestiones de salud, fomentar el interés de la sociedad por la salud pública y permitir una mayor colaboración entre diferentes actores no estatales.
- ◆ **Recursos:** se refiere al financiamiento o las contribuciones de la OMS a diferentes actores no estatales, a través de un contrato firmado.
- ◆ **Evidencia:** intercambio de experiencias, conocimientos e informaciones sobre asuntos técnicos y hechos científicos analizados por la OMS.
- ◆ **Colaboración técnica:** se refiere a la contribución de los actores no estatales en la implementación de las políticas de la OMS a nivel nacional, además de la colaboración operativa en emergencias.

Estas formas de participación se oficializan mediante compromisos firmados entre la OMS y los diferentes tipos de actores no estatales. Estos actores presentan una propuesta de colaboración a la OMS, que será formalizada y puesta en práctica por ambas partes. Con base en las informaciones disponibles en el [documento Handbook for Non-State Actors on Engagement with The World Health Organization](#), presentaremos cinco pasos para que las ONG presenten esta propuesta de colaboración y, de esa manera, se pongan en contacto con la OMS.

**PASO 1: intercambios informales.** La fase inicial de la colaboración ocurre mediante intercambios informales entre los actores y la OMS. Es una fase exploratoria en la que el actor no estatal y el departamento de la OMS con el que ese actor desea establecer relaciones discuten la posibilidad de colaboración y cuál sería la forma más adecuada de participación. En este momento, no existe un compromiso formal entre las partes. Para obtener más información sobre intercambios informales, acceda al “[Marco para la colaboración con actores no estatales](#)”, una resolución de la Asamblea Mundial de la Salud que oficializó el FENSA en 2016.

**PASO 2: inicio de la propuesta de colaboración.** Cuando la colaboración propuesta esté formalizada, la Secretaría de la OMS decide si el compromiso con el actor no estatal es de su interés y si está en consonancia con las prioridades y el presupuesto del Programa General de Trabajo de la OMS.

**PASO 3: registro en el Register, sistema de inscripciones de la OMS.** Una vez que la propuesta cumpla con los requisitos citados en el Paso 2, el departamento técnico solicitará al actor no estatal que incluya sus informaciones en el Register, un sistema utilizado por la

Secretaría de la OMS para asegurar la transparencia y coordinar datos y compromisos con actores no estatales. Haga clic [aquí](#) para acceder al enlace del sistema y registrar sus informaciones –después de la aprobación previa.

Es necesario que el actor no estatal defina el punto focal de contacto, responsable de registrar las informaciones en el sistema y mantenerlas actualizadas. El Register tiene tres secciones principales: la primera contiene los perfiles de los actores no estatales, la segunda proporciona detalles sobre el compromiso de la OMS con estos actores y la tercera organiza los planes de colaboración de la OMS con los actores no estatales, informes anuales sobre la implementación de estos planes, informaciones sobre el Programa General de Trabajo, etc.

Por lo tanto, los representantes deben acceder a la sección “perfiles de actores no estatales” para completar sus informaciones, que incluyen nombre, cargo, contacto y otros datos (enumerados en la página 23 de este [documento](#)).

Una vez que el actor no estatal ha informado todos los datos solicitados, la Secretaría de la OMS complementa las informaciones con una descripción del tipo de colaboración a ser realizada. Además, el departamento técnico de la Organización realiza una clasificación previa para verificar si el actor no estatal está involucrado en algún proceso judicial y si toda la información brindada es verdadera.

De acuerdo con el *Handbook for Non-State Actors on Engagement With The World Health Organization*, la OMS no se involucra con la industria del tabaco o las armas, ni con actores no estatales que promueven los intereses de estas industrias.

#### **PASO 4: decisión sobre la colaboración.**

Una vez realizada la clasificación previa, la Secretaría de la OMS tiene la responsabilidad de decidir sobre el compromiso propuesto. En

este momento se evaluarán los beneficios de la colaboración, los posibles riesgos del comprometimiento, los gastos involucrados, entre otros asuntos. Si se aprueba, la Secretaría de la OMS completa la información del compromiso en la sección Colaboración del Register.

#### **PASO 5: implementación de la colaboración.**

Los actores no estatales deben cumplir con todas las políticas del FENSA y de la OMS, implementar las actividades acordadas dentro del plazo definido y asegurar que las informaciones disponibles en el Register estén siempre actualizadas.

Si las ONG tienen dificultades para trabajar con la OMS a través del FENSA, sugerimos que busquen las oficinas regionales de la organización para iniciar el contacto. En el ámbito de la [Organización Panamericana de la Salud](#) (OPS), por ejemplo, a las ONG les puede resultar más fácil participar. La OPS define a las ONG como sus aliados ideales, en vista del alcance de su trabajo social en la promoción de la Salud Universal. Así, para las organizaciones de los países americanos, la OPS puede ser una forma de actuar directamente en la OMS. En la sección de “alianzas” del sitio web de la OPS, hay más información sobre el FENSA y otros canales de participación de actores no estatales estadounidenses en la organización.

## COMITÉ DE EXPERTOS DE LA OMS EN FARMACODEPENDENCIA (ECDD)

Para las ONG que deseen actuar en los canales de la OMS relacionados con el control internacional de drogas, existe la posibilidad de participar en las sesiones abiertas del ECDD. En general, las reuniones de este comité son cerradas al público, pero permiten la participación de representantes de la sociedad civil que deseen comentar los asuntos previstos en la agenda de la reunión. Los individuos representantes pueden asistir a la sesión en persona o enviar videos o declaraciones escritas.

En la 41ª Sesión Abierta, realizada en 2018, las ONG registraron su solicitud a través de un formulario disponible en el sitio web de la OMS. Las organizaciones aprobadas en este proceso recibieron informaciones para enviar el video o declaración escrita, así como detalles sobre la fecha de la sesión, la sede de la OMS en Ginebra, Suiza, y los documentos necesarios para ingresar al edificio. En las sesiones del ECDD no hay servicios de traducción disponibles, por lo que es necesario que las declaraciones se realicen en inglés y que los videos estén subtítulos en este idioma.

Las convocatorias para que las ONG participen en las reuniones se divulgan con antelación a través de los canales oficiales de la OMS. Acceda a este [enlace](#) para encontrar información sobre el registro de organizaciones en la Sesión Abierta de 2018, en la que pudo participar la Plataforma Brasileña de Políticas de Drogas. Para obtener más información, comuníquese con [ecddsecretariat@who.int](mailto:ecddsecretariat@who.int).

## 5.6 OTROS ORGANISMOS DE LA ONU

Como se presenta en el subtema 3.4, existen organismos de la ONU que no actúan directamente en el control internacional de drogas, sino que trabajan asuntos que tienen una gran interfaz con ellos, convirtiéndose en canales de acción relevantes para la sociedad civil organizada. Este es el caso de UNAIDS y ACNUDH, cuyas formas de participación presentamos a continuación.

### 5.6.1 PROGRAMA CONJUNTO DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL VIH/SIDA (UNAIDS)

El UNAIDS permite a la sociedad civil participar en los debates de la ONU sobre el tema del VIH/SIDA. Para ello, sus canales de comunicación oficiales divulgan periódicamente información sobre dichas oportunidades y sus procedimientos.

Un ejemplo de este tipo de acción ocurrió en la reunión sobre el VIH celebrada por la Asamblea General de las Naciones Unidas en junio de 2021. Como actividad preparatoria, se realizó una audiencia interactiva multisectorial para garantizar un proceso abierto y transparente y permitir la participación de las ONG. UNAIDS formó un grupo de trabajo multidisciplinario compuesto por representantes de la sociedad civil y del sector privado con el objetivo de identificar oradores para la reunión de la Asamblea General que pudieran compartir sus experiencias y demandas sobre el asunto.

A partir de procesos de selección interna, las organizaciones interesadas en esta participación presentaron ante UNAIDS el registro de ONG que representen a uno de los siguientes grupos: personas que viven abiertamente con el VIH, usuarios de drogas, personas trans, homosexuales, entre otros. Además, se priorizó a representantes de organizaciones de pueblos indígenas y personas con discapacidad. Para ello, completaron un formulario de inscripción para la delegación de UNAIDS, con informaciones de contacto, afiliación organizacional, área de especialización, detalles de experiencias previas en reuniones de la Asamblea General de la ONU sobre el SIDA (caso hubiera), entre otras informaciones.

Este formulario se puso a disposición en los canales de comunicación oficiales de UNAIDS. Para acceder a este documento referente a la audiencia multisectorial, haga clic [aquí](#). Conocer los procesos de selección anteriores puede facilitar la participación de las organizaciones de la sociedad civil en eventos futuros de UNAIDS y de otros organismos de la ONU.

La [Junta Coordinadora del Programa \(JCP\)](#) es otro canal de actuación de la sociedad civil en los debates de UNAIDS. Establecida en 1994 por una resolución del ECOSOC, la JCP tiene el objetivo principal de orientar los trabajos de UNAIDS. Actualmente cuenta con representantes de 22 gobiernos de todas las regiones geográficas, delegados de UNAIDS y cinco representantes de organizaciones no gubernamentales. La JCP se reúne en promedio dos veces al año para establecer políticas y prioridades para UNAIDS, y para revisar su plan de acción y presupuesto.

Además de posibilitar la participación de representantes de Estados, la JCP garantiza el espacio de cinco organizaciones no gubernamentales por sesión, tres de las cuales deben provenir de países en desarrollo y dos de países desarrollados/de economía de transición (términos del sitio web de la JCP-UNAIDS). Estas organizaciones son invitadas a participar en las reuniones de la JCP como oyentes, sin derecho a participar en el proceso formal de toma de decisiones.

Para ser elegible para participar en tales reuniones, las ONG deben registrarse en *Indico*, el sistema de registro para eventos y conferencias de la ONU – según las instrucciones disponibles en este [documento](#). En este mismo sistema se debe realizar el registro para el evento de la JCP. No hay información clara sobre cómo se seleccionan las cinco ONG previstas para participar de las reuniones de la JCP.

Dada la dificultad de seguir algunas informaciones sobre eventos e inscripciones, recomendamos que las organizaciones estén atentas al sitio web de UNAIDS, especialmente a la sección de “[sociedad civil](#)”. Toda la información de contacto se puede encontrar [aquí](#).



## 5.6.2 ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS – ACNUDH (OHCHR)

Existen numerosas formas de participación de la sociedad civil en los diferentes organismos del OHCHR. En esta Guía, daremos prioridad a la actuación de las ONG en el Consejo de Derechos Humanos, uno de los principales organismos del Alto Comisionado en la protección de los derechos humanos. El Consejo es también uno de los canales más abiertos del OHCHR para la participación de las organizaciones de la sociedad civil que trabajan con el tema.

Según la [Guía práctica para las ONG participantes](#), publicada por el Consejo, solo las ONG con carácter consultivo ante el ECOSOC pueden participar en sus reuniones. Las organizaciones participan como observadoras en todos los procedimientos del Consejo, pueden enviar declaraciones escritas, participar en debates y reuniones informales, organizar eventos paralelos, entre otras formas de participación. En general, estos canales de acción son muy similares a los presentados por la Guía para las ONG participantes en el UNODC y en la CND, cuyos detalles principales fueron resumidos en el subtema 5.2. En este apartado, presentaremos las informaciones de manera más concisa.

Para asistir a las sesiones del Consejo de Derechos Humanos, los representantes de las ONG deben presentar documentos oficiales con fotos, para poder emitir una credencial de acceso al edificio de la ONU en Ginebra, Suiza. De esta manera, los individuos tendrán acceso a salas de conferencias abiertas a la sociedad civil.

Al igual que con otros órganos de la ONU, el Consejo de Derechos Humanos permite enviar declaraciones escritas de organizaciones

que tengan estatus consultivo con el ECOSOC. Los documentos deben estar escritos en inglés, español o francés y ser enviados con dos semanas de antelación al siguiente correo electrónico: [hrcngo@ohchr.org](mailto:hrcngo@ohchr.org). Toda la información sobre las declaraciones está disponible en la página 7 de la Guía para las ONG participantes del Consejo de Derechos Humanos (haga clic [aquí](#) para acceder al documento).

Para las organizaciones que no puedan asistir a las sesiones del Consejo en persona, existe la posibilidad de enviar sus declaraciones por video. Se deben seguir las instrucciones disponibles en la Guía de Declaraciones en Video de ONG, publicada por el Consejo de Derechos Humanos y disponible en este [enlace](#). En este documento también se puede encontrar información sobre el formato, el tamaño y el contenido del video.

El sitio web del Consejo proporciona enlaces con informaciones e instrucciones para todas las formas de participación mencionadas anteriormente. Para acceder a ellos, solo tiene que clicar [aquí](#) y seleccionar la opción "quick links" en la parte inferior de la página. Las fechas de las próximas sesiones del Consejo de Derechos Humanos (y otros eventos del Alto Comisionado) son continuamente actualizadas y publicadas en este [enlace](#). Las dudas que surjan pueden ser enviadas al siguiente correo electrónico: [civilsociety@ohchr.org](mailto:civilsociety@ohchr.org).

La participación en los eventos del Consejo de Derechos Humanos, así como en cualquier otro órgano de la ONU mencionado en esta Guía, presupone el respeto de un código de conducta basado en los derechos humanos, como se explica en el CUADRO 10.

## Código de Conducta sobre las actividades de la ONU

Todos los eventos realizados en el sistema de la ONU están sujetos a códigos de conducta guiados por principios éticos y estándares de profesionalismo que deben ser respetados por los participantes, incluidos los representantes de las ONG. En la [guía](#) “Code of Conduct: To Prevent Harassment, Including Sexual Harassment, at UN System Events” están enumerados las conductas inapropiadas y, por lo tanto, prohibidas en cualquier modalidad de eventos del sistema ONU. Se desautorizará cualquier tipo de acoso, ofensa, humillación, principalmente las formas de agresión asociadas al género, expresión de género, orientación sexual, identidad, capacidad física, apariencia física, etnia, raza, origen nacional, asociación política, edad o religión. Según los términos del documento, el acoso sexual se clasifica como un tipo específico de violencia que debe prohibirse, incluidas todas sus manifestaciones físicas, verbales o no verbales. La [guía para la participación de las ONG en la CND](#) también refuerza la importancia de evitar el lenguaje abusivo y delimita las modalidades de participación de las organizaciones durante las sesiones. En presentaciones visuales, también se expresa la prohibición del uso del emblema de la ONU y los logotipos de la organización. En el mismo sentido, la bandera de la ONU no puede ser exhibida en salas de reuniones organizadas por las ONG. Para los eventos organizados por la OMS, las ONG también están sujetas a códigos de conducta establecidos en una [guía](#). Las normas incluyen

principios que deben orientar las presentaciones orales y las estrategias de colaboración de la sociedad civil en la organización. Estas son (1) demostrar un claro beneficio para la salud pública; (2) cumplir con la Constitución, el mandato y el Programa General de Trabajo de la OMS; (3) respetar la naturaleza intergubernamental de la OMS y la autoridad de los Estados Miembros en la toma de decisiones según lo establecido en la Constitución de la OMS; (4) apoyar y valorar, sin comprometer, el aspecto científico y el enfoque basado en evidencias que sustentan la labor de la OMS; (5) proteger a la OMS de cualquier influencia indebida, en particular en los procesos para definir y aplicar políticas, normas y estándares; (6) no comprometer la integridad, independencia, reputación y credibilidad de la OMS.

Para complementar estos códigos de conducta, el Comité de Viena sobre Drogas también ha elaborado su propio “Voluntary Code of Conduct for NGOs at CND” [Código de Conducta Voluntario para las ONG en la CND]. En esta [guía](#), la organización refuerza la importancia del profesionalismo y el respeto, recomendando que los oradores eviten la táctica de “nombrar y avergonzar”. Además, la guía pide a las ONG que sean selectivas al elegir los materiales que se exhibirán en los stands de las comisiones, ya que el espacio es limitado debido a una gran demanda de las organizaciones. En caso de dudas sobre dicha información, la organización está disponible para brindar ayuda y asesoramiento al respecto.

Además de las formas más comunes de participación en el Sistema ONU, el Alto Comisionado ofrece una serie de **recomendaciones** sobre cómo las organizaciones de la sociedad civil pueden actuar a nivel nacional. Estas formas de actuación no se disocian del ámbito internacional, ya que muchas de ellas implican precisamente el contacto entre ONG y equipos nacionales del Alto Comisionado.

Se incentiva a las organizaciones a que se pongan en contacto con las oficinas del Alto Comisionado en su región o con el personal de la agencia en el país para compartir un relato de sus propias experiencias en la promoción de los derechos humanos. En caso de extrema dificultad para articularse con el gobierno, se alienta a la sociedad civil a presentar denuncias ante el Alto Comisionado sobre la no implementación de los tratados internacionales en el país. Cuando sea necesario, las ONG pueden incluso presentar solicitudes de medidas provisionales o acciones urgentes. El **documento** *Individual Complaint Procedures under the United Nations Human Rights Treaties* resume toda la información sobre cómo presentar estas solicitudes al Alto Comisionado para los Derechos Humanos.

El OHCHR reúne una serie de guías y videos para individuos y organizaciones defensoras de los derechos humanos. Todos estos materiales pueden ser encontrados en la sección "**sociedad civil**" del sitio web oficial del organismo.

## 5.7 CONSORCIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS DE DROGAS (IDPC)

Además de los espacios que brindan los organismos y agencias de la ONU, existen otras formas de participación de la sociedad civil en el debate internacional sobre temas relacionados con las drogas. Los consorcios internacionales de organizaciones no gubernamentales son medios para ampliar la red de contactos de las ONG, además de funcionar como espacios de intercambio de conocimientos, experiencias e información entre organizaciones de todo el mundo.

El IDPC es uno de esos consorcios. Constituye una red mundial de más de 180 ONG (la lista de miembros se puede encontrar en este **enlace**) que trabajan en temas relacionados con las drogas. La red tiene como objetivo debatir diversos aspectos de las políticas de drogas a nivel nacional e internacional, así como apoyar propuestas orientadas a la reducción de daños. El consorcio también produce una variedad de documentos informativos y ofrece asesoría especializada a los responsables de la formulación de políticas de drogas. De manera práctica, el IDPC facilita la colaboración internacional entre ONG, apoya las iniciativas de las organizaciones, habilita una amplia red para el intercambio de conocimientos y experiencias entre ONG de diferentes regiones y brinda mayor visibilidad a sus miembros asociados. Se puede acceder a más detalles sobre los beneficios de esta participación en este **enlace**. Para ver el video institucional de IDPC, haga clic **aquí**.

## CRITERIOS DE PARTICIPACIÓN

Hay algunos criterios para que una organización forme parte del consorcio. La ONG interesada en participar debe estar de acuerdo con la **visión** y la **misión** del IDPC, que es apoyar propuestas, acciones y grupos que busquen reparar los daños causados por las políticas de drogas punitivas, construyendo alternativas que promuevan la justicia social y los derechos humanos. Además, la organización debe cumplir con los Principios de Política de IDPC, que se pueden encontrar [aquí](#).

Hay también criterios relacionados con los aspectos legales y a las estructuras de las organizaciones:

1. La ONG interesada debe ser una organización legalmente constituida (el IDPC puede estudiar solicitudes de organizaciones sin constitución legal, según el caso).
2. La organización debe presentar una trayectoria de especialización en algún ámbito de las políticas de drogas nacionales e internacionales o una trayectoria de trabajo sobre un tema normativo relacionado con el asunto.
3. El trabajo de la organización debe tener alcance nacional o internacional.
4. La ONG debe comprometerse a no contradecir el trabajo del IDPC.
5. Todas las solicitantes deben ser aprobadas por miembros asociados con el IDPC.

Otras informaciones sobre los criterios de membresía están disponibles en este [enlace](#).

## ¿CÓMO POSTULARSE PARA PARTICIPAR?

El proceso de inscripción implica tres etapas:

1. La ONG interesada debe completar un formulario de inscripción y enviarlo a la Secretaría del IDPC, que realizará una evaluación inicial de elegibilidad;
2. Si la evaluación es positiva, la propuesta se enviará a los miembros socios de IDPC para su revisión.
3. Finalmente, el Comité de Revisión de Membresía de IDPC tomará la decisión final sobre si acepta o no la solicitud. Si hay desacuerdo entre el Comité, la Junta Directiva del IDPC será responsable de tomar la decisión.

Para acceder al formulario, la organización debe comunicarse con la Secretaría del IDPC en el siguiente correo electrónico: [contact@idpc.net](mailto:contact@idpc.net). La Secretaría solicitará información sobre las metas y objetivos de la ONG, así como información sobre su constitución legal. Otras informaciones sobre la inscripción pueden encontrarse [aquí](#).

# 6 ¿CUÁLES SON LOS DESAFÍOS Y POTENCIALIDADES DE LA PARTICIPACIÓN DE LA SOCIEDAD CIVIL EN ESTE CONTROL INTERNACIONAL?

**A las primeras convenciones de la ONU** sobre control internacional de drogas a mediados del siglo XX asistieron representantes de la sociedad civil. En ese momento, predominaba entre ellos un perfil conservador centrado en la prohibición de determinadas drogas<sup>13</sup>.

Esta implicación reforzó el esquema actual de políticas represivas que venimos viviendo desde hace décadas. Con la profesionalización y el empoderamiento de las burocracias de los organismos de la ONU, hubo una disminución en esta participación, algo que se ha revertido recientemente<sup>14</sup>. Esto expresa, en parte, los efectos problemáticos de las políticas de drogas adoptadas a nivel mundial. Partiendo de una visión progresista orientada a la salud pública, a la promoción de los derechos humanos y sustentada en evidencias científicas, diversos grupos de la sociedad civil de diferentes países han combatido este statu quo y actuado a favor del cambio. La participación en foros internacionales pasó a formar parte de ese esfuerzo.

De hecho, es posible identificar que, en las últimas décadas, la participación de esta sociedad civil organizada en importantes espacios de toma de decisiones para el control internacional de drogas ha crecido significativamente, especialmente en los organismos más importantes de la ONU. Esta acción implica desafíos, pero también trae varios potenciales para la incidencia de las ONG en los foros globales de negociación y definición de los principales temas de las políticas de drogas. Tal acción adquiere una enorme relevancia, ya que las decisiones tomadas a nivel internacional afectan la elaboración y la implementación de políticas en materia de drogas a nivel nacional y local.

Desde la creación de la CND en 1946, la

---

**13** McAllister, W. B. *Drug Diplomacy in the Twentieth Century: An International History*. New York: Routledge, 2000.

**14** Collins, J. Losing UNGASS? Lessons from civil society, past and present. *Drug and Alcohol Today*, 17 (2), 2017. Pp. 88-97.

participación de organizaciones de la sociedad civil en la agencia solo ha aumentado. En 1954, cuatro organizaciones participaron en la 9ª CND, en 1984 ese número ya había ascendido a 28 y, en 2017, la 60ª CND recibió a 197 [representantes de ONG](#). En todas estas ocasiones, ellas actuaron como observadoras, ya que los Estados son los únicos actores que ostentan el poder de voto. En esta condición, pudieron realizar intervenciones orales, además de organizar e integrar eventos paralelos (side events) dedicados a sus agendas específicas y a promover el diálogo con otras organizaciones de la sociedad civil de diferentes países.

Este aumento de participación de las organizaciones de la sociedad civil también se puede identificar en otros organismos clave de control de drogas de la ONU. En las últimas décadas, un número creciente de organizaciones ha adquirido estatus consultivo en el [ECOSOC](#), por ejemplo, convirtiéndose en participantes relevantes en el proceso de formulación e implementación de políticas de drogas progresistas a nivel internacional. En 1946, solo 41 ONG tenían estatus consultivo con el ECOSOC, un número que ahora totaliza más de 5.000 organizaciones en todo el mundo, muchas de las cuales están involucradas en el debate sobre el control internacional de drogas.

Cualquier colaboración de la sociedad civil en este ámbito internacional, particularmente en los organismos de la ONU, enfrenta el desafío de limitarse a las orientaciones de las convenciones de drogas vigentes. Esto no impide, sin embargo, proponer, dentro de estos límites, soluciones innovadoras, creativas, basadas en la evidencia científica y preocupadas por la garantía de los derechos humanos.

En otras palabras, las convenciones de

la ONU pueden limitar las posibilidades de cambios estructurales en las políticas en materia de drogas en los Estados, pero hay un amplio margen para interpretaciones, enfoques y políticas alternativas dentro de este marco normativo actual. Esto se debe a que los términos establecidos en las convenciones son sumamente amplios, característica necesaria para que se alcance y mantenga un consenso de esta magnitud durante tantos años. Algunas inexactitudes o incluso contradicciones presentes en los textos de las convenciones pueden ofrecer oportunidades a las ONG que deseen proponer nuevas interpretaciones y alternativas a las políticas en materia de drogas que dominan actualmente.<sup>15</sup>

El formato de participación de las ONG a nivel internacional impone diferentes niveles de desafíos y potencialidades para la incidencia. El propósito de este apartado es, por tanto, hacer explícitos estos aspectos, aportando ejemplos que animen a las ONG a reforzar colectivamente esta colaboración con el objetivo de promover cambios en el control de drogas, tanto a nivel internacional, como a nivel nacional y local.

Para conocer más sobre el rol de las ONG en el control internacional de drogas, acceda a los trabajos de [John Collins](#), sobre los resultados de UNGASS y el rol de las ONG en las negociaciones, de [Krzysztof Krajewski](#), sobre las flexibilidades de las convenciones de la ONU y, finalmente, el trabajo de [Ann Fordham](#) sobre la importancia de los actores interesados en el debate mundial sobre las drogas.

---

**15** Bewley-Taylor, D. R. *International Drug Control: Consensus Fractured*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

## 6.1 DESAFIOS

La participación de las ONG en el sistema internacional de control de drogas enfrenta diferentes tipos de desafíos, como limitaciones legales y burocráticas, variables en el campo de la política interna de los países, obstáculos al uso de idiomas extranjeros y dificultades financieras y materiales. Conocerlas es la mejor manera de ajustar expectativas con esta participación y construir herramientas colectivas para superarlas.

Desde un punto de vista formal, cabe señalar que la ONU es una organización intergubernamental y, por tanto, son los Es-

tados los que tienen representación y poder de voto en los foros de toma de decisiones. Los Estados también son responsables de definir las reglas que permitan o restrinjan la participación de las ONG en estos espacios. Esto significa que las posibilidades de actuación de las ONG están institucionalmente limitadas por quienes desean mantener el control sobre la decisión final, incluso sobre el control de drogas. Ciertas barreras enfrentadas por las ONG en la UNGASS de 2016 explicitaron esta desigual correlación de fuerzas, que lo hizo difícil, pero no impidió su incidencia en los resultados finales de la reunión (CUADRO 11).

### CUADRO 11

#### Resultados da UNGASS de 2016

Las organizaciones de la sociedad civil progresistas que asistieron a la UNGASS de 2016 evaluaron que, con base en las articulaciones políticas internacionales, fue posible incidir en la elaboración del documento final del evento, aunque menos de lo que querían. Entre las dificultades para una incidencia más estructurada, señalan que, en determinadas reuniones preparatorias, estratégicamente denominadas “informales” por los Estados, las organizaciones de la sociedad civil no pudieron participar. Además, los cambios en los procedimientos de acceso a las reuniones a lo largo del evento crearon algunos obstáculos para la participación de las ONG. De hecho, la expectativa de un cambio estructural en el control internacional de drogas no se materializó. El documento final, por ejemplo, no expresa claramente la necesidad de flexibilizar las convenciones de la ONU para permitir la implementación de políticas de drogas alternativas y

progresistas. Tampoco se abordó la cuestión de la pena de muerte u otros castigos violentos aplicados a delitos relacionados con las drogas en diferentes países del mundo. Un grupo de 197 organizaciones registró la no atención a estas expectativas en la “[Declaración de la sociedad civil](#)” sobre la UNGASS 2016. Por otro lado, cabe destacar los avances promovidos por el encuentro. En un informe, el IDPC también reconoció que los logros en este campo deben ser celebrados, ya que el Documento Final firmado por los Estados “incluye un lenguaje progresista sobre varios temas clave, como derechos humanos, desarrollo, género, sentencia proporcional, acceso a medicamentos controlados y alternativas al castigo”. Por lo tanto, es importante reconocer que la UNGASS de 2016 abrió algunos caminos que pueden ser explorados por la sociedad civil organizada.

En los casos en que la posición política de la ONG se acerca más a la que defiende su respectivo Estado, es posible construir cierta articulación con las delegaciones gubernamentales oficiales de las reuniones y sugerir enfoques, incidiendo en la formulación de la posición que ese país tomará a nivel internacional. Esta estrategia depende, en gran medida, de las dinámicas políticas del contexto interno del país, como sugiere la actuación de la PBPD en la UNGASS 2016 (CUADRO 12). Esto indica que el nivel de incidencia de las ONG en el sistema ONU se ve afectado por una dimensión política. Las organizaciones que no estén alineadas con la política de go-

bierno de donde se originan, lo que es común a las organizaciones que buscan cambiar las políticas de drogas, tienden a encontrar barreras para la participación, especialmente en la etapa de preparación de las delegaciones que actuarán en los foros. Esto aumenta la importancia de buscar individualmente y fortalecer colectivamente los canales de participación descritos en el capítulo 5, los cuales son independientes del apoyo material e institucional de los gobiernos.

Los gobiernos cuyas políticas de drogas son más represivas y conservadoras tienden a estar menos abiertos a la participación de la sociedad civil en los foros internacionales, especialmente a aquellas

#### CUADRO 12

### La PBPD, UNGASS 2016 y el contexto político brasileño

La “Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas” (PBPD) nació en 2015, en el contexto de la preparación de la UNGASS 2016. Con el objetivo de articular a la sociedad civil brasileña y actuar internacionalmente en apoyo de la reforma de las políticas de drogas, la PBPD mapeó los principales actores y posiciones que estarían representados en la conferencia y construyó una **estrategia unificada** para la acción. Además, estableció contacto con la representación diplomática brasileña que participaría en la UNGASS, con el sentido de compartir expectativas e influir en las decisiones, ya que el gobierno estaba predispuesto a ciertos temas cubiertos por la organización y sus miembros. El inicio del evento internacional, sin embargo, coincidió con el avance del proceso de destitución de la entonces presidenta brasileña Dilma Rousseff en la

Cámara de Diputados. Este hecho interno terminó por debilitar políticamente el desempeño del país y disminuir su relevancia frente al nuevo escenario, lo que impactó negativamente el trabajo de articulación que venía realizando hasta entonces la PBPD.

Según el entonces coordinador del área internacional de la PBPD, Gabriel dos Santos Elias, esto expresa lo fundamental que puede ser el contexto político, social o económico interno para la incidencia internacional de la sociedad civil, ya sea en el sentido de fortalecer su posición o debilitarla. Tener una buena lectura de la escena interna de los países puede ayudar a construir estrategias sólidas para la incidencia internacional, aunque eventos inesperados puedan cambiar repentinamente los rumbos proyectados, como en el caso del desempeño de la PBPD en la UNGASS 2016.



dedicadas a la reforma de la política global de drogas.<sup>16</sup> En tales casos, es posible que estos Estados utilicen sus prerrogativas para limitar la participación de las ONG, cuando les resulte útil. Algunos representantes estatales pueden, por ejemplo, alentar que las etapas cruciales de los debates y negociaciones se desarrollen en reuniones informales y, por lo tanto, cerradas a la participación de ONG. De hecho, muchas de las reuniones más importantes de la CND son extraoficiales, sin divulgación de actas ni informes sobre su contenido.

Para minimizar la dificultad de las ONG para acceder a los foros de negocia-

ción y toma de decisiones, el IDPC creó el [CND Blog](#), cuyo enfoque central es brindar un registro de las reuniones abiertas de la UNGASS y de la CND. El objetivo es garantizar la transparencia de las decisiones tomadas en la CND y ofrecer un registro de las negociaciones. Además, el blog también ofrece información y canales para la acción de las organizaciones de la sociedad civil.

Además de la dificultad para acceder a las reuniones, también existen registros de casos de intimidación contra representantes de la sociedad civil por parte de gobiernos conservadores, como es el caso reportado en el CUADRO 13.

#### CUADRO 13

### Representante de la PBPD sufre intimidación en la 62ª CND

En 2019, en un panel de la 62ª edición de la CND sobre "Control de drogas y militarización de la seguridad: reflexiones sobre la experiencia en las Américas", la brasileña Luciana Zaffalon, representante de la PBPD, **fue intimidada** por Elvis Aparecido Secco, delegado de la Policía Federal de Brasil y representante del gobierno brasileño en el evento. El delegado, con un grupo de simpatizantes, violó el protocolo de conducta (explicado en el CUADRO 10) y, de manera truculenta, realizó interrupciones cuestionando datos oficiales y relativizando la violencia policial en Brasil, generando la consternación de los presentes. Varias organizaciones latinoamericanas presentes en la actividad se movilizaron

para apoyar a la representante de la PBPD, restaurando un ambiente de habla seguro. Luego de lo sucedido, Zaffalon informó que comenzó a ser vigilada y seguida en los otros días del evento. Esta actitud expresa el momento político conservador brasileño bajo el actual gobierno. En este contexto, representantes de la sociedad civil brasileña **evalúan** que el tema de las drogas ha demostrado ser un foco de acciones aún más represivas. Tales posiciones retrógradas y sus acciones intimidatorias representan un enorme desafío para las ONG brasileñas, pero también refuerzan la importancia de sus acciones a nivel nacional e internacional, denunciando afrentas a una política de drogas basada en derechos.

**16** Fordham, A. and M. Nougier. *Why We Should Care about Global Drug Policy Advocacy—Gearing up for the 2019 Ministerial Segment*. London: IDPC, 2019.

Desde el punto de vista material, las ONG no tienen acceso a apoyo financiero o de otro tipo por parte de la ONU para participar en los eventos, lo que en varios casos imposibilita que las organizaciones tengan una presencia sistemática en los más importantes foros de toma de decisiones. Todos los gastos, incluidos el alojamiento y el transporte, son responsabilidad de las propias organizaciones. Como solución, las ONG registradas en el ECOSOC pueden remitir la invitación recibida por el órgano para participar en un evento internacional determinado a una agencia gubernamental asociada que, a menudo, financia el envío de representantes de las ONG locales.

Existe un gran potencial en la actuación de las ONG junto a los gobiernos nacionales, proponiendo negociaciones y aportando insumos para el posicionamiento de las delegaciones en foros globales. En estos términos, las ONG también pueden buscar ayudar a las delegaciones en el proceso de preparación para los eventos de la ONU, influyendo en la postura de los gobiernos o incluso componer la propia delegación. También es notable la diferencia en el acceso a los recursos entre las ONG del Norte y el Sur Global. Las ONG provenientes de países desarrollados suelen tener más recursos a su disposición para este fin, lo que les permite construir una mejor articulación política con otras ONG y sus gobiernos, así como obtener financiamiento para viajes y asegurar una estructura de participación más calificada en el evento (como stands y material de difusión). Por otro lado, los eventos internacionales también ofrecen la oportunidad de acercarse y asociarse con estas grandes organizaciones.

La barrera del idioma extranjero también afecta el desempeño de los representantes de la sociedad civil en los foros de la ONU. Los idiomas oficiales de la ONU son inglés, francés, chino, español, árabe y ruso. La mayoría de los documentos, informes y formularios oficiales solo se pueden encontrar en estos

idiomas. Los eventos y la comunicación durante las reuniones se llevan a cabo predominantemente en inglés, pero en los principales eventos se ofrece traducción simultánea a todos los idiomas oficiales de la ONU. En los casos de reuniones informales y eventos paralelos (o side events, como se les llama en inglés) este servicio no se ofrece y el inglés prevalece como lengua franca la mayor parte del tiempo. Lo mismo se aplica a los consorcios internacionales que, en su mayor parte, adoptan el idioma inglés como estándar.

Un buen conocimiento del idioma inglés se convierte, por tanto, en una habilidad importante para que los representantes de las ONG tengan una experiencia consistente en este tipo de evento, especialmente en las actividades no oficiales en los diferentes espacios que brindan estos encuentros.

Un último desafío relevante se refiere al lenguaje utilizado en todo el circuito de actividades del Sistema ONU. La organización tiene un vocabulario propio y muy específico que debe ser dominado por los representantes de las ONG. Aprender, así como conocer y adaptarse al funcionamiento de las burocracias y los flujos internos, es parte de una curva de aprendizaje que requiere una dedicación regular. El presente informe está destinado a proporcionar los primeros pasos y romper las primeras barreras que impiden o desalientan a las ONG de participar en el sistema internacional de control de drogas en la ONU y más allá.

## 6.2. POTENCIALIDADES

Las políticas de drogas están experimentando un momento de enorme transformación. El consenso prohibicionista y represivo que marcó la creación de las tres convenciones internacionales de control de drogas vigentes está siendo cuestionado por un conjunto de iniciativas locales, nacionales

e internacionales que proponen políticas de drogas basadas en los derechos humanos, el desarrollo sostenible y la evidencia científica. Los diferentes tipos de regulación del *cannabis*, la despenalización de la posesión de diferentes drogas para uso personal, el avance en el uso médico de psicofármacos, la creciente aceptación del enfoque de reducción de daños y la crítica diseminada al modelo de guerra contra las drogas son algunas expresiones de ese momento. Cabe destacar el significado histórico de Estados Unidos, precursor internacional del modelo prohibicionista, amparar algunas de estas transformaciones revolucionarias.

Es en las brechas abiertas por este cambio de paradigma donde surgen diversas oportunidades de acción para la sociedad civil y aumentan su capacidad de incidir en la política de drogas, incluso en su dimensión internacional. Para las ONG, es importante comprender las nuevas experiencias y su evolución histórica, de las que muchas fueron parte, denunciar inconsistencias, limitaciones y problemas de las políticas emergentes y también del actual sistema de control internacional de la ONU, proponer innovaciones en base a sus experiencias y construir articulaciones políticas con socios extranjeros.

Producir y compartir conocimiento sobre las políticas que se están adoptando en todo el mundo se convierte, por tanto, en una tarea fundamental. Esto contribuye para informar a la opinión pública, brindando material calificado para los agentes gubernamentales responsables de la política de drogas y, sobre todo, apoyar a los grupos de la sociedad civil para que puedan reflexionar y adaptar estas experiencias a sus propias realidades locales, nacionales, regionales e internacionales. El trabajo del periodismo de investigación tiene una gran importancia en este contexto al sacar a la luz informaciones, hechos y casos que a menudo no son explorados por los me-

dios tradicionales. El trabajo realizado por Ponte Jornalismo [Puente Periodismo] expresa esta relevancia (CUADRO 14).

La creación de consorcios internacionales ha sido fundamental en este sentido, ya que produce conocimiento, intercambio de experiencias, una red de relaciones y herramientas de articulación política entre las ONG de todo el mundo, permitiendo una participación más articulada y consistente en el sistema de control internacional de drogas de la ONU. El IDPC, VNGOC, NYNGOC y la PBPD son algunas de las iniciativas importantes en este sentido. Esta última, en particular, ha tenido un rol fundamental en la articulación nacional e internacional de las ONG brasileñas interesadas en una política de drogas basada en evidencias científicas y comprometidas con la garantía de los derechos humanos y la salud, como desarrollamos en el CUADRO 12.

Los consorcios ofrecen canales formales para que las ONG más pequeñas se articulen internacionalmente y participen en actividades y reuniones internacionales, incluso de la ONU, con relevancia para definir los rumbos de la política de drogas. En este mismo sentido, es común que las ONG más experimentadas en el Sistema ONU, con estatus consultivo en ECOSOC y que acumulan experiencias de esta participación, ofrezcan su apoyo e incluso una de sus invitaciones/credenciales para que las organizaciones asociadas que no estén registradas en ECOSOC puedan estar presentes en el evento. Por lo tanto, formar una red de alianzas formales o informales se vuelve fundamental para la multiplicación de posibilidades de incidencia internacional. También vale la pena señalar que la presencia recurrente de un representante de una organización en estas reuniones aporta importantes beneficios en términos de visibilidad, conocimiento sobre los protocolos de conducta y otras oportunidades de colaboración y financiación.

## Ponte Jornalismo [Puente Periodismo] y su articulación latinoamericana

La Ponte Jornalismo, una organización brasileña con enfoque en la producción de contenidos comunicativos orientados a la defensa de los derechos humanos, tiene como objetivo amplificar la voz de grupos marginados por las opresiones de clase, raza y género. La violencia estatal en la “guerra contra las drogas” y el potencial impacto que los cambios en la política de drogas pueden producir en la justicia social llevó a la organización a enfatizar esta agenda y unir fuerzas con otras organizaciones de la PBPD. Su actuación internacional ha ganado cada vez más expresión en espacios de debate y articulación política de la sociedad civil con el objetivo de ofrecer una plataforma de comunicación para que se escuchen las historias de violencia y exclusión relacionadas con las políticas de drogas. En una reciente campaña internacional, Ponte Jornalismo

unió fuerzas con la prensa de varios países latinoamericanos para crear un especial periodístico llamado “[Uma Guerra Viciante](#)”, sobre los 50 años de la guerra contra las drogas. También formaron parte de este especial el Centro Latinoamericano de Investigación Periodística (CLIP), Dromómanos, Cerosefenta (Colombia), El Faro (El Salvador), El Universal y Quinto Elemento Lab (México), IDL-Reporteros (Perú) y Organized Crime and Proyecto de denuncia de corrupción (OCCRP). El proyecto lanzó una serie de reportajes en diversos medios de comunicación de todo el mundo, con análisis, informaciones, infografías e imágenes sobre este asunto en Brasil y en otros países de la región. Para ver un ejemplo de esta producción, visite el sitio web del Washington Post en [inglés](#) o [español](#).

En algunos eventos que tienen lugar en el sistema ONU, las ONG pueden participar interviniendo en las negociaciones a partir de testimonios y presentaciones orales, pero también pueden organizar eventos paralelos (side events) que traigan temas y agendas que consideren fundamentales para las negociaciones. La organización de eventos paralelos permite estrechar lazos con otras organizaciones de todo el mundo, así como la exposición de experiencias, desafíos y denuncias a la comunidad internacional. De hecho, por paradójico que parezca, es a menudo en estos eventos que se realizan en los países del Norte donde las organizaciones radicadas en el Sur logran encontrarse, destacando algunos de los desafíos señalados en el apartado anterior. En estas oportunidades, estos grupos tienen la oportunidad de construir

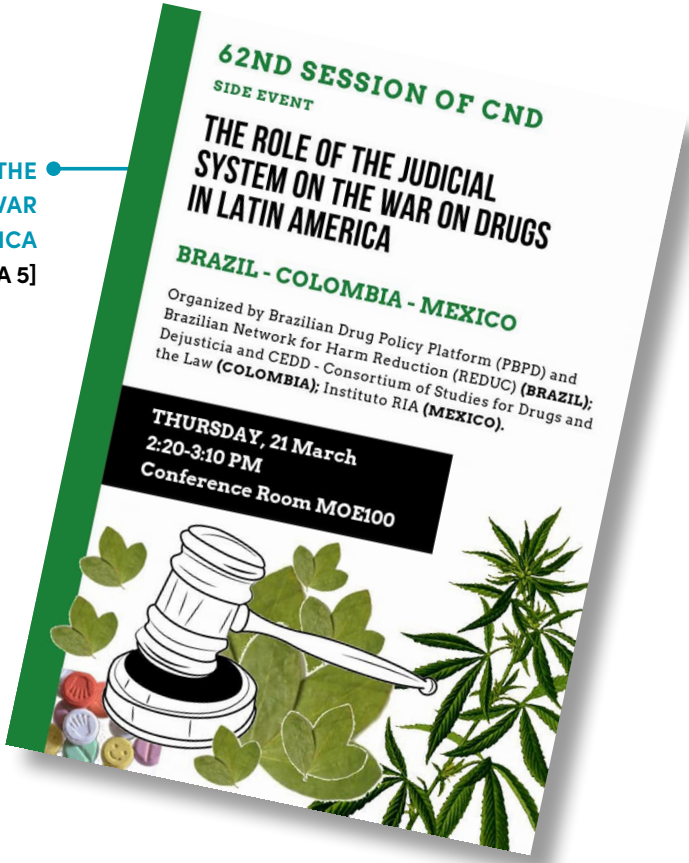
estrategias de aproximación y acción futuras.

Para citar dos ejemplos, en la 62ª sesión de la CND, las ONG brasileñas fueron responsables por la organización de los eventos paralelos, o side events, como son llamados en la ONU. El primero fue organizado por la PBPD y Conectas, que propusieron debatir el tema de la militarización de la seguridad pública y la política de control de drogas, con el objetivo de difundir los datos recolectados por el Observatório de Intervenção do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). El [segundo](#) también fue organizado por la PBPD junto con REDUC, Dejusticia (Colombia), el Consortium of Studies for Drugs and Law (Colombia) y el Instituto RIA (México). El evento abordó el rol del sistema judicial en la guerra contra las drogas en América Latina.



**SIDE EVENT: DRUG CONTROL POLICIES AND THE MILITARISATION OF SECURITY: REFLECTIONS ON THE EXPERIENCE IN THE AMERICAS [FIGURA 4]**

**SIDE EVENT: THE ROLE OF THE JUDICIAL SYSTEM ON THE WAR ON DRUGS IN LATIN AMERICA [FIGURA 5]**



La reformulación del texto de las convenciones internacionales de la ONU es un horizonte lejano, cuyas posibilidades de alcance son muy reducidas en un mediano plazo. Incluso los Estados progresistas apoyan el mantenimiento de las convenciones vigentes en la actualidad, ya que son lo suficientemente amplias como para permitir interpretaciones y encaminamientos más o menos restrictivos de control sobre diferentes sustancias, dependiendo de la disposición de los actores involucrados en la definición de las políticas de drogas. Esto significa que las iniciativas de las ONG progresistas pueden adquirir cada vez más legitimidad política a nivel internacional, incluso si las convenciones permanezcan sin cambios, ya que el contexto actual sugiere interpretaciones menos restrictivas de sus normas<sup>17</sup>. En este sentido, las ONG pueden

invertir en el avance de logros pequeños y continuos, como sugiere la experiencia UNGASS de 2016.

En un escenario de difícil impacto a nivel internacional, una solución alternativa ha sido invertir en reformas de abajo hacia arriba. Esto significa promover modelos innovadores a nivel local para luego presentarlos, apoyados en sus resultados reales, en la escala del debate internacional. Las conversaciones entre bastidores y la organización de eventos paralelos han sido una estrategia adoptada por las ONG para dar a conocer soluciones que ya se están adoptando a nivel local. La Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (REDUC) ha invertido en esta estrategia, buscando absorber y difundir experiencias locales a nivel internacional en reducción de daños (CUADRO 15).

#### CUADRO 15

### La actuación internacional de REDUC

La Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos – REDUC [Red Brasileña de Reducción de Daños y Derechos Humanos] trabaja a nivel nacional e internacional para fortalecer las políticas públicas basada en una perspectiva de reducción de daños. La incidencia internacional ha sido una de las estrategias de la organización, que además de tener estatus consultivo en ECOSOC, también es miembro de PBPD, IDPC, NYNGOC y VNGOC. De esta forma, ha participado regularmente en importantes eventos internacionales promovidos por la ONU, como la CND y la UNGASS. En estas ocasiones, REDUC se articula con otras ONG internacionales, organizando eventos

paralelos, estableciendo conexiones informales con agentes del gobierno brasileño y del extranjero, y promoviendo la agenda de reducción de daños en presentaciones orales en los eventos. Vera Da Ros, quien fue representante de REDUC en la CND y UNGASS en 2016, cree que el mayor beneficio de esta participación es la oportunidad de promover relaciones humanas que permitan la formación de redes y alianzas. En estos espacios colectivos dedicados a debatir temas de interés común, se facilita el acercamiento y el diálogo, incluso con las propias agencias gubernamentales brasileñas. Esta interacción se da en reuniones formales y paralelas, pero también en filas, pasillos e intervalos.

**17** Collins, J. (2017). Losing UNGASS? Lessons from civil society, past and present. *Drug and Alcohol Today*, 17 (2), pp. 88–97.

Finalmente, cabe señalar que aún quedan muchas puertas por abrir y caminos por construir por parte de las ONG en el control internacional de las drogas. Para que el tema sea abordado de manera multidisciplinar, [como han propuesto las ONG progresistas](#), es necesario involucrar y explorar otros organismos de la ONU, como la OMS, el PNUD, UNAIDS o el Alto Comisionado para los Derechos Humanos. Este proceso

ha avanzado. El caso del *cannabis*, presentado en el CUADRO 4, demostró un fortalecimiento del papel de la OMS en la definición de los parámetros de las políticas globales de drogas, potencialmente abriendo espacios para una mirada más multidisciplinaria sobre el tema. En este sentido, los canales aún poco claros y formalizados para la acción de la sociedad civil en esta organización pueden ser abiertos por las ONG brasileñas.

## 7 ¿POR DÓNDE EMPEZAR?

### **Los canales de participación en el control internacional de drogas no son exclusivos de las grandes ONG con alcance histórico internacional.**

Sin embargo, se sabe que los espacios institucionales de la ONU no siempre son de fácil acceso para organizaciones con menos recursos o para organizaciones no acreditadas junto al ECOSOC. Por tanto, es necesario pensar en alternativas para que organizaciones más jóvenes, más pequeñas o simplemente sin actividades internacionales puedan garantizar alguna incidencia en este debate.

Ernesto Cortés, vicepresidente del Comité Ejecutivo de NYNGOC, recomienda que las ONG locales inicien su proceso de participación a través de consorcios internacionales, como VNGOC, IDPC y el propio NYNGOC. El Comité de Nueva York, según Ernesto, es un camino accesible para las ONG que tengan

pocos recursos disponibles, ya que la tarifa de registro es dispensada para organizaciones provenientes de países de bajo desarrollo (según la [definición del Banco Mundial](#)) o administradas por individuos que demuestren dificultades financieras.

La periodista Heloísa Broggiato, tesorera adjunta del VNGOC, aconseja que los representantes de las ONG estén al tanto de los calendarios de los organismos y agencias de la ONU especializados en el tema de las drogas. VNGOC, a través de sus redes sociales (principalmente el [sitio web](#) y [Facebook](#)), divulga, con frecuencia, los plazos para el registro de ONG y las fechas de los eventos. Para organizar un evento paralelo

(side event) en las sesiones de marzo de la CND, por ejemplo, es necesario registrarse en los primeros días de enero del mismo año. Por tanto, lo ideal es tener todos los detalles y documentos organizados en diciembre del año anterior, antes de los feriados de fin de año. También se recomienda que las ONG conozcan los asuntos que serán tratados en cada evento para identificar qué espacio es

el más adecuado para su colaboración, según su área de actuación. Las producciones audiovisuales han sido bien recibidas y valoradas, especialmente aquellas que logran traer al debate la experiencia de las poblaciones vulnerables que son el centro de las discusiones. Un buen ejemplo es el video producido por la PBPD para la 41ª Sesión Abierta del ECDD (CUADRO 16).

#### CUADRO 16

### La participación de la PBPD en la 41ª Sesión Abierta del ECDD

En 2018, representantes de la Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas tuvieron la oportunidad de participar en la 41ª Sesión Abierta del ECDD, que inició el proceso de revisión del estatus del *cannabis*. En la ocasión, la PBPD exhibió un video, hizo un discurso y reprodujo un audio con el objetivo de denunciar los impactos negativos que tiene la “guerra contra las drogas” en el acceso a la salud y la salud pública. El video mostraba el testimonio de Rosineide Almeida da Silva, una mujer del estado de Pernambuco que usa un aceite derivado del THC para mejorar la calidad de vida de su hija con autismo. Para ver el video, haga clic [aquí](#). El audio reproducía un largo tiroteo en el “Morro do Turano”,

una comunidad en Río de Janeiro. Según Luciana Zaffalon, representante de la PBPD en el evento, para garantizar esta participación, fue necesario registrarse en la sesión y, posteriormente, confirmar la presencia de la organización a través de canales institucionales. Esta experiencia es un ejemplo de las diferentes formas de participación que las ONG pueden replicar en las sesiones de ECDD. Se observa que el envío de videos y declaraciones puede ser una estrategia útil para llamar la atención de los formuladores de políticas internacionales, quienes deben tomar en cuenta las diferentes realidades sociales sobre las que impactan sus decisiones.

Heloísa también sugiere que las ONG más pequeñas busquen organizaciones que ya hayan tenido experiencia en foros de la ONU y se mantengan en contacto con ellas. También es común que las ONG acreditadas ante el ECOSOC ofrezcan sus invitaciones sobrantes para que también estén presentes otras organizaciones más pequeñas y/o no registradas.

Con esto, es posible crear una red continua para el intercambio de informaciones

y buenas prácticas entre las ONG con diferentes características y de diferentes regiones. También es interesante mantenerse en contacto con los miembros de los comités ejecutivos de los consorcios internacionales, quienes siempre están buscando nuevas ONG para ampliar la participación de la sociedad civil en los foros de la ONU. La estructura actual del Comité Ejecutivo de NYNGOC está disponible en este [enlace](#) (en la parte inferior de la página) y la del VN-



GOC se puede encontrar [aquí](#).

También cabe destacar la importancia de ampliar y diversificar las articulaciones políticas internacionales de las ONG en el tema de control de drogas. En este sentido, iniciativas como la creación de redes internacionales de personas que consumen drogas, como la Red Latinoamericana de Personas que Usan

Drogas (LANPUD) y la Red Internacional de Personas que Usan Drogas (INPUD), son de gran relevancia. Su principal objetivo es proyectar la voz y luchar por la promoción de los derechos de las poblaciones clave más afectadas por las políticas de drogas (CUADRO 17). Esto se hace en diferentes tipos de foros internacionales, entre ellos, la ONU.

#### CUADRO 17

### Redes internacionales de personas que usan drogas

Más allá de la relevancia de las ONG en el debate, es necesario tener en cuenta el rol de las redes internacionales de personas que usan drogas.

La Red Latinoamericana y del Caribe de Personas que usan Drogas (LANPUD) y la Red Internacional de Personas que Usan Drogas (INPUD) son dos ejemplos importantes de estas articulaciones.

La **LANPUD**, red fundada en Brasil, funciona como un punto de referencia regional latinoamericano para incidir e influir en la formulación de políticas públicas e internacionales sobre el tema. El objetivo es eliminar la estigmatización, la criminalización y la discriminación de las personas que usan drogas mediante la promoción de sus derechos humanos, sociales, económicos, culturales y políticos.

La **INPUD** parte de este supuesto y busca representar a los usuarios de drogas en las agencias y organismos de la ONU, principalmente a través de la participación en sesiones, reuniones y eventos institucionales. La INPUD trabaja para que la comunidad internacional respete a las personas que usan drogas

y las considere en el debate internacional y en la formulación de normas. Estas redes están vinculadas a los consorcios internacionales mencionados en esta Guía. Muchas de ellas son miembros del IDPC, como es el caso de la INPUD. Según Ernesto Cortés, de NYNGOC, es común que los comités de Nueva York y de Viena busquen a INPUD, a LANPUD y a otras redes cuando el registro de la sociedad civil para eventos de la ONU es abierto. En general, se espera que las redes propongan a un representante de las llamadas “poblaciones afectadas” (término utilizado por la ONU) para participar en las sesiones, ya que la mayoría de las agencias y organismos vienen exigiendo la participación activa de estas poblaciones. Ernesto afirma que este espacio fue conquistado a través de una gran articulación internacional y que la participación de redes de consumidores de drogas en foros de debate sobre políticas de drogas es cada vez mayor, garantizando representatividad y propuestas que dialogan con la realidad local.

En esta guía, presentamos un conjunto de posibilidades para la acción de las ONG en los foros internacionales de formulación de políticas de drogas. Al final, está claro que aún quedan muchos caminos por abrir y explorar. La participación de la sociedad civil organizada del Sur Global en estos espacios será cada vez más decisiva, adquiriendo protagonismo y compartiendo narrativas que dialogan con la realidad local de territorios aún marcados por una gran violencia, represión y falta de respeto a la salud colectiva y la autonomía individual.

Teniendo esto en cuenta, esperamos que la Guía de Incidencia Internacional de la PBPD sea un llamado a abrir estos nuevos frentes de colaboración para una política de drogas internacional y nacional más coherente y basada en los derechos.

Del mismo modo, cabe destacar que las articulaciones internacionales de organizaciones latinoamericanas (CUADRO 18) crecieron enormemente en las últimas décadas, impulsadas por las dinámicas internas de cada país y la globalización, tanto de sus problemas como de sus soluciones.

#### CUADRO 18

### Articulaciones latinoamericanas en materia de drogas

El número de organizaciones latinoamericanas que ya trabajan a nivel internacional es bastante grande. Constituye un universo de historias propias centradas en la solución de diversos problemas, aunque muchos de ellos son comunes a la realidad de todo el continente y de los países del Sur Global en general. Los temas relacionados con las políticas de drogas permiten la articulación de este conjunto desde la lucha contra la desigualdad, la valorización de los derechos humanos, las acciones para el descarceramiento, la promoción del acceso a la justicia, entre otros temas.

Algunos ejemplos expresan claramente estas articulaciones, como Dejusticia, el Instituto RIA e Intercambios.

**Dejusticia** es una organización colombiana de investigación e incidencia política dedicada a fortalecer el Estado de Derecho y promover la justicia social y los derechos humanos en el Sur Global. Según Isabel Pereira, investigadora

de la organización, Dejusticia actúa en varios frentes internacionales, tanto regionales, como en la Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas (CICAD), entidad dedicada a esta temática en la Organización de Estados Americanos (OEA), entidad dedicada a esta temática en la Organización de Estados Americanos (OEA), y en articulación con socios de otros países, como **WOLA** y **Drug Policy Alliance**. Dejusticia tiene una destacada participación en las redes internacionales, como el IDPC, en el que Isabel representa a la región latinoamericana en el Consejo Asesor de Membresía. Como una organización que se dedica a la investigación, también está presente en eventos regionales de gran relevancia, como la Conferencia Latinoamericana sobre Políticas de Drogas (CONFEDROGAS). En la ONU, una de las apuestas de la organización es ampliar el frente del debate en materia de políticas de drogas en los organismos que aún

no trabajan este tema de forma específica.

Su labor en el [Comité de Derechos Económicos, Sociales y Culturales](#)

del ECOSOC es un ejemplo de ello.

El [Instituto RIA](#), es una asociación civil mexicana que se dedica a la investigación, proponiendo soluciones para incidir en las políticas públicas basadas en la justicia social. Según Zara Snapp, cofundadora de la organización, el Instituto RIA participa en diferentes modalidades de incidencia internacional, entre ellas, foros internacionales, como la UNGASS y la CND, y regionales, como la [CICAD](#) en la OEA.

Su objetivo es difundir las innovaciones que han sido concebidas y experimentadas por la sociedad civil y los gobiernos locales en los espacios de decisión internacionales. Además, la organización mantiene un trabajo constante en el ámbito de la investigación y elabora informes que se pueden utilizar como aportes en los espacios de decisión, buscando incidir en la formulación de resoluciones y normas. Todo este trabajo se ha llevado a cabo en articulación con

otras organizaciones, como la colombiana Acción Técnica y Social y LANPUD.

En la actualidad, el Instituto RIA trabaja para conseguir el estatus consultivo ante el ECOSOC, algo que ha sido cuestionado en las negativas impuestas por países prohibicionistas que no quieren que la organización sea reconocida.

Por último, [Intercambios](#) es una organización civil argentina dedicada a reflexionar y proponer soluciones a los problemas relacionados con las drogas. La entidad busca producir conocimiento basado en la evidencia científica y difundirlo mediante la organización de eventos y cursos de alcance internacional.

Además, participa activamente en consorcios como la CONFEDROGAS y la [Coalición Americana sobre Políticas de Drogas](#) para las Cumbres de las Américas, así como en foros internacionales, ya que está inscrita en el [Consejo Permanente](#) de la OEA y tiene estatus consultivo en el ECOSOC.

En estos espacios, busca difundir buenas prácticas e incidir en el proceso de toma de decisiones.